

# Capítulo IX

Século XVII: Cena conclusiva ao passado  
transcendental dos saberes agrários brasileiros



Figura 165. Mapa do Brasil do século XVII<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Figura 165. Mapa do Brasil do século XVII, de João Teixeira Albernaz, o velho (fl 1600-1666). Mapa do Brasil de 1631. Marcos divisórios ao norte e ao sul indicam os extremos da soberania portuguesa, cujo território, ao longo da costa, está dividido em capitanias, cada uma com o escudo de armas do respectivo donatário, nomes das principais nações indígenas. mapa geral do Brasil do Atlas de João Teixeira Albernaz, o moço. Livro de Toda a Costa da Capitania Santa Cruz, 1666. In: Adonias. Op. cit., p. 57.

## 9 Século XVII: Terras invadidas ou salvas dos inimigos?

### Alguns elementos da transmutação civilizatória

(...) *Fiquei tão triste no fim do ultimo capítulo que estava capaz de não escrever este, descansar um pouco, purgar o espírito da melancolia que o empacha, e continuar depois. Mas não, não quero perder tempo*”, (Cf. Machado de Assis, Memórias Póstumas, 1937, p. 320) para escrever este capítulo, pois ele é síntese e ao mesmo tempo as considerações finais da tese. Nele, a barca da exegese deveria começar o seu trajeto da mesma forma que fez nos demais, ou seja, seguindo a cronologia dos seus acontecimentos. Mas ela vai *derivar* aqui a sua trajetória *exegética* e tentar sistematizar os aspectos próprios deste capítulo com as proposições apresentadas nos capítulos anteriores, buscando assim concluir este estudo.

Ficou dito na Introdução que a ordem de interpretação desses testemunhos vai se dando de acordo com a exigência do conteúdo de cada item da tese. Dentro desta lógica, os testemunhos demonstram, ilustram e até podem justificar um determinado assunto, e, num movimento de reciprocidade assimilam

e são assimiladas tanto pela formulação da hipótese, quanto da que norteia a própria da tese.

No entanto, não se trata de uma história documental em seu *stritu senso*, nem tampouco de uma antologia de documentos, e assim tentar justificar o injustificável, de que apenas através da decodificação do conteúdo do documento em si seja possível compreender as diferentes relações naturais de uma determinada conjuntura. Ao contrário disso, os sentidos discursivos dos fragmentos documentativos analisados, vão dando subsídios à formulação teórico-metodológica do objeto estudado. Deste modo, a narrativa do capítulo segue como roteiro ilustrativo, a cartografia de João Teixeira Albernaz, o velho. Não obstante, fez-se aqui uma pequena inversão ao abordar inicialmente — não assuntos que vão aparecer no seu final, mas sim, de alguns dos seus entremeios —, isto é, do mapa e de Albernaz, o velho (c. de 1631), e uma parte do discurso que o diplomata português Duarte Ribeyro de Macedo, residente em Paris, escreveu em 15 de março de 1675: *A observação sobre a/transplantação dos frutos da/Índia e Brazil. Refferese huma (corroído) de El Rey de In/glaterra e huma Resolução da Companhia da/Índia em Hollanda que derão motivo a essas/observações.*<sup>2</sup>

Numa das partes do discurso de Macedo — a que trata de questões relacionadas ao meio geográfico —, observa-se que é possível extrair propostas possíveis ao delineamento de uma hipotética pré-economia da natureza, segundo os argumentos expostos no capítulo I. Analisando mais minuciosamente este seu discurso,<sup>3</sup> observa-se que o autor já esboçava uma concepção sobre o saber cosmológico mais próximo da teoria de Kepler ou de um Tycho do que da de um Copérnico que já foram sumariamente apresentadas no capítulo II, item 2. Macedo, como será visto mais adiante, se preocupava em encontrar alguma

<sup>2</sup> In IHGB, códice 1.3.11.1. 15/03/16(?)5. Papéis vários. Século XVII, Tomo I, p. 61. OBS: O documento possui 10 folhas (= a 20 páginas manuscritas). Todas elas estão com grande corroído no centro, o que dificulta ainda mais a leitura, que já não é excelente.

<sup>3</sup> Algumas partes deste discurso, em particular as que tratam dos produtos agrícolas genuinamente brasileiros, assim como os cultivados em outras regiões do universo, mas que podem muito bem se adaptar às condições geomorfológicas brasileiras, serão usadas ainda neste capítulo.

alternativa para a crise que o seu país estava passando. Vê-se, portanto, que no sentido do seu discurso, o conceito de cosmologia já apresenta sensível diferença daqueles apresentados nos discursos analisados nos capítulos anteriores.

Macedo mostra que existem espécies vegetais em determinadas partes do mundo que podem ser cultivadas em outras, uma vez que as mesmas estão subordinadas ao fenômeno das linhas imaginárias que posicionam a Terra no Universo. Isto porque, diz ele

*(...) Todos os Principais da Philosophia natural mostram que tudo/o que a natureza produz nas terras que Correm na linha E/quinocia ao Tropico de Cancro [?], produzirá nas terras que/Correm da Linha ao Tropico de Capricornio./ A natureza produz todas aquellas plantas na India,/Nas terras que Correm da Linha ao Tropico de Cancro Logo produzirá aquellas mesmas plantas no Brazil Cujas/terras Correm da Linha ao tropico de Capricornio./ Deste [corroído] a mayor necessita de prova/porque a menor hé Certa [corroído] Consequencia provada. A/Mayor necessita, Vejamos as provas../(...) As cauzas naturaes das [corroído] das plantas São o Ca/or do Sol e a humidade da [corroído]. O calor do sol e a hu/midade da terra são iguaes nas distancias que Com/prehendem ambos os Tropicos./ Logo todas as plantas [corroído] produz nas ter/ras que Correm da [Linha] [corroído]/mas que Correm da Linha [corroído] Tropico: São principi/os da Philosophia natural./ A menor deste Silogizmo hé Certa por demonstra/ção Geographia só com a diferença dos tempos: porque ad<sup>ireita</sup> /O Sol Corre da Linha para o Tropico de Cancro hé In/verno, no Tropico de Capricornio hé pello contrario, In/verno no Tropico de Cancro, quando o Sol corre da Linha/para o de Capricornio, e esta diferença Unio a Arte/e a Cultura como a experiencia mostra no trigo/que se Colle de parte do Sul nos mezes em que Cá/Semeamos e si La Semeo quando Cá Collemos./ Confirmo a prova da primr<sup>a</sup> propozição com/hum exemplo que meparece indispensavel./ (...) Há outras plantas que se Cultivão, e nascem Co/perfeição\* entre (corroído) Trop (corroído) ainda que nasção fora/do (corroído) hé desta natureza/e já á experiencia (corroído) Cultivado com Cuidado/no Brazil chega à mesma perfeição, que na India. Outras plantas há que chegão a toda a perfeição na Zo/na temperada dos Tropicos athe sincoeta grão, e que/ainda que produzem entre os tropicos e alem dos sin/coenta degenerão a experiencia o tem mostra/do que digo nas vinhas que por Regra, digo, que por Via de/Regra nem entre os Tropicos nem fora dos sincoen/ta grão chegão à perfeição necessaria para o vinho.*

*Deixo outros muitos exemplos, porque estas pa/rece que bastão para fazer a concluzão de que as terras que/Correm da Linha ao Tropico de Capricornio, produzirão as/mesmas plantas que produzem as terras que correm da/Linha ao Tropico de Cancro, e por consequencia produzi/rão o Cravo, e Canella apimenta e gingivre noz nos/cada e as mais que se collem na India na mesma distancia. A experiencia tem mostrado a verdade desta concluzão,/Por diferentes efeitos da transplantação de huns Climas/a outros o uso da seda a fabrica e criação dos bixos se Co/nheceo em a Europa no Imperio de Justinniano pello an/nos de 540 em que dous (religiosos) trouxerão do Orien/te Grécia o (Segredo) de (Criar) os bixos e a arte de tirar a/seda hoje vemos as Riquezas immensas que am (?) este uzo/adquirirão varias cidades e Provincias. Há poucos an (sic)/que os Inglezes plantarão A (corroído) e criarão os bixos/nas virgintas e já da sua (produção) se obrarão em Londres/sedas de qué se visto El Rey (da) Gram\* Bertanha e espera/rão os Inglezes tirar desta*

*transplantação grandes interesses.* (Macedo, 1675. In IHGB, códice 1.3.11. 15/03/16(?)5. Tomo I, p. 61)

O sentido do discurso do autor acima citado, escrito nas últimas décadas do século XVII, pode ser interpretado de duas maneiras. Por um lado, a da possibilidade do deslocamento e adaptação pura e simples de uma espécie, e do outro, o do saber sobre a mesma. Mas a colocação do trecho acima logo no início deste item tem dois objetivos básicos: a) servir de uma espécie de espelho bojudado à problemática da tese, e, b) usar os aspectos relacionados com a natureza para, juntamente com a cartografia de Albernaz, enriquecer o roteiro da narrativa deste capítulo.

Ainda neste item, cabe ressaltar que Portugal, embora tenha entrado num processo de decadência econômica a partir das últimas décadas do século XVI, no auge do seu expansionismo (séculos XV e XVI) acumulou um bom nível de saber cartográfico respeitável em toda a Europa. Assim, já nas últimas décadas do século XVI, esse saber começa a ser utilizado também para o reconhecimento do interior do Brasil, movido, é claro, pelo interesse que a Metrópole tinha da exploração das minas, conforme foi salientado no capítulo VII,

Esse interesse vai se acentuando gradativamente, e no ano de 1601, mostram vários historiadores, um português por nome de André Leão comandou uma expedição pelo rio Tietê. Depois, seguindo pelo afluente do Paraíba, descobre o rio Grande (Minas Gerais) e chega até às cabeceiras do São Francisco. Mesmo assim, ainda tinha muita terra para se conhecer no interior do Brasil, em particular as que ficavam para as bandas do norte, do sul e do oeste. Estas só passaram a ser conhecidas e efetivamente ocupadas, conforme primeiro mostrou Taunay (s/d, 15v.), Sérgio Buarque de Holanda (1957/1974) e Laura de Mello e Souza (1997), entre outros, no decorrer dos séculos XVIII e XIX.

Por tal motivo, o século XVII não tinha ainda uma cartografia detalhada sobre este lado do Brasil, como a que já fora produzida sobre a costa, em particular, a dos dois Albernazes, com destaque para o primeiro. Por isso, neste capítulo o Brasil continua sendo estudo ainda pela sua linha litorânea, tomando como carta imaginária de marear o mapa acima apresentado. Logo, a viagem imaginária, mas concebida a partir de testemunhos reais, começa pelo litoral do atual Estado do Pará, percorre o das demais regiões até alcançar o Rio da Prata.

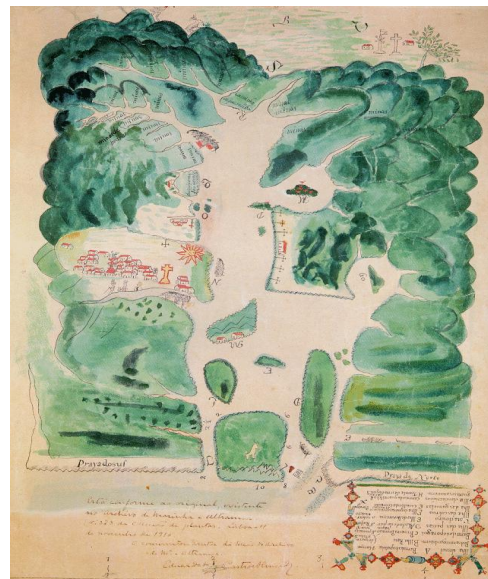


Figura 166. capa do Atlas<sup>4</sup>

Escolheu-se também a cartografia de João Teixeira Albernaz, o velho, e não a do seu filho, ou a de outro cartógrafo da época, por uma série de aspectos nela contidos e que serão descritos à medida em que cada um deles for entrando em cena. Mas antes disso, cabe fazer um breve esclarecimento que João Teixeira Albernaz pertencia a uma tradicional família de cartógrafos que atuava junto às cortes de Portugal e Espanha. Consta, em alguns registros, que Albernaz era filho e em outros que era neto (parece que a segunda informação é mais correta) do cartógrafo real português Luís Teixeira, formado na escola cartográfica de Lopo Homem e dos irmãos Reinéis, autores do mapa *Terra Brasilis*, analisado no capítulo anterior. Em 1569, Luís Teixeira foi nomeado cartógrafo dos Armazéns da

<sup>4</sup> Figura 166. Capa do Atlas de João Teixeira Albernaz, o velho. 1631. Na parte inferior, brasão de armas do Conde de Atouguia, D. Kerônimo de Ataíde, donatário da Capitania de Ilhéus, fornecedor dos dados para elaboração do atlas. [Planta da Baía de Paranaguá com suas ilhas e circunvizinhas. 1653]. Um dos primeiros documentos cartográficos a registrar, individualmente, a região. Nele estão incluídas a 'povoação nova (Curitiba) e a vila de Paranaguá, e, no recôncavo, as 'minas' de ouro) e numerosos rios que desaguam na baía. A mineração aurífera começou em fins da primeira metade do século XVII, quando Gabriel Lara, ali estabelecido desde 1646, revelou o descobrimento de ouro nas terras que ele e seus companheiros estavam explorando. Cópia autenticada do exemplar no Arquivo Ultramarino. (Cf. ADONIAS, 1993, p. 286) (In Adonias, Op. cit, p. 286)

Guiné e da Índia, em Lisboa, e fez a primeira planta da cidade de Madrid e a da cidade do Rio de Janeiro.

Das suas obras mais expressivas, além da bem traçada planta da referida cidade, destaca-se, em parceria com João Baptista Lavanha, o mapa THEATRVM MUNDI. Também não foi identificado um estudo mais consistente sobre a vida e obra dos Albernazes, mas apenas algumas indicações, em particular nas obras de Luís Albuquerque e nas de Armando Cortesão, porém não satisfatórias para se fazer uma análise mais profunda sobre os mesmos.

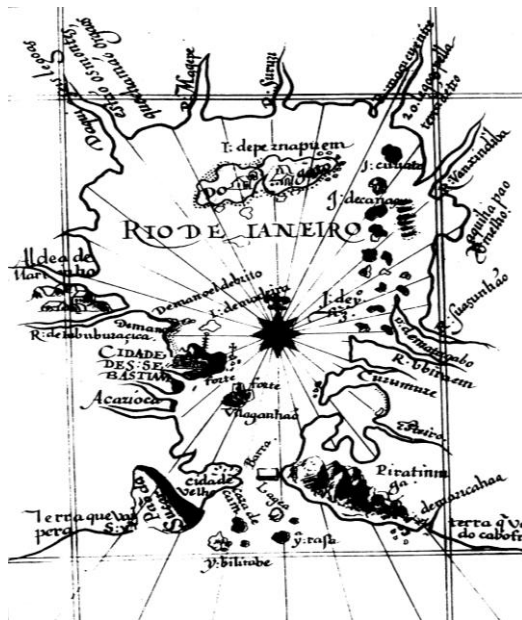


Figura 167. Planta do Rio de Janeiro<sup>5</sup>

Baseando-se em alguns outros registros como as fichas catalográficas da sua obra original,<sup>6</sup> é possível deduzir que João Teixeira Albernaz, o velho, chegou ao Brasil acerca de 1620, com apenas 20 anos de idade, e, em 1627 nasce o seu filho e sucessor na arte cartográfica, João Teixeira Albernaz, o moço. Entre 1620 e 1675, data da morte do segundo — pois o primeiro morrerá aos 66 anos, em 1666 —, isto é, num período de 55 anos, ambos produziram mais de 50 mapas, todos eles sobre o Brasil olhado a partir de diferentes pontos da costa brasileira: da foz do rio Amazonas até a do rio da Prata.

Nenhum outro cartógrafo, nem mesmo os que participaram das inúmeras expedições científicas, tanto as daquela época, quanto as posteriores, como a viagem filosófica de Alexandre Ferreira ao Rio Negro, no século XVIII, têm

<sup>5</sup> Figura 167. Planta do Rio de Janeiro, de Luiz Teixeira, de c. 1586. Lisboa, Biblioteca da Ajuda. In: Serrão, Op. cit., vol. IV, p. 177.

<sup>6</sup> Foram consultados dois exemplares da obra de Albernaz, e ambos estão em bom estado de conservação. Um, no Arquivo Histórica Ultramarino, em Lisboa, e o outro na mapoteca do Itamarati, no Rio de Janeiro. Uma parte do exemplar que está no Itamarati foi reproduzida em 1993 no livro de Isa Adonias, largamente citado nesta tese.



a dimensão da dos Albernazes. Na sua cartografia, cada capitania está detalhadamente representada por um ou mais mapas com os nomes dos rios, das principais aldeias indígenas e a descrição climática, topográfica, florestal, fundiária (engenhos de açúcar), etc. Uma parte da obra de Albernaz, o velho, foi publicada em c. 1631, e, posteriormente, classificada com o seguinte título: *Mapa geral do Brasil do atlas de João Teixeira Albernaz, Livro de Toda a Costa da Capitania Santa Cruz, 1666*. Além dos mapas de cada capitania, o atlas traz ainda esta rosa-dos-ventos de 32 ramos ou ventos e uma flor-de-lis, cujas funções já foram apresentadas anteriormente no capítulo VII.

Quanto à flor-de-lis que aparece nesta rosa-dos-ventos, diz Costa, é a mesma do “(...) escudo de armas dos Bourbons, sua adoção para indicar o norte da rosa, proviria da homenagem de algum almafino a Carlos de Anjou (1226-1285) – Carlos I, Rei de Nápoles e da Cecília – que deu proteção à cidade de Amalfi”. (Cf. Fontoura da Costa A. *A Marinharia dos Descobrimentos*, 2ª edição, 1939, p. 166-7). Apud, Adonias, Op. cit. p. 61) De fato, se se observar a Rosa-dos-ventos acima, ela se parece mais com um brasão, com um objeto de adorno, visto que não apresenta os detalhes técnicos e de funcionamento de um modelo clássico que normalmente mostrava os pontos cardeais, os pontos colaterais e os setores intermédios subdivididos em quartas, meias-quartas e quartos, compondo ao todo 128 divisões, como as exibidas nos capítulos anteriores.

A razão principal pela opção da obra de Albernaz, o velho, para ilustrar este capítulo, é por apresentar um característica jamais apresentada por qualquer



**Figura 168. Flor-de-lis<sup>7</sup>**

<sup>7</sup> Figura 168. Flor-de-lis ou Rosa-dos-ventos do livro de Toda a Costa da Capitania Santa Cruz, 1666. (Idem, p. 61)

outro cartógrafo em qualquer que seja a geração: é a apresentação de uma cartografia que se aproxima de uma pintura em alto-relevo. Os mapas desse cartógrafo são verdadeiras pinturas, representando detalhadamente em cores bem definidas, os aspectos citados anteriormente. Nos referidos mapas quando criteriosamente se analisa alguns dos seus detalhes — tais como a representação gráfica, as cores, as linhas de intercessão e até mesmo a *rosados-ventos* que se diferenciam claramente das usadas na cartografia de outras



**Figura 170. Casa de índio<sup>9</sup>**



**Figura 169. Figura alegórica<sup>8</sup>**

épocas —, observa-se que através dos seus traços sobrecarregados e exuberantes sobressaem as características da fase inicial do barroco europeu.

Este estilo, que normalmente só é considerado nas chamadas belas artes — literatura, pintura, arquitetura, etc, como mostra a figura à direita, que já é de uma fase mais desenvolvida do barroco —, é explicado por um clássico estudioso do barroco:

<sup>8</sup> Figura 169. Figura alegórica carregando a tocha (Fukkel) que ilumina os lusitanos da África e Brasil. Uma índia mostra a caixa do tesouro a Mercúrio, deus do comércio. Pintura de LUYKEN, Jan (1649-1712). In: Adonias, Op. cit. p. 25)

<sup>9</sup> Figura 170. Casa de Índio. Frans Post. Acervo da Kongeligt Bibliotek de Copenhague. Copenhague, Dinamarca. Foto em máquina digital EPSON, 600 dpi, de Geraldo Prado, em julho de 1997. Uma parte dos originais do acervo de Frans Post encontra-se nessa biblioteca em Copenhague. A foto apresentada é de largo uso no Brasil.

*(...) muitas vezes apresentam uma continuidade autônoma e podemos observar que suas perturbações permanecem por longo tempo, mesmo que a crise econômica que provavelmente atuou como causa desencadeadora já tenha cessado ou atravessado fases intermitentes de tipo positivo ou negativo. É desse modo, pois, que a crítica situação social do século XVII, que começou a se manifestar no século anterior, se prolonga por quase todo o século, apesar dos momentos de relativa expansão no processo de produção, de 1590 a 1680. Assim, a onda de crise social que condiciona o desenvolvimento do Barroco é mais prolongada e contínua que a crise econômica, da qual, em grande medida, dependeu. (Cf. Maravall, 1997, p. 71)*

Muito já se escreveu sobre quão fortes foram as crises sociais ocorridas no século XVII, cujas marcas ficaram registradas em várias formas de manifestações sociais, como foi, por exemplo, o estilo barroco segundo a análise de Maraval acima referida. A manifestação barroca na América Ibérica, se expressa em alguns quadros pictóricos e/ou iconográficos, na arquitetura e na cartografia, sendo que nesta o principal autor é Albernaz, o velho. Mas os estudiosos do barroco não têm demonstrado muito empenho em interpretar nem estes aspectos, nem, de um modo geral, os motivos de pinturas e/ou iconografias do tipo da figura acima à esquerda (casa de índio), que normalmente reproduzem cenas da vida rural, sobretudo a do índio e a do negro (representados principalmente nas obras de Frans Post e Ekoud), e tal interesse é menor ainda quando se trata da cartografia.

Destarte, comparando os estilos das cartografias citadas anteriormente com o da obra de Albernaz, denota-se que nesta está, por meio da imagem a síntese do passado transcendental do saber cosmológico materializado no saber cartográfico que estão logicamente embutidos, como já foi visto nos capítulos anteriores, o passado transcendental dos saberes agrários brasileiros. Portanto, a obra de Albernaz é mais um testemunho facilitador da compreensão dos primeiros impactos de uma transmutação civilizatória, situada em mais um daqueles momentos históricos (o século XVII) marcados pela ambigüidade entre crises e abundâncias provocadas por alguns dos motivos relatados no item a seguir.

## 9.1 Na política lusitana o que estava se passando?

(...) *Regimento de 23 de janeiro de 1677, dado a Roque da Costa Barreto governador geral do Brasil, em sessenta e um artigos. O artigo 25 determina que o referido governador: promova a cultura e povoação das terras, e edificação de engenhos de açúcar, guardando aos donos destes seus privilégios, tirando as terras a quem as não cultivar para as dar a quem o faça, e nunca maior porção que aquela que a cada um for possível cultivar, tudo na forma da Ord. e regimentos das sesmarias.* (cf. João F. Lisboa, 1975, p. 507)

Especialmente em todo o século XVII até a primeira metade do século XVIII, ao contrário dos séculos anteriores, Portugal enfrentou séries crises econômicas e políticas, como a do próprio domínio espanhol. Essas crises reciclam-se também na segunda metade do século, como a da fome, por exemplo, já muito bem estudada por Teixeira da Silva (Op. cit. 1990), ou as das epidemias no Brasil, criticadas pelo padre Antônio Vieira, ao dizer que

(...) *Perde-se o Brasil, senhor (digamo-lo em uma palavra), porque alguns ministros de Sua Magestade não vêm buscar o nosso bem, vêm buscar os nossos bens. Assim como dissemos que se perdeu o Mundo, porque Adão fez só metade do que Deus lhe mandou, em sentido averso — guardar sim, trabalhar não —, assim podemos dizer que se perde também o Brasil, porque alguns dos seus ministros não fazem mais que ametade do que el-rei lhes manda. El-rei manda-os tomar Pernambuco, e eles contestam com o **tomar**.* (Cf. Vieira, 1690, pp. VI-VII. Apud Tarracha Ferreira [1993], p.477)

Assim, muda-se o comando político de Portugal e, em 1587, o rei Felipe baixa o seguinte alvará sobre alguns aspectos relacionados com os saberes agrários brasileiros:

(...) *Eu el Rey faço saber aos que este alvará virem que eu (corroído) informa do que será muito serviço de deos e meu e em prol e beneficio das fazendas e engenhos de meus vassallos das partes do Brazil darem de terras ou sesmarias ao gentis que decer do Sertão para faserem suas Lavouras, e que será isto meio para decerem muitas e virem mais depressa no conhecimento de nossa Santa fee e receberem o Santo Santissimo, pello que mando ao meu Governador das ditas partes que ora he e ao diante por e ao provedormor de minha fazenda en ellas que-ordenem como a gentis que (corroído) se reparta em Aldeias junto as ditas Fazendas e lhe farás dar tantas terras de sesmaria quantas bastarem paracom o damente faserem suas Lavouras e se manterem, as quaes lhe será dadas por medição (...)*. (Cf. IHGB. Códice. 1,2,15)<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Cf. IHGB. Códice. 1,2,15 Carta escrita pelo Rei em 1587, p. 86 (73 pela escrita do livro)

Mas essas crises também não deixaram de repercutir no campo da cultura e das idéias. Embora os demais países europeus estivessem passando por crises do mesmo gênero, na essência das mesmas diferenciavam-se das de Portugal e Espanha. A partir de 1640, a Espanha começava o *descimbrar* do seu clássico *século de acumulação capitalista*, iniciado com as presunções neurastênicas de Carlos V e de Felipe II da Espanha, este último, antes mesmo de ser o I de Portugal. Não se trata aqui de uma história genealógica, porque as complicações sangüíneas são tão complexas que seria necessário escrever vários volumes para tentar explicar o menos possível. Mas só para lembrar, alguns testemunhos indicam que Felipe II era filho de Carlos V, o criador (Fuentes, 1992, p. 159), do Império espanhol e o demolidor dos impérios Asteca, Maia, Inca e demais culturas hispano-americanas.



**Figura 171. Retrato de Felipe II<sup>11</sup>**

Carlos V era filho da rainha Joana, a louca, e de Felipe, o Formoso; neto dos reis católicos Fernando e Isabel (os *descobridores* da América), sobrinho e genro de D. Manuel I, e cunhado e sogro de D. João III de Portugal. Ainda de acordo com Fuentes (idem, ibidem), a causa que levou a rainha à loucura fora a infidelidade do seu marido que mantinha a concubinação<sup>12</sup> não apenas no nível da sociedade da Corte, mas principalmente no âmbito dos mosteiros espanhóis, pois tinha uma afeição extremosa pelas monjas.

<sup>11</sup> Figura 171. Felipe II. Retrato de autor desconhecido do século XVI. In.: Serrão. Op. cit., p 49.

<sup>12</sup> Sobre o concubinato nos séculos XVI e XVII, tem uma excelente síntese no capítulo 3, pp. 77-114, do livro de Ronaldo Vainfas: *Trópicos dos Pecados. Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.



Figura 172. Sonho de Felipe II<sup>13</sup>



Figura 173. Carlos V<sup>14</sup>

Desse modo, quando Felipe, o Formoso, morreu envenenado,

*(...) la reina se rehusó a darle entierro y, durante un largo tiempo, acreó su cadáver de monasterio en monasterio (...) donde el galante príncipe Felipe, aun en la muerte, pudiese seducir a las monjas. Persuadida al cabo de abandonar su "locura de amor", la reina Juana la Loca fue encacerada en el Castillo de Tordesillas, en tanto que su hijo fue llevado al trono de Espanha a la edad de 16 años, y su marido Felipe recibió, finalmente, entierro cristiano. (Idem, ibidem)<sup>15</sup>*

<sup>13</sup> Figura 172. Sonho de Felipe II. El Greco, c. 1576-1577. In FUENTES, Carlos, 1992, p. 175.

<sup>14</sup> Figura 173. O Imperador Carlos V na Batalha de Mühlberg, Tiziano, 1548. In: FUENTE, Op. cit., p. 162.

<sup>15</sup> Nota de Tradução: (...) a rainha se recusou a dar-lhe enterro e, durante algum tempo, transportou o cadáver do marido por vários mosteiros, onde o galante príncipe, ainda depois de morto, pudesse seduzir as monjas. Persuadida ao cabo de abandonar sua "loucura de amor", a rainha Joana, a Louca, foi encarcerada no Castelo de Tordesilhas, ao mesmo tempo em que o seu filho foi levado ao trono da Espanha com a idade de 16 anos, e seu marido Felipe recebeu, finalmente, enterro cristão. (Cf. Fuentes, 1992, p. 159) Tradução feita por Geraldo M. Prado e usada exclusivamente nesta tese.

Em 1571, Felipe II da Espanha organizou a conhecida Grande Armada, composta de 30.000 homens, 20 galeões e 130 embarcações (Cf. Fuentes, Op. cit., p. 171), cuja primeira vitória foi no dia 7 de outubro daquele ano, na Batalha de Lepanto, no Mediterrâneo oriental, contra os turcos. Diz Fuentes que Felipe II

*(...) apostó a que el éxito de la gran flota invasora permitiría a España cumplir sus ambiciones: ser no sólo el mayor imperio del mundo, sino también la principal potencia europea. Felipe delegó sua autoridade para organizar una vasta armada concebida para acabar con el protestantismo de una vez por toda. Gracias al éxito de la Armada el mayor imperio del mundo se convertiría en la superpotencia europea, haciendo de la hegemonía en Europa y en el mundo, una sola realidad. (Cf. Fuentes, Op. cit., p. 170)<sup>16</sup>*

Obstinado pela defesa do catolicismo e pelo continuísmo da mesma quimera de Carlos V em transformar a Espanha na maior potência mundial da sua época, Felipe II passou toda sua vida tentando combater o protestantismo, e procurando convencer a Inglaterra para retornar ao catolicismo. Esta perseverança foi mantida entre guerras e tentativas de domínios de outras coroas européias, como a portuguesa, por exemplo, que por cerca de 60 anos (período felipino: 1580-1638) ficou sob a *guarda* dos sucessores sangüíneos de Carlos V. O auge da casa dos Habsburgos vai até aproximadamente 1670, período esse conhecido por século de ouro espanhol, cuja expressão máxima na literatura é D. Quixote de la Mancha, do então miliciano Miguel de Cervantes, da pintura, El Greco e da economia, o desmantelamento dos impérios Astecas, Maias e Incas na América, as crises internas do território aquém-mar que tinha até então, ao lado da Holanda, a agricultura mais modernamente desenvolvida da Europa.

O contrário estava acontecendo com outros países europeus, em particular a Inglaterra protestante, que a partir de 1650 instalou a ditadura de Cromwell no meio de constantes crises político-religiosas que levaram a

---

<sup>16</sup> (...) apostou que o êxito da grande frota invasora permitiria a Espanha cumprir suas ambições: ser não só o maior império do mundo, mas também a principal potência européia. Felipe delegou sua autoridade para organizar uma vasta armada concebida para acabar com o protestantismo de uma vez por toda. Graças ao êxito da Armada, o maior império do mundo se converteria na superpotência européia, fazendo da hegemonia na Europa e no mundo uma só realidade. (Versão de Geraldo M. Prado, exclusivo para esta tese)

substituição da dinastia dos Stuarts (Carlos I, 1660 – 1685 e Jaime II, 1685 – 1688) pela dinastia de Nassau–Orange a partir de 1689 (Cf. Kennedy, 1989, pp. 79 – 85). E como a Inglaterra não se subjugou aos apelos e/ou forças da imposição do Império católico espanhol, passou a se destacar no cenário mundial como a maior potência de então. O porquê disso Paul Kennedy (1989, pp.79-140) aduz ao despertar do governo inglês para a superação das suas crises estruturais, investindo capital financeiro com o objetivo de proporcionar melhoria de infraestrutura voltada ao desenvolvimento de invenções científicas e tecnológicas nas áreas médica, agrícola, militar e na indústria manufatureira, em especial na de tecidos e nas invenções mecânicas de motor a vapor de explosão.

Uma boa síntese sobre a história dessas invenções encontra-se no clássico livro de Usher (1993, pp. 85-20), ao mostrar como se processou interações entre os níveis de conhecimentos mais baixos com os mais altos na constituição de um novo saber que levou a Inglaterra a fazer a sua revolução Industrial no final do século XVIII. Neste sentido, o desenvolvimento das forças produtivas,<sup>17</sup> que se apresenta dentro o panorama político-econômico do século XVII, vai criar as condições ideais, ou a gênese da nova organização social e econômica, a do capitalista industrial, cuja constituição só vai se consolidar, de fato, com a Revolução Industrial inglesa do final do século XVIII.

Nesse momento, esse novo modelo organizacional — resultante exclusivo da ação natural das forças produtivas —, caracterizou-se mediante uma nova modalidade da divisão social do trabalho industrial, na qual, segundo explica Marx em *O Capital*, ao contrário de todas as formas anteriores, o trabalhador passou a vender livremente a sua força de trabalho ao empresário capitalista.<sup>18</sup> Certamente, grande parte desses aspectos tem uma estreita vinculação com a problemática do saber em seus diferentes campos de atuação, entre os quais se incluem os referentes às concepções cosmológica e cartográfica do mundo.

---

<sup>17</sup> A definição de forças produtivas está no capítulo II, item 2.

<sup>18</sup> Em linhas gerais, alguns traços gerais sobre os fundamentos teóricos de Marx sobre a problemática exposta aparecem no capítulo I, item 1 (O levitar da palavra no passado transcendental dos saberes agrários brasileiros).



Continuando esta mesma matéria, observa-se que naquela conjuntura político-econômica em que se apresentava o século XVII o expansionismo econômico da Inglaterra visava fazer frente ao da Espanha, que fora vencida conforme já foi dito acima, e, em particular, ao da Holanda e da França. Nesse mesmo cenário, também analisados nos capítulos anteriores desta tese, outros países europeus (Cf. Smith, 1990, pp.51-119), tais como a Itália ou mesmo os da Europa do norte (Alemanha e países escandinavos), investiam capital no desenvolvimento tecnológico de certos setores estratégicos, entre os quais a astronomia era um dos principais.<sup>19</sup>

Mas foi a Inglaterra, sobretudo a partir de Cromwell, que entre 1653 a 1663, ao exercer o poder ditatorial investiu em tecnologias e forçou a Holanda a reconhecer o ato de Navegação e da supremacia inglesa perante às demais nações européias (Cf. Kenndy, idem). À medida que aquela parte da Europa procurava reorientar as suas forças produtivas, a exaltada Espanha do século de ouro ou período felipino (c. 1570-1670) — na ambição de acumular ouro e prata para manter aquele seu desejado sonho de vir a ser a maior potência do mundo —, se prendia à fé divina apregoada pelos fundamentos primitivos da Escolástica, à força daquela sua Grande Armada e as condutas hostis dos seus varões previdentes demolidores dos impérios Asteca, Maia, Inca e demais culturas ibero-americanas,

No entremeio desse cenário, Portugal era governado por D. Sebastião, o Desejado. Em 1570, o rei expede uma Carta Régia com o objetivo de combater a escravidão indígena que estava cada vez mais sendo utilizada pelas bandeiras. Incentivava também a instalações de missões por várias partes do Brasil a fim de passificar e cristianizar os índios para que esses aderissem à causa portuguesa contra os estrangeiros na defesa do território brasileiro. Mas a carta também não era as das mais liberais, pois, ao mesmo tempo que ideava combater a escravidão indígena, permitia que a mesma se limitasse aos casos dos aprisionados em

---

<sup>19</sup> Estes aspectos também já foram tratados nesta tese, cujo esboço mais geral está no capítulo II, item 2, e uma análise melhor sistematizada nos capítulos V ao VIII.

guerra justa. O que justifica a guerra justa, é exatamente a reação dos índios contra a presença portuguesa em algumas partes do Brasil, como as dos portugueses com os Potiguaras, na Paraíba, a campanha de Salema contra os Tamoios em Cabo Frio em 1575, a guerra de Aperipe pela conquista de Sergipe em 1576. Além destas, existem muitas outras guerras relatadas por vários autores, cujas informações mais sistematizadas estão em Darcy Ribeiro e Pedro Calmon.

Com a morte de Mém de Sá, em 1572, D. Sebastião dividiu, em 1573, a administração do Brasil em duas: uma no Norte, sob o comando de Luís de Brito de Almeida, e outra no Sul, sob a responsabilidade de Antônio de Salema. Com o *desaparecimento* do rei, o Desejado, em 1578, o trono português é ocupado, por dois anos, pelo velho tio de D. Sebastião, (...) *o cardeal D. Henrique, e em seguida declarado vago. Após algumas hesitações, tanto a nobreza quanto a grande burguesia*" (Teixeira da Silva, 1990, p.41), cujas origens vêm lá da época de D. João I, que assume o trono português para evitar o domínio da Espanha e "(...) *aclamam Felipe II de Espanha, da casa de Habsburgo, como monarca português*". (idem. Ibidem) Ao unificar as coroas ibérica, imediatamente Felipe II, mostra Pedro Calmon, "(...) *ouviu as intrigas de Gabriel Soares, para que os largasse à sua sorte, sem lhes pagar os subsídios, portraindo os auxílios de viviam as suas casas do Brasil*" (...) (Cf. Calmon, s/d, vol 2. P. 384)

A proposta de Gabriel Soares ao novo rei de Portugal, de certa forma, não deixa de ser uma divergência em relação à aliança acima citada, não significava que o mesmo estivesse preocupado em defender a ideologia de Portugal de vir a ser novamente a potência que fora no passado, nem tampouco ainda à independência do Brasil. O interesse de Gabriel, como bem pincelou Pedro Calmon, era em defesa própria, da mesma forma que era o das classes que concordaram com a aliança para unificar as respectivas coroas.

Numa leitura mais detalhada do livro de Gabriel apesar de exaltar as grandezas do Brasil aos seus superiores em Portugal, não é difícil perceber no silêncio do sentido do seu discurso a defesa dos seus interesses quase que

exclusivamente individuais. Na realidade, tanto Gabriel quanto aquelas classes aliadas, não tinham mais a menor preocupação com aquela ideologia forjada nas batalhas de Aljubarrota e Lamego. Ideologia essa que em torno do carisma do Mestre de Avis e do seu fiel escudeiro Nunálves Pereira — e que levava Portugal a se tornar a principal potência mercantil e marítima do século XV —, há muito havia se esfacelado.

A vontade da coroa portuguesa de se juntar a da Espanha era um dos sonhos de D. Manuel ao aceitar a proposta dos reis católicos da Espanha de instalar a Inquisição em Portugal, a qual não cumpriram, e como recompensa recebeu, segundo alguns historiadores portugueses, uma soma de 800.000 cruzados e a filha viúva dos mesmos com a qual se casou. Segue-se a ele a relação sangüínea-comercial entre o seu filho D. João III, agora rei de Portugal, com Carlos V, imperador da Casa dos Habsburgos. D. João III, por ser mais pérfido, ávido por dinheiro e um fanático cruel maior do que o seu rei-pai, fechou acordo com Carlos V, em 17/12/1531, para instalar a Inquisição em Portugal e começar a perseguição sistemática aos judeus. Vê-se, portanto, que a União Ibérica em 1580, como também afirma Teixeira da Silva (Op. cit., p. 42), não foi nenhuma novidade, uma vez que por conseqüência desse acordo ocorreu

*(...) a crise do Império do Oriente, onde os portugueses estavam sendo suplantados por outras nações, a ânsia da burguesia mercantil lusa em ter maior acesso ao mercado espanhol na América (escravos e alimentos em troca de prata) além das profundas ligações da nobreza lusa com a espanhola, pesaram como fatores determinantes para a aceitação de Felipe II. (Idem, ibidem)*

Dentre essa complexa situação político-econômica, pairava o então Estado monárquico português nos velhos sonhos de alguns daqueles seus varões previdentes que criam na força mágica de Deus em solucioná-la, claro que contando com ajuda do segmento social acima referido, para que Portugal superasse a crise e retornasse às condições básicas de vir-a-ser o Quinto Império do Mundo. No entanto, diante dos acontecimentos sobre a constituição política e econômica da nação portuguesa e da sua liderança e hegemonia no nascente capitalismo comercial, a maioria absoluta dos seus intelectuais e escritores

consideravam que isto acontecia em razão da vocação natural da mesma pelo mar, cujo início vem dos primórdios da sua formação, conforme explica Martins:

*(...) Pioneiro, com a Espanha, dos Descobrimentos marítimos, Portugal é, segundo julgo, um dos dois países europeus que, antes de ser culto e letrado, foi camponês, viajante e marinheiro. Nos textos que ilustram a sua vocação própria, o mar foi o caminho invariável da sua história. Nos textos literários que os portugueses, polidos pelo Humanismo renascentista europeu, escreveram então o mesmo mais tarde, respira-se ainda o perfume delicado de flores campestres e o odor acre das fortes marés atlânticas. (Cf. Martins, 1998, p.189)*

No que se refere à atividade econômica da parte do seu território ibérico, nem mesmo na época da experiência da cana-de-açúcar, iniciada pelo Mestre de Avis, nos Algarves, em 1404, Portugal dispunha de uma estrutura produtiva baseada na agricultura que fosse suficiente para se tornar uma nação competitiva, como terminou sendo por alguns séculos, sob o respaldo da sua expansão comercial. Ainda no século XVII, esta preocupação aparecia no *Livro de Notícias de Portugal*, de Manuel Severim de Faria (1624), que reclamava sobre a falta de trigo para fazer o pão, de gente interessada em trabalhar na agricultura e de outros produtos que estavam faltando no país, alegando que as principais causas dessa situação foram provocadas pelos aspectos transcritos a seguir:

*(...) a) Em Alentejo se pode prover com que haja mais pão se se mandar pôr lei, que nenhum lavrador possa lavar mais de uma só herdade,<sup>1</sup> porque de um lavrador lavar mais muitas juntas sucedem muitas vezes as esterilidades que há nesta região, sendo assi que se for bem cultivada por sua grandeza pudera ela só prover a todo Portugal. ...por onde, atribuindo já a Catam<sup>1</sup> a esterilidade da Itália, disse por ela, segundo refere Plutarco, “latifundia Italiam perdidere” – que é o mesmo que: por as herdades serem grandes se deitou<sup>1</sup> a perder a Itália. E Virgílio aludindo a isso, diz que “se lavrem as herdades pequenas”, e os juriconsultos que “partindo-se<sup>1</sup> as herdades se fazem mas fértilis”. “Per divisiones ager redditur fertilior”. b) “...as causas porque neste Reino falta a gente do povo e da nobreza – que parece são as seguintes: A primeira causa da falta de gente do povo que se padece neste Reino são as nossas conquistas: porque estas ainda que foram de grande utilidade, assim para a propagação do Evangelho como para o comércio do mundo, todavia defraudam muito este Reino de gente que lhe era necessária. ...A Segunda causa, porque falta a gente deste Reino é por não terem ofícios com que ganham de comer por sua indústria, que é o meio de Deus deu para a sustentação de cada um. ...A terceira causa porque falta a gente popular é por não terem neste Reino terras que cultivem e de que possam tirar sua sustentação; porque a Capitania de Entre-Douro-e-Minho, e as mais até o Tejo, estão bastante povoadas, e não há nelas lugar para se fundarem novos povos, que possam cultivar a gente que cresce; e Alentejo, que pudera socorrer a esta falta (porque é quase tão espaçoso como o resto do Reino) como está todo dividido em herdades, e as mais delas muito grandes, nem se povoa, nem se cultiva... Estas três são as causas da falta de gente popular neste Reino; mas as da falta de gente nobre se podem reduzir a duas. A primeira é a união de muitos morgados<sup>1</sup> numa pessoa;...*

*A Segunda é a grandeza a que tem chegado os dotes da mulheres nobres...*<sup>1</sup> (Cf. Faria, 1624, Apud Castro, 1978b, p. 136)

Depois da restauração de Portugal, em 1640, a sua crise econômica e política fora tema de discussão e críticas de alguns dos seus intelectuais mais representativos, entre os quais está o padre Antônio Vieira. Como alternativas à essas crises tem-se, por exemplo, a proposta do já citado diplomata português Duarte Ribeyro de Macedo que escreveu — além de um relatório sobre a importâncias do governo do seu país se voltar para a exploração de 37 produtos básicos da flora brasileira —, um livro intitulado *Discurso sobre a Introdução das artes em Portugal*. Nesse livro, o autor ressalta a questão da crise portuguesa e afirma que a prova evidente sobre a mesma, é que

*(...) as fazendas lavradas que os estrangeiros metem no Reino são as que unicamente fazem o preço do que tiram do Reino, como temos provado; pela introdução das artes se evita a introdução das fazendas que os estrangeiras metem nestes Reinos; logo, não excederá o preço das fazendas que entram no Reino ao preço das que saíam, e mesmo com que pagar as fazendas e drogas que entrarem, uma que seja necessário pagá-las a dinheiro* (Cf. Macedo, Capítulo VI, p. 271, Apud Castro, op. cit. pp. 139-137)

No capítulo I, da segunda parte desse mesmo livro, Macedo apresenta ainda as seguintes sugestões:

- (...) 1.º Que a introdução das artes evitará em comum o dano que fazem ao Reino o luxo e as moedas;*
- 2.º Que tirará a necessidade do Reino;*
- 3.º Que o fará mais povoado e abundante de gente e frutos, e poderá, sem que lhe faça falta, Ter gente para as colônias e para a guerra;*
- 4.º Que a Portugal, mais que a outra qualquer nação da Europa, é útil e necessária a introdução das artes;*
- 5.º Que as rendas reais se aumentarão.* (Macedo, pp. 289-290, Apud Castro, op. cit. p. 137)

Em uma outra parte do discurso de Duarte, chama atenção da nobreza e da burguesia comercial portuguesa para a importância do cultivo de frutos da Índia no Brasil, assim como da exploração das espécies nativas deste país para salvar a crise econômica do reino. Na introdução desse seu Discurso, dá como exemplo os feitos e efeitos de membros da nobreza portuguesa que muito fez para tornar o seu país a potência que fora por muitas décadas. Duarte se refere,

principalmente a atuação do Infante D. Henrique na Ilha da Madeira. Sobre a ação de D. Henrique diz:

*(...) Deixando as experiencias alheas,/ as domesticas/nos podem animar mais que todas. O Infante D.Henrique/de indistinta/ memoria, depois de descoberta a Ilha da Madeyra/observando/ a bondade que lhe Refferirão da terra e Cultura/della mandou/ vir de Cizilia plantas de assucar\* e officines/dos/ engenhos e foy tal a facilidade e bondade / Com que produ/zirão que hé o assucar da Ilha o melhor do mundo e Sem/ o/Brazil só esta planta trouxera à Ilha grandes Riquezas dos frutos/... (cf. Duarte. Duarte, 1675. In IHGB, códice 1.3.11. 15/03/16(?)5. Tomo I, p. 63)*

Também um outro seu contemporâneo, o padre Antônio Vieira, de maneira crítica ao estágio em que se encontrava a crise econômica de Portugal, vai fazer propostas a D. João IV e justificá-las da seguinte maneira:

*(...) Verdaderamente é dificultariam de entender a razão de estado de Portugal, porque, sendo um reino fundado todo no comércio, lança os seus mercadores para os reinos estranhos e aos estranhos os admite dentro de si mesmo, para que o interesse da negociação e comércio venha a ser todo dos estranhos, e não seu. (Cf. Vieira, 1643, Obras escolhidas, vol. IV, [1951], p. 20, Apud Castro, op. cit. p. 137)*

Quanto à compreensão das citações de Vieira, observa-se ainda no sentido do seu discurso — segundo Fernando Pessoa, mediante à perspicácia metafórica do seu estilo que no campo morfológico muito enriqueceu a língua portuguesa —, o compromisso de defender um Portugal potência (o Quinto Império) e subordinante das demais nações do mundo. Na mais pura e rica oratória cristã e falatório importuno mesclado com palavras e expressões latinas comumente usadas nas missas, Vieira faz as suas críticas sutis, porém impetuosas, ao comportamento da *toda poderosa* nobreza comercial luzitana. As críticas de Vieira são direcionadas também à aliança que a nobreza fez com a já consolidada burguesia comercial portuguesa, que depois do desaparecimento de D. Sebastião, em 1578, na batalha de Alcácer Quibir, e do governo do tio deste, o cardeal D. Henrique até 1580 (Teixeira da Silva, Op. cit. p. 43), o trono português fora entregue à Espanha sem exigência de preservar o mínimo privilégio ao império lusitano em crise.

Estas críticas que sutilmente se fazem presentes na metalinguagem dos seus discursos — em particular em alguns dos seus Sermões e na História do Futuro — são direcionadas às classes acima referidas. Isto porque, o silêncio do

discurso de Vieira insinua que elas foram as responsáveis pelo *arruinamento econômico* do Império colonial português, ao se fecharem na defesa *mesquinha* dos seus interesses individuais. Essas classes, segundo insinua ainda o discurso de Vieira, não consideraram os sentimentos pelos feitos e efeitos do recém-falecido varão previdente, D. Sebastião, por dez anos (1568-1578) *dono* da Coroa portuguesa, cuja causa-morte dá a entender que foi por *amor e honra* à hegemonia portuguesa. Essas mesmas classes indignas, nem sequer preservaram pressentimentos aos antepassados sangüíneos de D. Sebastião, a começar por D. Dinis, seguido por D. João I, e, particularmente, o Infante D. Henrique. Este, ao receber das mãos da sua mãe, D. Felipa, que alguns dias antes de morrer, lhe dera a espada de Cristo para que substituísse o seu velho e cansado pai, D. João I, no comando da Ordem da Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo. A partir daí, D. Henrique se dedicou inteiramente a Deus que lhe deu forças (segundo o sentido do discurso do Padre Vieira), para enfrentar muitas lutas e assegurar as conquistas portuguesas pelas mesmas causas citadas anteriormente.

Assim, em reclamo ao comportamento daquela nobreza insensível a todos esses aspectos, Vieira, baseando-se na *Década de João de Barros* diz:

*(...) Faz muito ao caso advertir o que escreveu o nosso insigne historiador destas conquistas, que quero pôr aqui por suas próprias palavras: **Mas ainda foi acerca dele (fala do Infante D. Henrique) outra cousa muito mais eficaz, que era a obrigação do cargo e administração que tinha de governador da Ordem da Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, que El-Rei D. Dinis, seu tresavô, para esta guerra dos Infiéis ordenou e novamente constituiu. E mais abaixo no mesmo cap., que é o do 2.º do Livro 1.º, Década 1.ª: Assentou em mudar esta conquista para outras partes mais remotas de Espanha, do que eram os reinos de Fez e Marrocos, com que a despesa deste caso fosse própria dele e não taxada por outrem; e os méritos de seu trabalho ficassem metidos na Ordem e Cavalaria de Cristo que ele governava; de cujo tesouro podia depender. De sorte que, dizer o Profeta que Cristo havia de abrir caminho no mar à sua cavalaria, e que a empresa havia de ser a salvação das almas, não só tem a formosura da metáfora, senão a propriedade do caso, e as verdades da história e o cumprimento da profecia; pois verdadeiramente esta admirável empresa foi obra, não de outro Príncipe, senão de um que era propriamente administrador da Ordem da Cavalaria de Cristo, e feita, não com outras despesas, senão com as rendas e tesouros da mesma Cavalaria e serviços e merecimentos próprios dela. (...) Singular prerrogativa, por certo, da Ordem dos Cavaleiros de Cristo de Portugal, não havendo outra entre todas as da Cristandade, que se possa gloriar de Ter tão ilustre Cavaleiro, nem de que sobre os dotes da glória se vestisse o seu manto e a sua Cruz; mas todo este favor de Céu merece uma***

*Cavalaria que tanto mar, tanto mundo e tantas almas conquistou para o mesmo Céu.*  
(Cf. Vieira, [1992], pp. 229-20)

Em um breve comentário, as características da visão de história de Vieira não diferem das de Bluteau, Matias Aires e demais autores daquela época. Todos eles prendem-se à idéia de linearidade histórica e os saberes humanos, de subordinação à leis superiores, quer seja no nível da determinação divina quer seja no da sociedade. Vê-se, assim, que o sentido do discurso de Vieira, embora ornamentado pelo estilo barroco — e como se sabe ele foi um dos principais representantes nas letras portuguesas —, insiste na permanência da linearidade histórica e dos saberes, porém, difere dos demais, sobretudo no nível das críticas acima referidas, ao comportamento daquela elite portuguesa que, no episódio da União das coroas ibéricas não lutaram pela preservação da unidade política portuguesa.

Por outro lado, no silêncio desse mesmo discurso, Vieira, imbuído pela defesa dos interesses de uma então nobreza que se esfacelava com o tempo, reflete as diversidades de consciência e/ou visão de mundo próprias daqueles novos atores. Não importava, para esses, se tinham ou não raízes no passado português, nem tampouco na defesa da nação. Para aquelas fidalguia e nobreza comercial, interessavam, naquele momento, defender os mesmos fatores criticados por Vieira, ao alertar que o Império português ficou dilapidado porque *‘(...) cresceu o Reino à opulência e felicidade que lograram os tempos do Sr. Rei D. Manuel e seus primeiros sucessores; e só com estes dois instrumentos se considera poder bastar a estreiteza de Portugal aos grandes gastos da guerra presente e aos maiores da futura, que se pode duvidar’*. (Cf. Vieira, op. cit., p. 63, Apud Castro, op. cit., p. 137)

Ainda no entremeio do sentido do discurso de Vieira, parece transparecer que a crise de Portugal tem uma outra questão básica — cujas raízes estão na forma pela qual se constituiu a economia do país, em particular no final do século XV e nas primeiras décadas do XVI —, que é a forte presença de



estrangeiros, em sua maioria judeus convertidos ao catolicismo para se livrarem da Inquisição. E sobre esta questão Vieira faz o seguinte comentário crítico:

*(...) de sorte que se o compreendido em o crime de heresia ou de outro deste gênero, não for marcador, ser-lhe-ão confiscados todos os seus bens móveis e de raiz; mas se for mercador confiscar-lhe-ão somente os bens de raiz, e os móveis ficarão livres em favor do comércio. (Vieira, op. cit., p. 65) (...) e o remédio temido ou chamado perigoso, são duas companhias mercantis, Oriental uma e outra Ocidental, cujas frotas poderosamente armadas tragam seguras contra Holanda as drogas da Índia e do Brasil. E Portugal com as mesmas drogas tenha todos os anos os cabedais necessários para sustentar a guerra interior de Castela que não pode deixar de durar alguns ... (Cf. Vieira, 1644, p. 75. Sermão de S. Roque, pregado em 21 de agosto de 1644, Apud Castro, 1978b, pp. 137 – 138)*

Destarte, rompe a aurora do século XVII, clareada pela *Luz divina* e pelos *canhões* da Casa dos Habsburgos, *disparados* sob o comando das Ordenações Filipinas que, segundo Teixeira da Silva (Op. cit., p. 42), estiveram em vigor no Brasil por mais de 300 anos, só sendo substituídas, em 1917, quando entra em vigor o Código Civil brasileiro. Essa aurora atinge o Brasil, no referente à constituição dos seus saberes agrários, consubstanciados nos sentidos dos discursos das fontes testemunhos do século XVII. Logo, as Ordenações Filipinas que substituíram as Manuelinas, em 1603, se estabelecem e dão os primeiros passos em direção às suas realizações, exatamente a partir do momento em que a Coroa portuguesa se unifica à espanhola. Segundo mostra Maria Isaura P. de Quiroz (1976, p. 42), as Ordenações Filipinas vão alterar às Manuelinas suprimindo as eleições diretas e estabelecendo as indiretas, e estabeleceram os critérios para a escolha dos membros das Camaras de vereadores já estabelecidas no Brasil. negando-lhes o caráter político e judiciário. Ordenavam que as Câmaras deveriam

*(...) se contentar com funções econômicas e administrativas. Mas elas não tomaram conhecimento das limitações e continuaram exercendo “com direito ou sem ele”, as atribuições que julgavam de sua competência, desenvolvendo assim. “à margem dos textos legais e muitas vezes contra eles”, um “imenso poder”, que a Coroa aceitava e sancionava, legalizando “uma situação concreta, subversiva do direito legislado”. (Idem, ibidem)*

E convivendo com esta ambigüidade, durante sessenta anos Portugal se submeteu às determinações da Coroa espanhola, mas, no entanto, superou as suas crises políticas e econômicas, tanto as do seu território aquém-mar quanto

aos do além-mar. Crises da lavoura, crises de fome, crises do comércio, crise de mentalidades não faltaram a Portugal durante quase todo o século XVII.

Também as colônias orientais portuguesas praticamente não ofereciam mais nada para sustentar, como fez por mais de cem anos, a liderança de potência marítima, comercial e colonialista em relação aos demais países europeus, nem mesmo para a sua vizinha Espanha, rival em determinados momentos, aliada em outros. Das demais colônias do lado do Velho Mundo, restam-lhe as da África, não mais fornecendo recursos de natureza mineral, pois estes já estavam praticamente esgotados, mas sim aquelas mercadorias diferentes que foram incorporadas ao comércio e à acumulação primitiva do capital através dos feitos e efeitos do Infante D. Henrique. Trata-se, portanto, da mercadoria humana, o escravo africano. Uma mercadoria cujo custo de produção era o mínimo, pois, exceto o do transporte, o resto era dádiva da própria natureza. Mesmo o custo do aprisionamento, como o que foi feito pela primeira vez numa ação do referido Infante, que ao ter dificuldade de conseguir a quantidade de ouro, prata e/ou demais especiarias desejadas, a sua mente foi *misteriosamente iluminada* que comercializar gente poderia ser um negócio lucrativo. Não qualquer gente, mas sobretudo aquela que talvez por determinação divina a sua alma não teria o direito de gozar as *delícias do paraíso eterno*.

Assim agiu o Infante ao chegar no início do século XV, em algum ponto do continente africano, ordenando aos homens da sua tripulação que apreendessem aquelas tribos. Estas, certamente estavam naquele momento de investidura, atividades econômicas e manifestações culturais supostamente não aprovados pela Ordem Militar de Cristo Jesus, da qual o Infante Henrique era governador e protetor. A ordem foi cumprida e o episódio exaltado em uma das crônicas do seu fiel escudeiro e cronista Zurara.

Uns, mortos e espalhados pelo chão, outros se embrenhavam nas florestas assombradas com o que estava acontecendo, e que também normalmente não tinha o apoio do chefe da sua tribo que normalmente os vendiam para os europeus. Os aprisionados, embora feridos, foram e conduzidos

aos porões das caravelas portuguesas para serem transformados em mercadoria humana na Europa. A partir daí, os povos africanos passaram a ser réus e não tinham nenhum alibi para se defenderem da ganância da Coroa portuguesa — e depois das de outros países europeus —, em obter um pouco mais de capital, de prestígio perante a sua fidalguia comercial e de reconhecimento da Igreja católica pela consolidação da índole guerreira e espírito aventureiro de um povo já consagrados naquela bula de Gregório IX, citada nos capítulos anteriores.

Ensurdecendo os tambores daquela gente, Portugal leva a Europa a agudar as suas ambições pela mercadoria humana. No início, tratava-se de um produto de aceitação lenta no mercado consumidor europeu, porque longe estava de uma unidade dessa mercadoria ser equivalente a um grama de ouro. Mesmo assim, no decorrer do tempo ela vai despertar o interesse de outras nações que estavam na mesma contenda da acumulação capitalista. Por outro lado, desperta também o interesse da própria Igreja católica, que chegou mesmo a organizar fazendas voltadas para a reprodução de escravos no Brasil, cujos testemunhos, com raríssima exceção, se não foram carcomidos pelo tempo, continuam enclausurados em algum labirinto dessa instituição. E, assim, a escravidão africana é mais um daquelas fenômenos que se soma à complexidade do discurso regedor da economia política do capital.

Da mesma forma, pode estar ainda na essência dessa mesma complexidade, a percepção de entender o porquê, da transformação de potência marítima e comercial que fora Portugal durante mais de dois séculos, às expensas de uma Espanha imperial (1580-1640),. Essa subordinação em nada contribuiu para solucionar as crises econômicas portuguesas. Ao contrário, elas foram se acentuando gradativamente. Portugal sonhava em restaurar o que fora antes, isto é, voltar a ter uma coroa igual àquela que foi descrita no capítulo IV: de ouro, prata, comércio e escravidão, exceto de germes de grão. Mas duraram sessenta anos que Portugal não era ele mesmo, era um outro, uma espécie de espírito estranho querendo se incorporar num corpo que de certa forma também já lhe era estranho, ou seja, a Espanha de onde há mais quinhentos anos havia se libertado.

Na historiografia luso-brasileira em geral acusa que o interesse da Espanha unificar a Península Ibérica nessa época, estava no comércio do açúcar do Brasil, que naqueles momentos já demonstrava sinais de muita prosperidade. O contrário, estava acontecendo com a agricultura espanhola do seu território aquém-mar, que, embora ao lado da holandesa fosse a mais moderna da Europa setecentista, já começa apresentar as primeiras crises de produção, como mostram Bath, Vazquez Prada, Magalhães Godinho e muitos outros historiadores. Ao lado da agricultura, começava também a escassez comercial das colônias ibéricas do Velho Mundo, portanto, não restavam outras alternativas à Ibéria unificada, senão adonar-se o máximo possível das riquezas naturais disponíveis no Novo Mundo: ouro e prata do lado da América espanhola, espécies vegetais da parte da América portuguesa. Observa alguns destes aspectos no discurso de Brandão em *Diálogos sobre as Grandezas do Brasil*.<sup>20</sup> Este autor revela, por um lado, uma sutil crítica aos governantes portugueses no Brasil, pela aparente inércia de explorar mais as riquezas vegetais desta banda do além-mar que a natureza gratuitamente ofertava; e por outro, indiretamente justificava-se ao rei<sup>21</sup> que não conhecia ainda muito bem a fertilidade das mesmas, alegando que por

*(...) ser novo ainda neste Estado me faz ignorar dessas grandezas, que me affirmaes poder nelle haver, e pera que fique melhor inteirado dellas a me poder retratar da minha opinião, vos peço que me digaes como ou de que maneira pôde haver todas essas cousas que tendes dito ser o Brasil capaz de produzir? E assim do seu sitio, bom céu, bondade de astros, e outras cousas de que o tendes feito abundante. (Cf. Brandão, Op. cit. p. 48)*

Mas nem por isso, deixou de ressaltar várias vezes que

*(...) São tão grandes as riquezas deste novo mundo e da mesma maneira sua fertilidade e abundancia, que não sei por qual das cousas comece primeiramente; mas, pois todas ellas são de muita consideração, farei uma salada na melhor forma que souber, pera que fiquem claras e dêemgosto. Pelo que, começando, digo que as riquezas do Brasil consistem em seis cousas, com as quaes seus povoadores se fazem ricos, que são estas ; a primeira a lavoura do assucar, a segunda a mercancia [mercadoria], a terceira o pão a que chamam do Brasil, a quarta os algodões e madeiras, a quinta a lavoura de mantimentos, a sexta e ultima a criação de gados, De todas estas cousas o principal nervo e substancia da riqueza da terra é a lavoura dos*

<sup>20</sup> Diz Jaime Cortesão na apresentação desse livro que "(...) *Da leitura dos Diálogos se deprende (...), que o autor fora senhor de engenho e vivera na Paraíba, onde, em 1618, escrevera o seu livro*".(Cf. Cortesão, In: Brandão [1943], p. 11)

<sup>21</sup> O rei era Felipe II de Portugal e III da Espanha.

assucares. (...) Pois as que estão até o dia de hoje agrestes por falta de cultivadores (...) e o que não é possível pode-las trazer todas á memoria, irei tratando somente das que me ocorrerem. E assim demos o primeiro lugar, pela formosura da planta, ao cajá, que na India se chama ambar e, do qual pera tantas cousas lá se servem, e aqui pera nenhuma senão pera se comer depois de maduro, com deixar um azedo gostoso e muito cheiro nas mãos; outra fruta chamada uticroy do tamanho de uma grande pinha, de tanto gosto que tenho por sem duvida ser melhor que a perada e marmelada tão estimada do mundo, o qual se dá em uma arvore muito grande; araticú, de feição das jacas da India, não má fruta; outra sorte do mesmo araticú, chamado- apê, mais pequeno, e grande no gosto, de modo que não ha quem se acabe de fartar dellas (e um amigo meu fazia delles filhos com ficarem maravilhosos) mangava, fruta que pôde ser estimada entre as boas que ha no mundo, a qual semelha ás sorvas de Portugal; o abundante cajueiro, o qual demonstra que, de soberbo por se desviar das demais arvores, leva o fruto ao revés de todas, porque as castan as, que nas demais se esconde em no mago e as, nestes cajus campeam por ora, em órma que na cabeça do fruto se arrematam de feição que mostra a quem o não conhece, que por alli teve principio; é formoso e gostoso pomo, do qual se sustenta muita gente em todo o tempo que duram.



**Figura 174. Composição com cabaças, frutas e cactos<sup>22</sup>**

(...) A bondade de suas castanhas passo em silencio, porque já tenho tratado dellas, janamacaras , cuja planta é á feição de cardos e dão uma fruta vermelha gostosissima no comer; pitombas, que são semelhantes a ameixas; massarandubas, que se parecem com as cerejas; gabaria, do modo de azeitonas, e são doces; gotas, que são do tamanho de ovos; grumatás, fruta branca e comprida, que se come chupada,

<sup>22</sup> Figura 174. Composição com cabaças, frutas e cactos. Albert Eckhout. Óleo sobre tela 90 x 90 cm. Museu Nacional da Dinamarca. In: Moraes Belluzzo, Op. cit. p. 117.

com deixar muito gosto; sabujai é uma arvore grande, que dá umas pinhas, dentro nas quaes se acham castanhas gostosas pera comer; abarba, semelhante aos dedos da mão, tem o sabor de figos; enguias, que são semelhantes á alfarrobas, e doces no gosto; macule, fruta excelentíssima, da feição de perras; jambos, como ameixas brancas; peitai, que semelham a ditames mui gostosos; canafistula, que se cria nos mattos em grandes canudos bastecidos de sua medula. (Cf. Brandão, Op. cit. pp. 139 e 218)

Uma Carta escrita em 10 de abril de 1607 e assinada apenas com as iniciais IN, relatando alguns aspectos das capitâneas brasileiras, ressalta muitas das questões apresentadas no texto de Brandão. Assim diz o documento:

(...) *Toda esta terra é mui fertil e abundante de mantimentos/da Terra que chamã Mandioca, de `q se faz certa farinha/que se come em lugar de pão produz muitas fructas; assim/estrangeiras como naturões da Terra, e entra ellas as ananazes/que é um pomo formozissimo à vista, e muito sabroso, tem/muitas madeiras excelentissimas para todo o genero de fabrica, (...).*“O excellentissimo fructo e droga do assucar se dá em toda/esta provincia em tanta abundancia que daqui se provê/não somente este reyno, mas todas as provincias da Euro/pa de que se lirá tanto interesse que se



Figura 175. Usina de Açúcar<sup>23</sup>

*entende valgrá/aque vem á fazenda de S.M. quinhentos mil cruzados (...) E para as Cam<sup>ras</sup> daquellas partes encar/regandolhes `q tenham particular cuidado/de faserem plantar muitos mantimentos, E/que visitem, e saibão se-os senhores dos/engenhos o cumprem assim em suas terras/e os obriguem a que o fação sob as pe/nas `q parecer; ou `q comprè todo o man/timento neçess<sup>rio</sup> para seus escravos de/man<sup>ra</sup> `q lhes não possa nunca faltar:/E que não consintão carregar farinhas/p<sup>a</sup> Angola sem ficar na terra proVim<sup>to</sup>/muito bastante p<sup>a</sup> todo ano. (...)*“Toda esta terra é mui fertil e

<sup>23</sup> Figura 175. Usina de açúcar. Georg Marggraf (ed) e Johanas Blaes (ed). Gravura em metal aquarelada, 121 x 165,5 cm. Coleção Pedro Franco Piva, São Paulo. In: Moraes Belluzzo, op. cit., p. 135. Reproduzida também por Adonias, Op. cit.

*abundante de mantimentos/da Terra que chamã Mandioca, de `q se faz certa farinha/que se come*



Figura 176. Engenho de açúcar<sup>24</sup>

*em lugar de pão produz muitas fructas; assim/estrangeiras como naturães da Terra, e entra ellas as ananazes/que é um pomo formozissimo à vista, e muito sabroso, tem/muitas madeiras excelentissimas para todo o genero de fabrica. (...). O excellentissimo fructo e droga do assucar se dá em toda/esta provincia em tanta abundancia que daqui se provê/não somente este reyno, mas todas as provincias da Euro/pa de que se (corroído) tanto interesse que se entende (corroído)/aque vem á fazenda de S.M. quinhentos mil cruzados (...)* (In: IHGB, manuscrito. Carta de IN de 10 de Abril de 1607)<sup>25</sup>

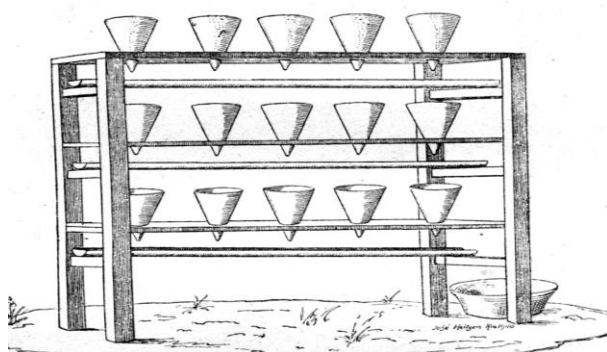
Silva e Johnson, em a Nova *História da Expansão Portuguesa* (op. cit., pp. 264-294), fazendo um resumo de um dos textos de Schwartz sobre este mesmo assunto mostram que

*(...) As plantações e os frutos de que se sustentam os habitantes do Brasil são, em primeiro plano, a farinha, que é feita de mandioca, que é um arbusto cujas são parecidas às do pentafólio, mas com nove folhas uma ao lado da outra, como os dedos da mão. Não tem flores nem sementes, o caule é lanhoso e replantado por meio do seu próprio lenho. No local em que se quer plantá-la, fazem-se montezinhos redondos de cerca de 3 pás de diâmetro, corta-se o caule da mandioca—o que é chamado maniva—em pedaços de um palmo de comprimento, e 2, 3 ou 4 desses pedaços enfiam-se em cada montículo de areia, de modo que fiquem com a metade fora da terra. Esses montículos são chamados covas e são feitos muitos um ao lado do outro, conforme o número de pessoas e a ocasião, chegando mesmo a alguns milhares. A maniva cria raízes na terra e nestas vão surgindo trechos espessos, no*

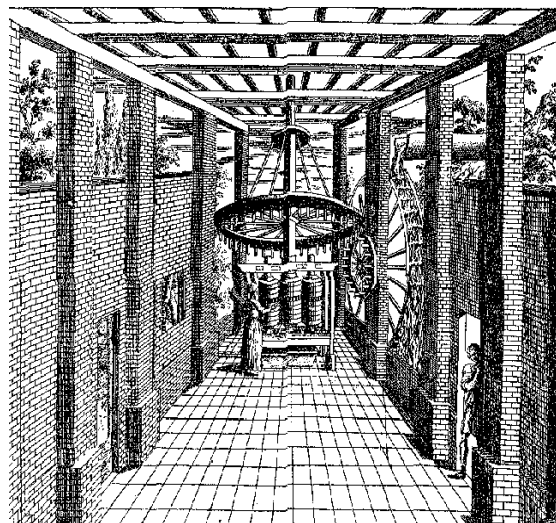
<sup>24</sup> Figura 176. Engenhos de açúcar. Modelo de engenho d'água, ou engenho movido por meio da roda d'água. Desenho de Frans Post na primeira metade do século XVII, onde aparece também o desenho de um carro de boi.

<sup>25</sup> Carta de IN de 10 de Abril de 1607, p. 1. IHGB, Lata 490, pasta 14 – 1607.

que influi a qualidade do solo, sendo que nas melhores terras têm um côvado de comprimento e a grossura de um braço; nas terras pobres, são insignificantes. Estes espessamentos são chamados mandioca e são quase semelhantes aos que surgem na raiz da beterraba da nossa Pátria, mas muito mais grosseiros. As manivas quando se fixam em terra criam 2 ou 3 caules e demandam 8, 10 e 12 meses desenvolver-se para e alcançam uma polegada ou mais de espessura, lenhosos e com a altura de um homem. Colhida a mandioca, tornam a servir de semente. Assim, a mandioca apresenta vantagens sobre os nossos cereais, de vez que temos que lançar à terra as sementes para colher as sementes: da que se planta o que se não aproveita do arbusto sem que se perca algo de mais ou do que serve para alimento.” A mandioca era plantada não só pelos escravos nas roças que lhes eram emprestadas pelos proprietários, mas também por colonos



**Figura 178. Formas para açúcar<sup>26</sup>** humildes que não conseguiam, por motivos econômicos, participar directamente na economia da exportação de açúcar. Assim, servia como actividade para os imigrantes com pouco ou nenhum capital, bem como para os mestiços (mamelucos) e os negros libertos. (cf. Schwartz Apud Silva e Johnson, 1992, pp. 265-266)



**Figura 177. Engenho de açúcar<sup>27</sup>**

O século XVII foi também marcado por crises de abastecimento de produtos agrícolas e de fome em Portugal e em outras partes da Europa, em particular, o abastecimento de pão. Em parte, essa fome também repercute no Brasil, conforme mostra Serrão, [1979]; Prada, 1977; van Bath, [1987]; Linhares, Teixeira da Silva, 1990 e mais uma série de outros historiadores. Este foi mais um fator que directamente influenciou a propagação da produção de outros produtos vegetais no Brasil, tal como o cravo, a canela, o milho, o trigo, etc., segundo

<sup>26</sup> Figura 178. Formas de barro para secar açúcar. Sem data e é mais uma ilustração da obra de José Rodrigues de Melo. Idem, ibidem.

<sup>27</sup> Figura 17. Engenhos de açúcar. Modelo de engenho d'água, ou engenho movido por meio da roda d'água, sem data e de autor anônimo. Diz Regina Pirajá da Silva, em 1941, na introdução da obra referida a seguir, e repete Ruy Gama em 1983, em *Engeno e Tecnologia*, que essa Figura



aparece ainda no documento em análise, cujo missivista tece o seguinte argumento:

*(...) Porem o segundo lugar/depois do trigo pertence à mandioca, que he fari/nha de humas rayzes muito forteys, muito sadias/e muito substanciaes, das quaes se fazem muitas/sortes de farinha, huma muito fina, e tão branca,/e mais, que a do trigo de Alentejo, a que chamão/carimá, de que fazem bollos, que chamão Beijús,/biscouto, que chamão caçave , e filhos, e boli/nhos, e sobre tudo, hum caldo, como de almidão mas/muito melhor, que chamão mingáo (...) Quando na nossa patria nos falta o trigo ordi/nariamente, e o comemos todo o anno, pella mão de/estrangeiros, que com elle se fazem pa'de(royos), e/por elle nos levão tudo quanto trazemos da India,/e da china, e nem isso basta, para termos pão,/e assí temos os portugueses, menos razão de des/prezar a mandioca, que as outras nasções do/mundo, considerando que he ella tal manti/mento, que havendo no Maranhão muito mi/lho zaburro, e muito excellente arrós em quanti/dade, não se faz lá uzo de nenhum delles/para pão, sendo bôa verdade, que se a cá/tiveramos em abundancia, não fora tão/rum o cativeiro de comermos o pão pella mão/do estrangeiro. (Idem, p. 38)*

Observa-se um aspecto nessa categoria de documento que não é mais a preocupação com o processo do saber-fazer, como aparece nos discursos dos cronistas citados no capítulo anterior. Enquanto naqueles o saber estava muito voltado para dentro, para a maneira e os hábitos usados pelos nativos nas suas organizações sociais, neste e em mais alguns dessa mesma natureza — embora conviva ainda com esses hábitos, conforme descreve Nieuhof a seguir — já começa a aparecer muito mais claro do que antes, como um fator de produção. Quanto aos saberes anteriores acima citados, Nieuhof descreve com muito mais detalhes do que os seus antecessores, uma série de técnicas da fabricação de variadas bebidas, e começa comparando as dos europeus com as dos brasileiros, dizendo:

*(...) Os portugueses e holandeses preparam um refresco com água, açúcar e limão. Às vezes põem de infusão certas ervas e outras vezes usam apenas água com limão. Além disso, o naturais preparam bebidas com diversas raízes e frutas, que servem em suas ruidosas festas. Dentre as frutas usadas para esse fim contam-se principalmente Pacovas [bananas, CF. figura ao lado], Ananás, Mangaba, Genipapo, Caraguatá,<sup>28</sup> etc.,<sup>29</sup> pois enquanto a videira perdura no Brasil, três safras ao ano, a quantidade não*

---

aparece em 1781, em Roma, ilustrando a obra de José Rodrigues de Melo, *De Rusticis Brasiliae*. Rebus é do poema de Prudêncio do Amaras, *De Sacchari Opificio Carmem*. Op. cit. anexo.

<sup>28</sup> Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Verbetes: caraguatá. [Do tupi karawa'tã, 'croá duro'.] Brasil: significação comum a vários gêneros da família das bromeliáceas, dos quais há espécies ornamentais, que são epífitas e terrestres; caruatá, caruatá-de-pau, coroá, coroá-verdadeiro, craguatá, crauaçu, crauatá, curuatá, curuatá-de-pau, gravatá.

<sup>29</sup> Na nota 434 de rodapé dessa pagina do livro diz: Em Marcgrave (LXX, 137), Paoeira dos Lusitanos; não é natural do Brasil; no Congo chamam-na Quibuaaquitiba e ao fruto Quitiba:

é suficiente para o fabrico do vinho. Do fruto do caju, os naturais preparam uma bebida a que dão o nome de Cauim. Para fabricá-la trituram a fruta num pilão de madeira e espremem-na com as mãos para tirar-lhe o suco, que é coado depois de decantado. O caldo, a princípio, parece leite, mas, dentro de pouco dias descora. Depois de algum tempo azeda e torna-se um bom vinagre. O vinho ou licor a que os brasileiros denominam Aipy, é fabricado por dois processos diferentes. O primeiro consiste em cortar em fatias a raiz de Aipim macacheira (uma variedade de mandioca). Essas fatias são mastigadas pelas velhas até reduzirem a uma papa a que chamam Karaçu. Nesse estado, o material é colado numa vazilha e fervido com certa quantidade de água, sendo continuamente agitado até atingir o ponto de ser espremido. Feito isto temos o que denominam Kavikaraku e que serve morno. O segundo sistema de fabricar essa bebida, consiste em tomar a raiz da mandioca descascada e cortada em fatias, que a seguir é triturada e fervida em água, como ficou dito acima, produzindo uma bebida esbranquecida que lembra o soro do leite. Também esta é servida quente e tem paladar bastante agradável. Chamam-na Kacimacaxera, conquanto ambas as bebidas sejam abrangidas pela designação comum de Aipy. A bebida denominada Pacoby é preparada com o fruto da árvore Pakobate ou Pakobaçu. O que os portugueses chamam Vinho de Milho, é uma bebida feita de cevada ou trigo turco, que os índios chamam Maiz. O



**Figura 179. Bananeira. séc. XVII<sup>30</sup>**

licor Nanâi também deriva seu nome da excelente fruta denominada Nana ou Ananas e constitui a bebida mais forte dos nativos. Há outra espécie de bebida chama pelos portugueses Vinho de Batatas porque é preparado com batatas. (Cf. Nieuhof, Op. cit., pp. 304-305)

Começou, como foi explicado anteriormente, esse século XVII com Portugal sendo comandado pela Espanha e o Brasil sob a direção provisória de

---

Pacobete dos Brasileiros e Pacaba dos Lusitanos. Em Cardim (XIX, 63), Pacaba. Em Léry (LII, 159), Pacoére e Pacó. Em Soares (LXXXVI, 27), Pacoabeiras e Pacobas. Segundo Plínio Ayrosa (LII, p. 159, nota 388), opá + opá = tudo folha.

Ananás. Em Piso (LXX, 87), Ananas, ou Nana. Em Cardim (XIX, 62), Nana; em Soares (LXXXVI, 225), Ananas. Segundo Rodolfo Garcia (XIX, 113), na-nã, cheira cheira. Em Margrave (LXX, 121), Mangabiba, fruto Mangaba. Em Piso (LXX, 76), Mangaiba. Segundo Teodoro Sampaio (LXXXI, 138), manguaba, cousa de comer. Em Piso (LXX, 67) Ianipapo. Em Marcgrave (LXX, 92), Ianipapas dos Brasileiros e Ianipapo dos Lusitanos. Em Cardim (XIX, 58), Genipapo. Frei Vicente do Salvador (LXXVII, 32), janipapo. Segundo Batista Caetano yandipáb, s, genipapo (II, p. 569). Sobre Caraguatá, cf. nota 423. Sobre cauim Hoehne, p. 145 e Léry LII, p. 118 e p. 105 nota 87 de Plínio Ayrosa.

<sup>30</sup> Figura 179. Bananeira do século XVII. Cf. Frei Cristóvão de Lisboa, 1967 (1632), anexo.

um português, Manuel Teles Barreto. Este, membro da sociedade da Corte portuguesa e nomeado por Felipe II (Cf. Serrão ([1979], pp.165-168), cujo irmão Antônio Muniz Barreto, (Cf. Frei Vicente, Op. cit., p. 216), já havia sido governador da Índia. O mandato de Manuel Teles foi de muito conflito com moradores de várias capitanias, em especial com o povo da Bahia e de Sergipe que lhe reivindicavam escravos índios. (Cf. Calmon, s/d, pp. 399-404, vol. II).

Nesse momento, como pode observar ainda no sentido dos discursos regedores de Pedro Calmon e do Frei Vicente, já tinha começado desde as últimas décadas do século anterior ações intensivas para ocupar as terras do interior do país. Na realidade, essas investidas não eram propriamente com a finalidade de fazer roças para tirar os abastecimentos dos dirigentes da colônia, porque os mesmos eram abastecidos com os produtos trazidos de Portugal, mas sim para encontrar minas de ouro. Sintetizando o que já foi dito por diversos autores, um dos resultados dessas ações foi os surgimentos das roças, quer sejam as formadas em torno dos currais, quer sejam as que se transmutaram das áreas de mandioca então cultivadas pelos índios.

Esse processo estende-se por todo o país, e de certa forma foi facilitado pela presença das irmandades católicas, como a dos capuchinhos e, principalmente, os da Companhia de Jesus. Esta, um pouco mais do que as demais ordens, já havia se embrenhado por quase todas as capitanias, a fim de aplicar os seus Regulamentos e planejar aldeias dentro do modelo criado pela Igreja católica recém-reformada. Não está de tudo explícito, mas dá para entender que para o Frei Vicente a vinda de Manuel Teles Barreto foi motivada pelo interesse de D. Felipe em mandar alguém de sua confiança para combater não apenas os índios, mas sobretudo as invasões estrangeiras (inglesas e francesas), que passaram a atacar o Brasil. O Frei Vicente afirma que em decorrência da escassez de homens jovens — pois esses tinham ido à guerra contra os índios e só ficaram os velhos e as mulheres —, durante o governo de Manuel Teles vão ocorrer vários conflitos na cidade do Rio de Janeiro, e a liderança dessa expulsão coube a uma mulher: D. Inês de Souza, esposa de Salvador Correia de Sá. Esta,

*(...) fez outra de mulheres com seus chapéus nas cabeças, arcos e frechas nas mão, com o que e como mandarem tocar muitas caixas e fazer muitos fogos de noite pela praia, fizeram imaginar aos franceses que era gente para defender a cidade e assim a cabo de dez ou doze dias levantaram as âncoras e foram embora da cidade. (Cf. Frei Vicente, Op. cit., p. 216)*

O mandato de D. Felipe I teve ainda como representante no Brasil um outro português, D. Francisco de Souza. Da mesma forma que nos governos anteriores e posteriores, o mandato de D. Francisco foi marcado por longas disputas internas e externas pela adonação das Terra Brasil, tal como aconteceu na luta contra os franceses, e portugueses aliados a esses pela posse da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Mesmo assim, o D. Francisco é exaltado pelo Frei Vicente do Salvador, pelas qualidades pessoais desse *ilustre* varão providente que era apelidado de D. Francisco das Manhas. Um desse feitos, segundo o discurso do referido frei, foi a atitude que teve ao receber notícias da morte da sua mulher que havia ficado em Portugal. Naquele momento, narra o Frei Vicente:

*(...) entendeu que era de boa esta para acariciar as vontades dos cidadãos e naturais da terra, fazer-se cidadão e natural como eles. E pouco aproveitara di-lo de palavras, se não pusera por obra e assim foi o mais benquisto governador que houve no Brasil, junto com o ser mais respeitado e venerado: porque com o seu mui benigno e afável conservara a sua autoridade e majestade admiravelmente. E sobre tudo o que o fez mais famoso foi sua liberalidade e magnificência, porque, tratando os mais que hão de levar e guardar, ele só tratava do que havia de dar e gastar, e tão inimigo era do infame vício da avareza que, querendo fugir dele, passava muitas vezes o meio em que a virtude da liberdade consiste e inclinava pera o extremo da prodigalidade, dava a bons e maus, pobres e ricos, sem lhes custar mais que pedi-lo, donde costumava dizer que era ladrão que lhe pedía a capa, porque pelo mesmo caso lhe levava dos ombros. Cf. Frei Vicente, Op., cit., p. 261)*

Durante o governo de Felipe II, os comportamentos dos seus aliados portugueses em relação às causas pela posse das terras do Brasil não foram muito diferentes daqueles seus antecessores. De certa maneira, a economia básica da colônia começava a consolidar a produção do açúcar voltada exclusivamente para a exportação. Técnicas ainda obsoletas trazidas da ilha da Madeira, como afirmam vários historiadores, em particular Ruy Gama em *Engenho e Tecnologia*, começam a se fixar e aos poucos se a modernizar no contexto dos saberes agrários brasileiros.

Diogo Botelho, nomeado por Felipe II para governador geral do Brasil, teve um mandato marcado por um avanço significativo das *bandeiras aprisionadoras* de índios para a direção sul. Tal avanço foi em função da Lei sancionada por esse governador que permitiu a escravização de índios. Fundam-se missões em algumas regiões do Brasil e dá-se início aos primeiros ataques e aprisionamento dos índios Guaranis do Guará pela bandeira de Manuel Preto (Cf. Ribeiro e Neto, 1992, anexo). O ritmo de violência praticado pelos bandeirantes no processo de aprisionamento de índios e adonação de terras para constituir as suas rfortunas se faz presente na ocupação econômica do Estado do Grão-Pará e Maranhão, que vai ativar uma nova dinâmica produtivista na colônia.

Supõe-se, assim, que a partir dessa nova fase, ou dessa nova investida econômica — sem deixar de lado as outras regiões brasileiras —, poderia ser uma alternativa possível para Portugal retornar a ser a potência comercial hegemônica que fora nos séculos anteriores. Nessa nova tentativa de dinamizar a produção, mesmo com essa orientação administrativa por Vieira, começava a se configurar geograficamente um território real que



**Figura 180. Paulistas aprisionam índios<sup>31</sup>**

de certa forma já havia superado a dimensão imaginária do discurso do Tratado de Tordesilhas materialmente representado no mapa Terra Brasilis. No século XVII os Bandeirantes paulistas ao intensificaram a capturação de índios, estendendo o território para todas as direções. Em princípio, mas isto não passa de uma conjectura, pode-se até conjecturar que esses indivíduos não tivessem vínculos

<sup>31</sup> Figura 181. Paulistas aprisionam índios nas Missões. Desenho de J. Wasth Rodrigues. In: Camon, Op. cit. v. 2, p. 447.

fortes com os interesses comerciais da Metrópole, como alguns historiadores contemporâneos procuram justificar as suas hipóteses de trabalho.

Apesar de alguns deles construíram as suas fortunas um pouco independente da Metrópole, sempre tiveram a cobertura política da mesma, e por isso às vezes podia até provocar algum conflito com a ação de alguns missionários que aqui atuavam, cujos casos mais conhecidos são os casos de Domingos Jorege Velho, Raposo Tavares e vários outros bandeirantes e muitos dos ocupadores de terras interioranas. Todos eles certamente católicos praticantes mas não com o puritanismo do Infante D. Henrique no século XV, como é o caso específico de Raposo Tavares que acumulou riquezas escravizando “(...) 10 000 índios em 1636, no âmbito das reduções jesuíticas do Rio Grande do Sul”. (Cf. Ribeiro e Moreira Neto, 1992, anexos).

Desse modo, no silêncio do discurso de tudo isso, estava a justificativa de alguns interessados em adonarem-se das terras do Brasil, explorando tanto as espécies vegetais nativas quanto as trazidas de outras partes do mundo, como aquelas 37 espécies relacionadas no relatório de Ribeyro de Macedo. Já naquele momento, como será visto a seguir, os atuais estados do Pará e do Maranhão passaram a despertar um certo interesse à Coroa ibérica em ocupar as suas terras. Na carta de 1607, cuja primeira metade já foi citada acima, apresenta uma justificativa que, de certa forma, antecipa o julgamento que Ribeyro de Macedo, vai fazer muito mais no final do século, ao explicar que a fertilidade do solo brasileiro está relacionada com posição que o Brasil ocupa no Universo, e por isso tem vocação favorável para cultivar várias espécies vegetais de outras partes do mundo.

É possível que na proposta do autor dessa correspondência esteja a intenção de ocupar o mais rápido possível a região norte do Brasil, para assim assegurar a posse do território brasileiro aos portugueses, e evitar que o mesmo fosse ocupado por outros povos, como os franceses ou ingleses, pois a estes os indígenas apoiavam mais do que aos portugueses. Este aspecto está presente no discurso d'Abbeville, ao narrar a chegada dos franceses no Maranhão, em 1612,

mostrando por um lado, o conhecimento que os franceses tinham sobre a rivalidade dos índios com os portugueses e da confiança dos mesmo aos outros povos, notadamente a esse mesmos franceses; e por outro, a sutileza que está na forma do enunciado regedor das palavras do representante francês, a fim de continuar seduzindo a confiança dos índios, em nome do Rei que se dizia desejoso de tê-los como vassalos. Sobre estes dois aspectos, narra Abbeville que

*(...) enquanto se prepara a cruz, e no intuito de não perder tempo, achamos de bom aviltre mandar emissários à Ilha Grande do Maranhão, a fim de prevenir os índios da nossa chegada e perguntar-lhes se ainda tinham a mesma vontade de outrora de receber os franceses. Visava este gesto evitar ofendê-los e surpreendê-los. O Sr. Des Vaux (...), partiu ele no dia seguinte para a Ilha Grande, onde convocou uma reunião na Casa Grande dos principais e anciões,<sup>32</sup> a fim de dizer-lhes que, de acordo com os seus desejos, mostrara ao nosso muito grande e poderoso Rei a vontade que tinham de serem seus súditos, de reconhecê-lo como o seu soberano monarca e de receberem deles um grande guerreiro e valente capitão para protegê-los e defendê-los contra seus inimigos, permanecendo sempre amigos e aliados dos franceses. (Cf. Abbeville, 1978, pp. 51-52)*

Consciente dessas ameaças, os portugueses estavam certos de que cultivando as terras daquela parte do Brasil evitariam as constantes ameaças estrangeiras, até porque lá já estavam instaladas várias missões jesuíticas aplicando aquele Regulamento da Companhia de Jesus citado anteriormente. Mas isto não poderia se limitar apenas à exploração das espécies vegetais nativas, mas cultivar aquelas terras sobretudo com aquelas espécies trazidas de fora que eram mais rentáveis e de maior aceitação no comércio internacional. Assim, referida carta de 1607 ressalta as qualidades das terras do Pará e Maranhão, e justifica que as mesmas devem ser cultivadas, porque

---

<sup>32</sup> Nota de pé de página do livro, talvez de autoria de Rodolfo Garcia. CARBET — O autor não define este termo, mas de suas palavras infere-se que seria o lugar das reuniões públicas, o “parlamento” dos índios. O vocábulo ocorre nas relações de todos os viajantes americanos. Rochefort dá como termo *caraiíba*, significando casa pública. Littré registra-o, sem indicar procedência, como casa grande das Antilhas. Será mesmo importação *caraiíba*, mas considerado o largo uso que dessa palavra fizeram Léry, Hans Staden e outros, tratando dos Tupinambás, não é descabida a hipótese de procedência tupi por *ocára* = ocar participio de og: o que cobre ou tapa a cerca, o cercado, o pátio, o pé, locativa, mudada em *bê* por serem articulações labiais sucedâneas, exprimindo o todo — na cerca, no pátio, onde de fato se realizavam as reuniões, o *carbet*. — Essa hipótese, sugere-me o mestre Dr. Capistrano de Abreu, com fundamento nos Diálogos do Brasil, Dial. V, onde ocorre a palavra *carpe*, como casa redonda levantada no meio das aldeias, aonde os índios se reuniam quando tinham de determinar qualquer guerra”. (In: Abbeville, 1978, p. 51)

(...) O Gram Pará, que também fica debaixo da Jurisdição do vosso Governo, se tem por Conquista de/Grandes esperanças, assim pela Grandeza da Capitania, como pela Bondade das Terras, e Acomodadas/para Engenhos de Assucar, e criaçoens de gado/vacum, e que tem grandes Mattas de Árvores de Cra/yo, e nas moscada, como a das India, e que tudo se/póde Beneficiar com pouco custo, e muito proveito/dos meus Vassallos, e minha fazenda, pelo que vos/encommendo muito tomeis verdadeira informação/pelas pessoas; que vol-a poderás dar, de que me avizareis com particularidade, e também vos encommendo muito augmento desta capitania, e dos/moradores della, para que vá em crescimento; pois/se diz he a mais abundante, e fertil de todas/as que ha nesse estado; e noque toca no cravo,/que por muitas vezes tenho mandado se beneficios, para que se possa fazer bem apregasão dos/índios, nem dispendio de minha fazenda; pois curareis que haja pa(?)vas particulares, que tomem/á sua conta, com as condiçoens que vos pare/cerem convenientes, de que me avrarei, para/resolver o que for mais de meu serviço. (Cf. Carta de IN de 10 de Abril de 1607)<sup>33</sup>

Ainda nesse mesmo ano, o governo de Portugal assina uma Provisão visando aumentar o cultivo das culturas da Baunilha e do cacau no Brasil, porém, tomando sempre os cuidados e seguindo as normas estabelecidas por lei, autoriza em seu nome, dizendo que

(... ( Faço saber aos que esta minha Provisão virem que tendo respeito ao que me representou Mon. Fernando Ramiris, que hora envio por Provedor da Fazenda do Estado do Maranhão em razão da grande conveniencia que resultará á minha Fazenda, e ao augmento d'aquelle Estado a agricultura das plantas das baunilhas e cacáo e pela muita quantidade que ali há de hum outro género e a forma em que se devia beneficiar para maior rendimento da Fazenda real e bem d'aquelles, vassallos, e visto a que fica referido e o que sobre este negocio responderão os meus Procuradores da coroa e fazenda, Hei por bem que na forma que o aponta o dito Mon. Fernando Ramires, vá cobra a agricultura das ditas baunilhas, e cacáo, e exercitar seu officio, e que assim elle como Governador o devem mandar plantar, e beneficiar para o que hay por obrigado a Provisão, que se passou para que o Governador, e mais Ministros d'aquelle Estado não possam fazer agricultura de género algum porque nesta parte a Ley por derogada somente a respeito do dous Ministros-Governador e Provedor da Fazenda para que a seu exemplo cultivem aquelles moradores estas plantas, o que redundará em beneficio de minha fazenda, E ainda(?) ocupar nesta cultura os índios mais inuteis, pagando delles seus trabalhos, e deixando os mais para hir as Missões. Pello que mando ao dito meu Governador e Provedor da Fazenda do dito Estado do Maranhão, cumpras inteiramente como melhor se contem, a qual valerá como carta sem embargo, da ordenação do L. 2º (S.:S) 40 em contrario. Paschoal de Andrade o fez em Lisboa ao primeiro de Dezembro de seis centos e sete. //O Secretario Manuel Barreto de Sampaio o fez escrevcer. //Principe// (Cf. BNRJ, setor de manuscritos. Códice I-11,2,17 nº . 6)<sup>34</sup>

<sup>33</sup> Em carta de IN de 10 de Abril de 1607, p. 2. IHGB, Lata 490, pasta 14 – 1607.

<sup>34</sup> Manuscrito original sem identificação do autor e sem data na pasta de papéis avulsos pertencentes ao Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, setor de manuscritos, códice: I-11,2,17 nº . 6.



Desse modo, o século XVII brasileiro inicia via Estado do Grão-Pará e Maranhão, mais uma diversificação na acumulação e reprodução inicial da economia brasileira, e, evidentemente, nos seus saberes agrários. Também a vida urbana começa a tomar forma e fazendeiros das diferentes regiões e categorias, assim como as demais classes sociais, em particular os escravos africanos fugidos dos eitos, passam a viver nas cidade. No caso específico do Nordeste, mostram Silva e Johnson que

*(...) Os plantadores viviam geralmente nas suas propriedades, embora muitos tivessem casa na cidade, que ocupavam enquanto estavam em negociações com os comerciantes ou quando era necessário tratar com a burocracia régia. A este respeito, a imagem clássica descrita por Gilberto Freire, distorcida em tantos outros aspectos, está correcta. Como na Europa carolíngia, as cidades serviam principalmente de morada para os burocratas, o clero, e os comerciantes em número bastante para satisfazer as necessidades comerciais da região circundante. Mas não deve pensar-se que os plantadores se dedicavam ao açúcar e a mais nada. Em alguns casos, um homem começava no Brasil como comerciante, fazia uma pequena fortuna e depois, ao estilo metropolitano, investia-a numa propriedade — por vezes uma plantação de açúcar. Os senhores de engenho, por sua vez, também investiam em ranchos de gado e em propriedade urbana. Mem de Sá, por exemplo, era, quando morreu, não só dono de dois grandes engenhos de açúcar, um na Baía e outro em ilhéus, mas também de várias fazendas de gado, além de emprestar dinheiro a associados e a outras pessoas. Como seria de esperar, os senhores do açúcar, como sempre acontece com os ricos, sabiam bem diversificar os seus riscos. Além dos senhores de engenho e dos lavradores, a economia do açúcar dependia também de outros dois grupos importantes: os trabalhadores especializados que supervisionavam o processo de produção, e os escravos que faziam a maior parte do trabalho dos campos e o trabalho pesado dos engenhos. (Cf. Silva e Johnson, Op. cit. p.258)*

Com o nascimento e crescimento dos centros urbanos que se estendem de norte a sul do país, não apenas em torno dos núcleos administrativos, mas também em torno das missões, de algumas bandeiras ou de pontos de descanso de tropas e boiadas — cujo exemplos clássicos entre outros se destacam Pelotas, no Rio Grande do Sul, Sorocaba, em São Paulo e Jacobina, na Bahia —, a nascente economia brasileira já começava aumentar a circulação de moedas pelo interior do país, embora ainda predominasse a troca direta das mercadorias (economia de escambo). Os problemas de ordens sociais vão gradativamente se expandindo, o que conduz também ao surgimento simultâneo de diversos tipos de *aparelhos* do Estado, não apenas os coercitivos, mas também os assistenciais. Além disso, nos maiores centros da colônia a circulação de

outros produtos domésticos e gêneros alimentícios, às vezes de melhor qualidade do que os produzidos na Europa, como a carne de boi, assim como também a da moeda que chegou mesmo a provocar admiração, como mostra Afonso de Taunay, a um francês que passava pela cidade da Bahia-de-Todos-os-Santos nas primeiras décadas do século XVII. Sobre estes aspectos Taunay narra que

*(...) Pyrard de Laval (1570?-1624), ao passar pela a Bahia se refere ao Brasil dizendo: “terra farta a do Brasil, exclama Pyrard. Que lindo gado! “É impossível ter carnes mais gordas e mais tenras e de melhor sabor. Verdade é que são os mais bellos e os maiores bois do mundo. Seus couros constituem objeto de grande tráfico; há tanto gado que matam os animais só para lhes tirar o couro. Salgam as carnes, cortam-nas em pedaços bastante largos, mas pouco espessos, quando muito dous dedos de espessura, si tanto. Quando estão bem salgadas, tiram-nas sem lavar, pondo-as a seccar ao sol; quando bem seccar, podem conservar-se por muito tempo, sem se estragar, contanto que fiquens seccas, porque si se molham e si não são expostas, logo e logo a secar ao sol, corrompem-se e enchem-se de vermes” (...) Nunca vi paiz em que seja tão abundante como neste lugar do Brasil!(Bahia) Quase não há dinheiro miúdo, apenas moedas de Oito, quatro e dous réis; a metade destas vale cinco soldos, havendo em Portugal procura das moedas de cinco soldos e o de seis brancos? Para trocá-las por dinheiro miúdo, com o fim de lucro. Pois muito pouco se usa aqui outras moedas que não seja de prata. (Cf. Taunay, s/d, RIHGB, pp 245-54 códice, 144,3,10)*

Os exemplos que vêm sendo dados ainda que de forma subliminar, são reveladores de como as características econômicas do capitalismo comercial português procuravam reger tanto a estrutura produtiva da Colônia, quanto a da Metrópole no século XVII. O testemunho acima sutilmente revela a importância da circulação da moeda, em particula a de menor valor (da troca de dinheiro miúdo), no processo de acumulação de capital, da ambição de ganho, fator este que no nível da teoria econômica é analisado por vários teóricos, notadamente por Marx. Da mesma forma que o testemunho aponta para este aspecto, relaciona-o com o das crises de produção de mercadorias que a Europa estava atravessando, em particular, sobre a qualidade dos gêneros alimentícios que não se comparava com a qualidade dos produzidos no Brasil (Bahia). Destarte, no sentido do discurso de Laval estão implícitas características, conforme mostra Smith (1990, p.139), que são próprias e constitutivas do capital mercantil, enquanto forma hegemônica do capital. Estas características não apenas expressam, mas sobretudo se concretizam em certas conjunturas do espaço metropolitano e colonial, “(...) *suficientemente fortes e estáveis, política e economicamente, para estabelecer um*

*quadro distinto num processo interpretado das formações capitalistas. (Idem, ibidem)*

Na rapidez dessa dinâmica acumulativa, sublinearmente se revela o interesse acentuado que as diferentes nacionalidades européias (leia-se burguesias comerciais) tinham em ocupar as terras do Brasil, cujo resultado final ficou obviamente com a portuguesa. E sobre esse interesse, os sentidos dos discursos regedores dos diferentes testemunhos são, de fato, esclarecedores, como os inúmeros exemplos já citados e outros que vêm a seguir. Um deles, é uma carta escrita em Lisboa, em 1624, por um certo capitão Symão Estácio da Silveira, relatando a fertilidade das terras daquela Capitania do norte brasileiro com os seguintes termos:

*(...) O terreno d'esta Provincia, he Geral/mente de huma terra Gol/leira, e muito criancosa, to/da cheya de grandiosos arvoredos, que testificação sua/fecundia; tambem ha nella muitas varzias de ter/ras Groças, e de maçupez, aonde não leva arvoredos,/senão ervaçais muito fortes, em alguns dos/quaes são postas canas d'açucar, que exce/dem a todas as mais do Estado do Brazil, em groçura, e grandeza; que pella mayor par/te são de dez, e doze palmas de comprido, e/algumas de mais. E allem de ser toda esta/terra muito viçosa, ajudão muito a sua fer/tilidade, os quotidianos Regapios, com que o/ceo a refresca; porque ordinariamente cho/ve cada dia, ou cada dous, sem se vestir o Céo/de luto como cá; mas em mangas d'água/com as chuvas da Primeira, que nella pa/rece continua. A terra he chan, pouco/mintu(mintuosa), e tão branda, que por viço se/póde andar descalço. Deste clima, e deste/terreno debaixo da zona torrida (de que os/antigos. Não teverão noticia, e forão de pare/cer, que seria inhabitavel) depois que/a esperiencia mostrou o desengano,/houve authores, que imaginarão, que/aqui devia ser o parayzo de deleitos, onde/nossos primeiros paes forão gerados. E o ditto/padre Joseph da Costa o contradiz com a/Escritura Sagrada sómente: E na demais/bem reconhece, que he merecedor este cli/ma daquelle predicamento, como se pode/no cap. Quatorze do segundo livro da sua/historia assim referida". Assinado: Capitão Symão Estácio da Silveira. (In: IHGB. Setor de manuscritos. Códice: 3-4-7, livro 3. Redação summaria das Capitanisas p. 34 - 35 (20), Documento 21, Lata 51)*

Assim, diz mais uma vez o missivista, sobre a necessidade de se plantar legumes e hortaliças no Brasil, para suprir a precária agricultura desses mesmos gêneros cultivados na parte aquém-mar do reino:



**Figura 181. Mangaba. séc. XVII.** <sup>35</sup>



**Figura 182. Amendoim. séc. XVII**<sup>36</sup>

(...) *Ha muito, e bom arróz, muito milho y (corroído), e outro branco, muito feijão, e pavas/de diversas custas, amendoinas muito gosto/sos para regalo, muitas batatas de ceres/por dentro, e por fóra, amarellas, roscas,/laranjadas, brancas, e vermelhas, e to/das melhores que as das Ilhas Pesceiras,/E a (junca) dellas se dá com vantagem/milhor que as batatas são as macaxeiras/tambem raizes mais compridas a mudo/mandioca, que assadas, e cozidas são mui/to boas, e sadias. Ha melhões excellentes,/pepinos, balacias, e abobaras de diver/sas castas, e buganoas, a que lá cha/mão geremús, nabos, e rabãos, couves,/coentros, endros, segurelha, e cebollas, se/são tambem naquella terra(...)*". (Idem, p. 37 (21))

Além da cana-de-açúcar que já estava se transformando em um produto da terra e de poucos produtos naturais, como algumas fruteiras nativas e o arroz vermelho da terra e demais espécies arroladas por Brandão na primeira metade do século XVII, e na segunda metade por Macedo ao dizer que estava se perdendo a oportunidade de explorar a terra com espécies de outras partes do mundo. Sobre este aspecto, ele escreveu, por volta de 1670, um longo discurso no qual relata as experiências feitas no Brasil com algumas espécies indianas a partir de 1635:

<sup>35</sup> FIGURA 181. Mangaba. séc. XVII.. In: Frei Cristovão de Lisboa. Obra cit., anexo.

<sup>36</sup> FIGURA 182. Amendoim. séc. XVII.. Idem, ibidem.

(...) Há poucos annos que (vivia) nos Rios<sup>37</sup> hum Portuguez n<sup>al</sup>/de Ourem que teve a Curiosidad<sup>e</sup> de mandar hir para a India/hum saco de trigo p<sup>a</sup> (experimental) se produziria nas vastas/Campanhas daquella (p<sup>te</sup>) do (corroído) e p<sup>a</sup> achar ao e<sup>m</sup> entre a va/ried<sup>e</sup> das mutaçoes (daquelle) (corroído), foy semeando todos os mezes athe que (observou) o tempo em que devia semear/e Còller e hé tal a (abundancia) que se seguioa esta Coriozi/dade que sendo o trigo (corroído) outro tempo a mayor droga/que ali se metia; (pode athe) ser a mayor, que dali se tira.



Figura 183. Cesta de especiaria<sup>38</sup>

(...) O Milho groço foy (achado na) America Como Sustento/Commum dos Indios; (corroído) Lá trazido a Hespanha. De/Cadiz trouxe hum (corroído) do Campo de Coimbra/(corroído + 5 palavras, aproximadamente) os Lavradores Antigos da/quelle Campo (corroído + duas palavras, aproximadamente) huma terra sua, produzido Com tal exesso que não hé facil de explicar a/abundancia a utilidade e a Riqueza, que se seguio/ao Rn<sup>o</sup> desta Rustica Curiozidade de hum particular. (...) João Bocero escreve no V<sup>o</sup> 8<sup>o</sup> Cap. 1 que neste Rn<sup>o</sup> Se/plantou o gengivre e produzio Com perfeição, eu não te/nho disto notticia e cuida, que só Bocero quiz dizer/que nas terras do' Dominio de Portugal porque seplan/tou no Brazil e produzio como Veremos. Finalmente os Lavradores da China hé o exem/plo mais moderno mais vizivel e que mais nos pode per/suadir. L. Francisco Mascarenhas trouxe a (corroído) no anno de 635 huma arvore que mandou vir da/China agoa (?), e a plantou no Seu Jardim de Tabre/gas; se então soubra a produção desta nobre plan/ta, e a Riqueza que nella

<sup>37</sup> O autor refere-se aos rios da região norte do Brasil.

<sup>38</sup> Figura 183. Cesta de Especiaria. Albert Eckhout. Óleo sobre tela, 93 x 103, 5 cm. Museu Nacional da Dinamarca. (In: Moraes Belluzzo, Op. cit., p. 116)

*trazia à sua Patria tivera/Razão de cuidar que fazia hum serv<sup>o</sup>, não/menos util que os que fizeram os descobridores, e Conquistadores do Oriente...*  
*(...) Athegora todas as (experiencias)de transplantação se fi/zirão em flores e (plantas) que servem de Orçnato aos Jardins mais por húma (Coriosidade) agradável que por huma u/tilidade Real (mas se) (corroído) a fazer pello interesse O/(corroído + palavras, aproximadamente) que seja immensa a (Ri/queza) por nos (corroído + 2 palavras, aproximadamente\*) tará vez o exemplo das/Laranjas da China a (poucos) (corroídos) idas a Portugal, onde/só de Londres tirão huma muito consideravel (...) Tenho acabado este papel no Jornal de/Icrens (?) de Paris de 3 de Junho de 675. hum extratto/do jornal de Inglaterra onde se Reffere todos. Os mezes; o que /se descobre na Sociedade Real e fallando na Arvore de/Canella que lhe mandarão defeilão (?) Recolhendoa/em huma estufa da entrada do Inverno: athe o mez/de Mayo, e Lançando de tempo em tempo sobre a ar/vore eterco de pombos. Deffere que lança no Cerão\* hu/ma flor branca de hum cheiro agradável, que o fruto he/negro, e de figura (...) Poderão dizer que El Rey de Castella tem terras da/mesma cituação. asim hé porque na Costa do mar do Sul/tem a mesma distancia e seguindo a Costa do mar do/Norte, the o tropico de Cancro tem a mesma distancia./mas alem da natural pereza da Nascão Castelhana, os/meyos para tirar as plantas da India não são faceis aos /Castelhanos nem do mar do Sul hé facil a navegação/das drogas; que aquella Costa pode produzir. Da parte do Norte, toda a Costa que corre do Norte lhe/impede a produção de todas as plantas mimosas da Europa/de que fazião (sic)? experiencia. (Duarte de Macedo. In: IHGB, códice 1,3,11, N<sup>o</sup> 3)<sup>39</sup>*

Um outro documento da época, talvez de autoria do próprio Macedo, pois tanto o estilo quanto o assunto são muito parecidos, mostra “*Como se poderá por em execução esta/experiencia*”, pois

*“(...) Poderse ha duvidar se o cravo produzirá/ no Continente do Brazil, produzindo-se no O/riente e mas Ilhas Mo/uins, e particularmente/naquellas terras debaixo da linha, as quaes são a/ridás, e pouco capazes de outras plantas sendo todo/o Brazil fertil, e abundantissimo. Respondo que/o Maranhão he a menor de dous grãos da/linha, enhnhuá duvida hay a deixa de se fazer/hua experiencia q tanto promete. (...) Não ha duvida, que o Bra/zil produzio canella, pimenta, cravo, e todas/as mais plantas, q a natureza prodúz, e a arte/cultiva no Oriente serão riquezas mais uteis/e menos custozas, q as minas do Perú (...).Provas e pelas razoens, e pellas/experiencias da transplantação dos/frutos, da India ao Brazil  
 (...) A Natureza produz todas aquellas plan/tas na India, nas terras `q correm da linha ao/tropico de Cancer, `q produzirá aquellas mes/mas plantas no Brazil, cujas terras correm da/linha do tropico de capricornio. (...) As cauzas naturaes das produçoens/das plantas, são o calor do sol, e a humidade/da terra são iguaes nas distancias, y compri/hendem ambos os tropicos. “Para por em execução esta experiencia ordenará/S.A. ao El-Rey da/India, `q procure recolher algumas/sementes, estacas, e piquenas arvores de todas as plantas q se trazem por commercio na Europa. (In; IHGB. 1670-1680). Lata 23, Doc. 31. pp. 5-6)*

Somando a esses fatores, tem o interesse pela exploração da flora natural e dela extrair madeira do Brasil, em particular da região Amazônica dada a

<sup>39</sup> IHGB, códice 1,3,11, N<sup>o</sup> 3. frutos da/India, classificado na pasta de PAPES VÁRIOS. século XVII . OBS: O documento possui 10 folhas (= a 20 páginas). Todas elas estão com grande corroído no centro, o que dificulta muito a leitura, que já não é excelente.

sua identidade com as colhidas nas florestas do Peru. Dentre outras, se destacam o pau-brasil — tema muito bem analisado por Bernardino José de Souza no livro *O Ciclo do Pau-Brasil* — como a conhecida matéria-prima para fabricação de tintas, assim como o Jacarandá, Cedro, Baraúna e demais espécies que continuavam tendo ainda grande aceitação na Europa, sobretudo na construção civil oficial e na das próprias igrejas.

Tudo isso, mais o potencial mineral do Brasil que ainda estava por ser descoberto, mas que era notório nos relatos de vários testemunhos, inclusive os escritos em espanhol, despertaram cobiças à monarquia espanhola, então no controle do poder ibérico, para somá-las às minas da hispanoamérica. Assim, alimentaria o desejo ardente da Espanha em se transformar na maior potência mundial de então. Simultaneamente em alguns países europeus, o saber científico, embora ainda muito preso à escolástica, já começa a apresentar os seus sinais de rupturas, enquanto Portugal e Espanha continuam mergulhando cada vez mais na clausura da ortodoxia católica. Portugal, por continuar numa posição de declínio econômico, aumentava a saudade de um passado glorioso e de abundantes riquezas acumuladas pelas ações já descritas anteriormente. Portanto, jamais perdia a esperança de um dia ainda vir a se constituir no Quinto Império do Mundo, pois esta, como aparece no sentido do discurso regedor do padre Vieira, na introdução da sua *História do Futuro*, são palavras que estão escritas nas Sagradas Escrituras.

A Espanha potência fora o sonho que Felipe II herdou do seu antecessor Carlos V, transferiu ao seu sucessor Felipe III e, finalmente, a Felipe IV. Da mesma forma que fez os seus antecessores, Felipe III vai nomear alguns nobres portugueses para governadores gerais do Brasil, tais como Diogo Botelho, Diogo de Menezes e Siqueira, Gaspar de Souza, Luís de Souza e Diogo Mendonça Furtado. As políticas desses governadores continuaram dando ênfase à fundação de fortalezas para defender o território nacional dos ataques indígenas e das inúmeras invasões estrangeiras, como as francesas, inglesas e holandesas quase sempre compostas de navios *piratas* que insistiam em

saquearem as riquezas nacionais, em particular o pau-brasil, ou então se adonarem das terras brasileiras, praticamente usando aqueles mesmos métodos do século anterior.

Os conflitos acentuam-se não mais apenas no Nordeste, mas sim por todo o território brasileiro. As entradas e bandeiras iniciadas na segunda metade do século anterior, nas quais se inclui a bandeira de Gabriel Soares, dão uma outra dimensão geográfica do Brasil. Segundo a ideologia de um segmento de historiadores brasileiros contemporâneos, o bandeirismo trouxe resultados bastante positivos para o Brasil. Nas próprias expressões lingüísticas usadas por essa corrente ideológica,<sup>40</sup> está implícito o sentido de um discurso exaltador, logo torpe, sobre feitos e efeitos de certos varões previdentes. Um pequeno, porém significativo exemplo disto é o trecho que vem a seguir:

*(...) Devassado, sem povoar, agindo mais em extensão do que e, m profundidade, acentuada importância tiveram as bandeiras na expansão geográfica do Brasil Colonial. Na caça ao índio e na pesquisa de pedras e metais, descomprimiram o Tratado de Tordesilhas, desbravaram e conquistaram a terra, expulsaram a frente pioneira jesuítica de catequese e colonização, alimentaram com o braço do índio a agricultura do sul ao norte, estabeleceram rotas, descobriram ouro, abriram caminhos para o povoamento de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, como para a ocupação efetiva do Paraná ao Rio Grande do Sul. (Cf. Ellis Apud Holanda, 1972, p. 296)*

E é nesta situação deplorável para uns, mas veemente para aqueles que se incluem na corrente ideológica acima citada, que a nova dimensão territorial brasileira vai, de fato, além daquela definida teoricamente pelo Tratado de Tordesilhas e visualizada pelo mapa Terra Brasilis. É nesta mesma realidade que começa também a se diversificar a economia brasileira, embora tendo na liderança a produção açucareira como *carro-chefe* que Caio Prado Júnior supõe ter sido a única atividade lucrativa de interesse do projeto colonial.

Esse cenário intensifica-se por todo o século XVII, mas a complexidade do mesmo vai ficando cada vez mais profunda a partir dos mandatos de Felipe IV da Espanha, III de Portugal (1621-1638), de D. João IV (1640-1656), D. Luísa (1656-1662), D. Afonso VI (1662-1668), o de D. Pedro II



(1668-1706) e os dos seus respectivos governadores gerais do Brasil. Procurando dar uma nova organização, possivelmente mais operacional à sua política colonial, D. Felipe II, no apagar das luzes do seu mandato do (1620), divide o Brasil em dois estados administrativos: o Estado do Brasil, com sede em Salvador, Bahia, e o Estado do Maranhão e Grão Pará, com sede na cidade de São Luís, Maranhão.

No governo de Felipe II, intensificaram-se as lutas contra corsários estrangeiros, escravos africanos e índios brasileiros, do lado da América portuguesa; as crises de produção aurífera e o aumento da repressão à população nativa, do lado da América espanhola, e a crises de produção agrícola e à guerra contra os seus vizinhos europeu, sobretudo a Holanda, no seu próprio berço, a Europa. Essa foi a herança que Felipe III da Espanha deixou para o seu filho Felipe IV administrar. E foi na administração deste, mais do que na do seu antecessor, que os problemas agravaram-se dentro e fora das fronteiras traçadas por linhas imaginárias do então império espanhol.

Entre uma infinidade desses problemas tem-se: a intensificação da repressão às guerrilhas quilombolas dos escravos africanos, às das reações e extermínios de índios pelos bandeirantes; a oposição de alguns padres a essa política; a fome e a epidemia de doenças comentadas pelo Padre Vieira (na metrópole e nas colônias); a consagração da presença holandesa no Brasil e o crescente descontentamento à presença espanhola em Portugal, de segmentos daquela mesma nobreza portuguesa que meio século antes tinha feito gestão para que Portugal se juntasse à Espanha.

Afora à complexidade crescente dessas questões, a historiografia normalmente mostra Felipe IV como um administrador minguado de forças para manter um reino que orgulhosamente encerra o seu século de ouro iniciado com Carlos V cem anos antes. E sobre o comportamento desse rei no final do seu mandato, narra num amadurecido estilo barroco e sutilmente crítico o escritor brasileiro e sargento ideólogo de Portugal Rocha Pita:

---

<sup>40</sup> O Historiador Pedro Calmon embora esteja próximo à esta corrente, se coloca num posição mais neutra sobre estes assunto, se limitando praticamente a faer uma narrativa muito próxima dos

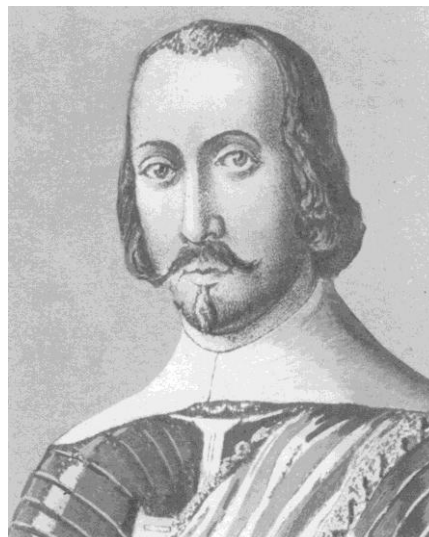
(...) Achava-se com a posse e governo de dois mandos dede o ano de mil e seissentos e vinte e um el-rei Filipe IV em Castela e terceiro em Portugal, a quem a lisonja ou a vaidade fez sobre o título de Católico (que tanto prezaram os reis seus antecessores) tomasse o de Grande, ao mesmo tempo em que por vários casos adversos a grandeza que o acrescentava ao seu nome ia perdendo a sua monarquia, com sentimento contrário ao de Octafiano Augusto, que entrando no domínio de quase todo o âmbito da terra, não quis que lhe chamasse senhor. Porém ao real ânimo de Filipe pareciam curtas as maiores ostentações de império, e com a mesma fantasia não supunha que haveria quem desse golpe penetrante nos seus domínios, senão quando eles já sos sentiam no coração.

Era este monarca tão altivo, que vanglorioso das forças próprias não receava as alheias; o seu valor era igual ao desprezo que fazia de seus inimigos; não punha o cuidado no governo do seu império, porque imaginava que o servia a fortuna, sem advertir que por menos desatenção de alguns príncipes lhes negaram a obediência os vassallos, e que o mesmo Hércules fora expulso da companhia dos Argonautas, que na célebre não Argos iam a empresa do velocino, porque empregado em outras idéias não acudia ao ministério da navegação. (Cf. Rocha Pita, 1976, p. 108)

Aquela aurora que anunciava o início do século XVII, clareado pela *Luz divina* e pelos *canhões* da Casa dos Habsburgos *disparados* sob o comando das Ordenações Filipinas, começa se a calar agora com o governo de Felipe IV, sem os aplausos sonhados pelos seus varões previdentes, mas com a melancolia causada pelos ambiciosos e tiranos espíritos dos mesmos. Aquelas mesmas burguesia e nobreza portuguesas, conseguem mais uma vitória no cenário político, reconquistando o governo português do domínio espanhol e restaurando, agora sob o governo do português D. João IV, que vai procurar colocar em prático o seu exaltado espírito patriótico. Sobre este momento e o estilo de governar de D. João IV, Rocha Pita exalta com o seguinte discurso:

(...) *Tinha chegado o venturoso prazo do felissimo ano de mil seissentos equarente, no último mês em que terminava o seu misterioso circulo, ponto em que acabam as desgraças de Portugal e principiavam as suas felicidades; limite presente das profecias do nosso Encoberto; termo dilatado e apeteçido das nossas esperanças e tempo da Segunda cláusula da promessa de Deus Nosso Senho, feito ao el-rei D. Afonso Henriques, de que a primeira fora a vitória que nos deu no Campo de Ourique, fundamento sobre que a Divina Majestade quis se firmasse a máquina da monarquia portuguesa, que em complemento da última parte do seu soberano oráculo há de ser o único permanente e maior império de todos os quatro tão opulentos e inconstantes que teve o mundo.*

(...) *Porém a el-rei D. Afonso Henrique apareceu e falou; e no dia da aclamação do sereníssimo senho rei D. João IV despregou o braço direito da cruz que precedia ao arcebispo de Lisboa nos vivas de tão aplaudida ação; e só os que impugnavam aquela aparição, podem duvidar deste milagre, tendo um outro tão prodigiosa congruência, e parecendo a empresa que conseguiram os Lusitanos obra só da mão onipotente, pela debilidade de força em que se achava o reino, exausto de gente, armas e cabedais, com vexação da nobreza, introduções de tributos, tiranias de ministros, derrogações de privilégios, faltas de juramentos, e uma geral atenuação de todos os meios de defesa para proclamar liberdade. (Cf. Rocha Pita, Op. Cit., pp. 136-137)*



**Figura. 184. D. João IV** <sup>41</sup>

Certamente, para Rocha Pita, a origem do seu *soberano oráculo* estava mais naquele el-rei D. Afonso Henrique criador portugalense (1128-1185), o criador da monarquia agrária portuguesa, do que em D. João I (1385-1433), o introdutor das novas classes dominantes, do regresso do centralismo real, do início da expansão militar no Norte da África e da expansão comercial e marítima no Atlântico. (Cf. Hermano Saraiva, Op. cit., pp. 564 e 570)

Mas quem embarcou mesmo na barca da exegese foram aqueles que já no primeiro capítulo ficaram definidos de varões previdentes, e de lá até o presente item, a barca, ao transportar palavras, estruturas lingüísticas e sentidos dos discursos regedores das fontes testemunhos, tentou brandamente decodificar conceitos, e/ou significados sobre as ações e reações dos feitos e efeitos dos referidos varões, resultando também nesse processo revelar algumas astúcias dos mesmos.

E para não cortar a história pela metade, repetindo mais uma vez a expressão machadiana, os feitos e efeitos de D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II, não serão apreciados com os mesmos detalhes do que foi feito neste item, mas apenas mencionados, cronológica ou visualmente, quando o assunto em

<sup>41</sup> Figura. 184. D. João IV, de Portugal. In: Varnhagen, Op. cit., vol. 2, tomo II e IV, p. 100.

comentário aconteceu em um dos respectivos mandatos. Portanto, a atenção daqui para frente prende-se quase que exclusivamente à exposição de certas fontes testemunhos sobre representações dos saberes agrários interrelacionadas às questões político-econômicas regionais, cujo marco geográfico compreende o litoral brasileiro que vai da foz do rio Vicente Pizon, no Pará, ao Rio da Prata, no trecho que vai do Cabo de Santo Antônio (Argentina) até Castilhos Pequenos (Uruguai).

## 9.2 Região Norte

### a) Capitania do Grão-Pará

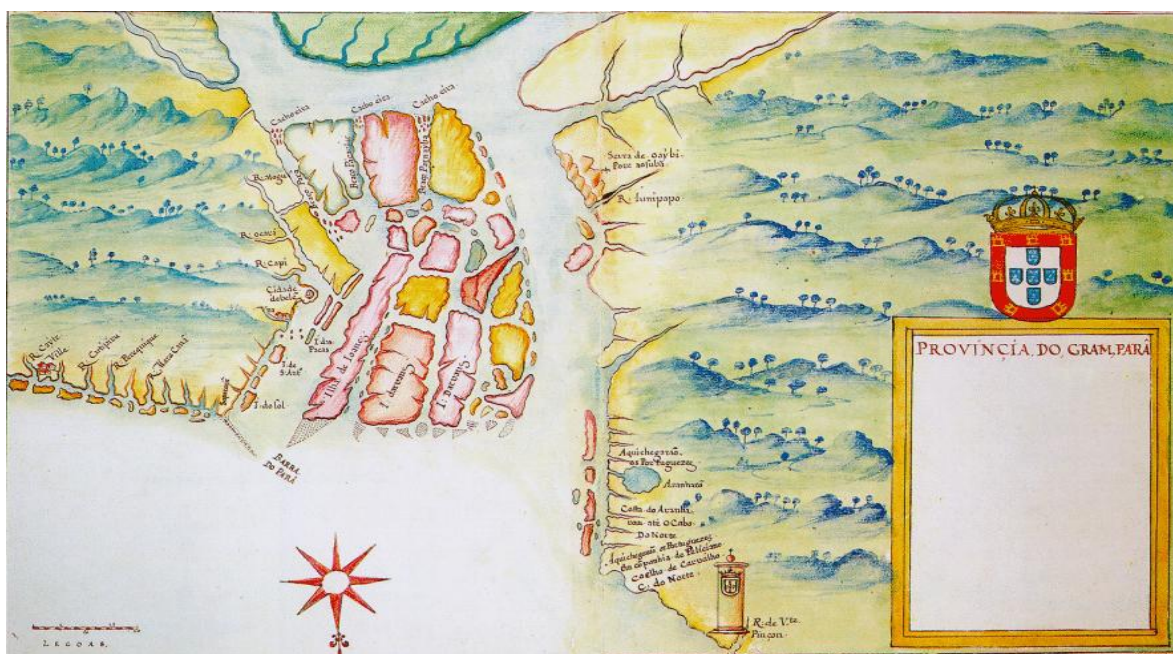


Figura 185. Capitania do Grão-Pará.<sup>42</sup>

O presente item deveria começar pela Capitania do Maranhão, pois lá era onde ficava a sede da administração do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Mas como foi dito no início do capítulo, a idéia neste item é a de fazer uma espécie de representação cartográfica, no sentido de mostra no contexto do

<sup>42</sup> FIGURA 185. Mapa da Capitania do Grão-Pará e rosa-dos-ventos do Atlas de ALBERNAZ, João Teixeira, o velho. In: ADONIAS, 1993. p. 103.

projeto colonial português, o processo organizacional dos saberes agrários brasileiros no século XVII, segundo a cartografia de Albernaz, o velho. Quanto aos aspectos políticos, vê-se no mapa do Grão-Pará o desenho de um marco que na sua ficha catalográfica da Mapoteca do Itamarati está escrito como a

*(...) face dianteira ostenta o brasão de Portugal e a coroa real, atestando o limite territorial lusitano ao norte. Ao longo da costa, hoje amapaense, legendas confirmam essa soberania: "Aqui chegaram os portugueses"; "Costa do Aranha corre até o Cabo do Norte", e "Aqui chegaram os portugueses em companhia de Feliciano Coelho de Carvalho". (Cf. Adonias, Op. cit. p. 103)*

Em no restante dos mapas de Albernaz, o velho, referentes ao Brasil, aparecem os Brasões de Portugal, sendo que os do Rio da Prata está também os da Espanha cujo sentido é o de indicar a soberania territorial de cada nação. A cartografia de Albernaz é a que dá uma idéia mais completa das configurações regionais do Brasil a partir do norte até o sul, porque as demais da época, assim como outras formas de testemunhos em sua maior parte identifica mais as regiões norte e nordeste, com alguns fragmentos para o sudeste.

No referente à situação social e econômica regional, começa-se com uma breve análise do Estado do Maranhão e Grão-Pará no período colonial, mais exatamente no século XVII, na maneira do possível relacionando-a com o estágio em que se encontrava a reprodução do capitalismo comercial da época e a sua relação com situação do Estado Monárquico português. Sobre isto, diz Maria Yedda Linhares que a

*(...) penetração do capital comercial, rearticulando as relações de produção, provoca uma redistribuição ampla da mão-de-obra. O Estado do Maranhão e Grão-Pará sempre foi 'pobre' em comparação com o Brasil. os colonos preferiam se estabelecer no Nordeste, onde se concentrava a riqueza, do que no Grão-Pará. O tráfico negreiro dirigia-se principalmente para a Bahia e para Pernambuco e as poucas peças chegadas a Belém ou a São Luís eram extremamente caras. Tal fato levará os colonos, nos primeiros tempos, a escravizar os índios, que seriam utilizados nas lavouras de mandioca, na pesca e na remagem. (Cf. Linhares, Op. cit. p. 54)*

Em outros testemunhos que vêm a seguir, complementa-se as afirmativas da autora acima citada, não apenas em relação a falta de interesse dos colonos pela exploração da terra nas Capitânicas do norte, mas também em quanto ao uso do trabalho indígena em outras atividades agrárias e manufatureiras nascentes, como alguns engenhos, cultura do algodão, arroz e

outros produtos vegetais (nativos e/ou trazidos de fora), e nas nascentes fábricas de anil. Em todos esses casos, já se pode observar sutilmente a descrição sobre as riquezas das Capitanias do Pará e Maranhão, feita ainda por de Ambrósio Fernandes Brandão, em 1618, portanto, dois anos antes da criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Brandão vai tratar da ocupação das terras do Pará, colocando num primeiro plano a importância do Rio Amazonas, pois,

*(...) A terra firme pelo rio a dentro é fertilissima, acompanhada de muito bons ares, e por isso respeito nada doentia; tem muitas excellentes madeiras, capazes pera grandes fabricas, muito mantimento de ordnario da terra, muita caça agreste, de que abundam todos os seus campos, muito peixe, que se pesca. Com pouco trabalho sadio e saboroso e de diferentes castas, muito pera isso dizia elle que era necessario que Sua Magestade mandasse lavrar tres equipações de barcos, uns que levassem a fazenda e trouxessem a prata e mais cousas da foz do rio até a prilneira cachoeira, e outros que a levasseme trouxeseln da mesma maneira, da prilneira até á segunda; e outros dalli até donde o rio tolna príúcipio; porque, colno as partes, nas quaes se havia de fazer as taes inudações, estivesseIn povoadas, seria facil o pôr-se em uso. (Cf. Brandão, Op. cit., p. 56)*

Vários são os aspectos interessantes sobre a descrição que o autor faz em forma de diálogo — cujo estilo, baseando-se na análise de Capistrano de Abreu é comentado por Jaime Cortesão e Rodolfo Garcia na introdução e notas de os *Diálogos* —, entre dois personagens fictícios, Brandônio e Alviano. O livro — que é mais um, entre os inúmeros exemplos do processo de transmutação dos saberes agrários brasileiros —, faz uma espécie de radiografia do Brasil conhecido do final do século XVI e início do XVII. Brandão descreve a beleza, a riqueza natural, a fertilidade da terra, a variedade de frutos, o potencial de cultivar plantas de outras partes do mundo particularmente em terras amazônicas. Nestes aspectos, ele antecipa as propostas que estão em alguns documentos oficiais do século XVII, assim como na de Rybeiro de Macedo, de 16/3/75. Não foi identificado, nem a partir do livro escrito na Paraíba, nem em outro tipo de testemunhos, nenhuma referência sobre a passagem do autor pelo norte do Brasil. Jaime Cortesão supõe que além da Paraíba, Brandão só “(...) conhecia bem as Capitanias de Pernambuco e Itamaracá” . (Cf. Cortesão, op. cit. p. 10) Em forma de diálogo com o personagem imaginário Alviano, interlocutor de Brondônio em

todo o livro, fala sobre as riquezas amazônicas, a adaptação do anil àquela região e a importância do cultivo e industrialização desta e de outras matérias-primas de tintas existentes na região, para justificar que

*(...) São muitas as tintas preciosas do Amazonas, que merecem ser contadas por especiais haveres do seu grande tesouro; não sei o nome de todas; nem as espécies de muitas, e como estou enterrado, não posso informar-me nem dos práticos, nem dos livros, das que me faltam, e assim ficando as mais reservadas para outros curiosos, apontarei aqui as que me lembram, que não são poucas; e só nelas tem os artífices muita cópia para todos e quaisquer debuxos de quantos usa, e tem inventado a arte sem lhes, ser necessário sair do Amazonas a indagá-las por outras regiões, porque nele se acham todas. in uno collecta lenes;\* ali se acham em muita cópia, e diversidade as tintas pretas; muitas espécies de vermelhas; muita abundância de amarelas, rosas, verdes, e azuis e todas as mais, que usa a Arte, com a conveniência de ter também os ingredientes, e requisitos necessários para a praxe, e Liso como são a pedra ume; o cravo; o óleo cupaíba, e muitos outros. Demos pois principio com a primeira, e principal, que é a tinta de Anil, e a sua planta um arbusto tão abundante, e universal, que é mata, e mata brava; porque sem cultivo algum, mas por si mesmo nasce em qualquer parte, especialmente nas terras, onde se colheu maniba, ou por outro o origina da farinha de pao; porque assim que esta se tira do campo, se enche este do arbusto anil, o qual cresce à altura de um homem pouco mais, ou menos com proporcionada grossura no seu pao. A sua folha é miúda com algúia semilhança à do pêssogo. O seu fruto são úas bages como as do feijão, e dentro úas sementilhas miúdas, que alguns beneficiam juntamente com a folha quando extraem a tinta, para esta sair mais subida (...) – 425*

*outros porém a beneficiam à parte e fazem melhor, porque o seu anil é mais precioso; o qual extraem de diversos modos ou sejam as folhas juntas, ou separadas; e de tudo fazendo diversas tintas úas mais preciosas, que outras.*

*Colhida a folha ou só, ou com as bages, e sementilhas a cozem em grandes caldeirões, ou paridas, e depois de bem cozidas tirando a panela do fogo, e deixando assentar o palme, deitam fora a folhai e tornando a dar tempo a aquietar a água, a separa-la para outras vasilhas, e do palme que fica assentado no fundo fazem pães como de chocolate, ou tijolos, é depois de secos os guardam, e são o anil mais ordinário, e comum. O mais filio porém, e mais precioso é o palme, que fica na segunda vasilha para onde se separou a água, posto que muito mais diminuto. As mesmas duas castas se fazem das sementilhas, se se cozem separadas das folhas. O Modo é quase o mesmo, mas com o adito de pisarem, e machucarem para. o que caloram a folha em pilões grandes, que para isso tem mui acomodados; e então largam melhor a tinta, e avultam mais as fornadas: mas tem mais trabalho.*

*O 3º modo: Deitam a folha em tanques, ou grandes tachos como em infusão em água, e depois de algum espaço a batem, e mexem com pás, ou paus, com trabalho, e diligência, e com este violento vai a folha largando n'água a sua tintura, cujo polme se vai ajuntando no fundo, de onde ao depois se tira do modo supra: já se vê, que deste modo não tem a folha cozimento; porque em lugar do cozimento são as batedelas, e meixedelas: é certo, que este modo é mais custoso pelo. trabalho e tão bem me parece ser menos lucroso; porque por mais que se batam; e meixam as folhas, e sementilhas nunca hão de largar tanto a tinta como cozidas: só sendo primeiro achucadas e também pisadas; tem porém a conveniência de pouparem lenhas, e vasos; ainda que as lenhas no Amazonas não custam dinheiro. (...) Já sabem todos, que o anil é finta azul, e a mais precisa, e usada nas fábricas de lãs, sedas, algodão, e mais panos; porque não só os panos azuis se fingem com ela; mas tão bem os pretos, para sairem bem pretos, e não desbotarem são primeiro tintos com anil: mas com ser*

*tão preciosa tinta, e haver no Amazonas tanta abundância, são mui poucos os coriosos que delas e aproveitam; e ainda os poucos, que o fazem, se contentam com pouco: e só se aproveitam do anil nos usos familiares, e então não estão com mais trabalho, e cerimonia, do que cozer, ou ferver os panos juntamente com as folhas, e já ficam tintos. Restava agora dar a noticia de como tingem com este anil os indiáticos os seus estimados lenços, chitas, e mais panos? Mas fique esta noticia para o fim, quando falarmos nos ingredientes. Tinta amarela. Muita diversidade há no Amazonas de tintas amardas; e algúas tão finas, vivas, e preciosas, que bastavam só elas para fazer rico o Amazonas, se os seus habitantes lá soubessem aproveitar delas, e comer ceá-las para outros reinos, onde tem grande estimação, especialmente na China, onde a cor amarela é só reservada para o imperador, e pessoas régias, porque é para os chinas a mais preciosa, e estimada: a mesma estimação fazem-lhe muitas outras nações; mas mui pouco no Amazonas, onde o há de muitas vastas; talvez que por isso mesmo seja desprezada; porque só o que é raro se estima, (Cf. Brandão, op. cit. p. 426)-*

Ainda no mandato de Felipe II da Espanha, o rei assinou o documento “Sobre se dar doze cazaes/de Indios a João Ferreira/Ribeiro para a fabrica/do Anil,” contendo o seguinte argumento:

*(...) E pareceu-me dizer-vos/façaes toda a deligencia porque se es/tabeleça esta fabrica do anil cujo ge/nero pode ser de grande importancia/para os meus vassallos e suposto/o conhecimento que tendes do pres/timo e abedaes de João Ferreira/Ribeiro, e que o poderá conservar e/fazer como convem; vos ordeno que/para o dito effeito lhe deis os doze/cazaes de Indios que apontaes, com/declaração que examinareis se os/emprega neste ministerio e da/mesma maneira Francisco do Amaral Soares, e achando que os/dever tem para outra parte lhes/tirareis logo e me dareis conta/para se tomar a resolução que/pôr conviniente. Escripta em/Lisboa a quatorze de Dezembro/de mil setecentos e sete “Rei”. (In: IHGB. Papéis avulsos dos séculos XVI e XVII, p. 136. Pasta fora do arquivo)*

Identificou-se, na pesquisa, um outro documento em francês na pasta de Papéis Avulso do IHGB, que descreve o clima e a fertilidade da terra duma Capitania chamada Tocantins, situada em terras quentes da Amazônia brasileira. Diz o documento:

*(...) Le climat de cette province est/chand, les terres sont bonnes et agreables,/propres à nourrir quantité de restail, comme/vaches, brebu, chevres, (corroído), il y a plustgurs/montagnes sur la coste, desqueles et dans/quelques isles qui sont dans cette riviere/on peut faire de grands sucreries/parce que/ Les debordemens de la riviere fortifient et/Fertiasent ces terres, les indiens y sement/ (ilegível) et font quelque manioque et y recueillecent/luers fruits. (...). (In: IHGB. Papéis Avulsos, p. 32; pasta fora do fichário, séculos XVI/XVII)<sup>43</sup>*

<sup>43</sup> O clima desta Capitania é/ quente, as terra são bens agradáveis,/ próprias quantidade de reis, como/ vacas, ovelhas, cabras, (corroído), tem muitas montanhas sobre a costa, daquelas e nas demais ilhas que estão neste rio/ se pode fazer grandes engenhos de açúcar/ porque as enchentes



Em 1655, André Vidal de Negreiro leva a D. João IV o Regimento do Governador Geral do Estado do Maranhão e Grão Pará para ser apreciado e sancionado pelo rei. O Regimento arrola várias situações de conflitos entre portugueses e índios, e de reclamações do papal das missões jesuíticas que estavam normalmente ao lado desses últimos que eram considerados em alguns momentos como os maiores inimigos e traidores dos portugueses a se aliarem com outros estrangeiros. A retórica do documento ressalta exatamente os pontos fundamentais da ideologia patriótica de D. João IV, que é a de recuperar a crise econômica de Portugal. Para isto, encerra, em 1642, com o Conselho da Índia, pois, a região certamente não tinha mais grandes coisas para oferecer, e em substituição ao mesmo, cria naquele ano o Conselho Ultramarino, cuja cláusula 5 estabelecia que

*(...)* Ao dito Conselho hei por bem que pertençam todas as matérias e negócios de qualquer qualidade que forem, tocantes aos ditos Estados da Índia, Brasil e Guiné, Ilhas de S. Tomé e Cabo Verde, de todas mais partes ultramarina, tirando as ilhas do Açores e da Madeira, e lugares da África; e por ele há-de correr a administração dos dityos Estados; e que deles vier o Reino, se administrará pelo Conselho da Fazenda, que correrá também com os empregos, e retornos das carregações.. (Cf. Mendonça, 1972, 592)

O Regimento do Governador Geral do Estado do Maranhão e Grão Pará relata ao rei aquilo que já estava definido no Regimento do Conselho Ultramarino desde 1642, mas que certamente os governadores anteriores a Vidal Negreiros não tenham dado a mínima importância. Na parte inicial do regulamento assim está escrito:

*(...)* O Grão Pará também fica de baixo da jurisdição de vosso Governo setem por conquista de grandes esperanças assim pela grandeza da Capitania como pela bondade das Terras, e accomoda/das para engenhos de Assucars e criações de gado/vaccum, e que tem grandes mattas de arbores [ilegível] e nos moscada, como as da Índia, e que ten/do se pode beneficiar com pouco custo e muito proveito de meus vassallos e de minha Fazenda,/pelo que vos encomendo muito, que de tudo/mareis verdadeira Informação, pelas pessoas/que volas poderão dar de que me avizareis compar/ticularidade, e também vos encomendo muito, o au/gmento desta Capitania, e dos moradores della,/para que no merecimento, pois se diz he

---

do rio fortificam e fertilizam estas terras, os índios semeiam/ (ilegível) e fazem algumas roças de mandioca e recolhem muitas frutas (...). Traduzido por Geraldo M. Prado para a sua tese de Ph.D

*anais/abundante e fertil de todas as que ha no Estado e/no toca ao cravo que por muitas vezes tenho/mandado se beneficiar, para que se possa fazer/sem impressão dos Indios, nem despendio de/minha Fazenda, procurareis que haja pessoas par/ticulares que atomem asua Conta, com as condi/ções que vos parecerem conveneentes deque me avi/zareis para rezolver o que for meu servisso. A religião que houver deter as missoens não/poderá lavrar com os Indios, Canaviaes, Tabacos/nem engenhos de nenhuma maneira em tempo/algum de que estareis adivertidos. Manoel de Oliveir/na o fez em Lisboa a 14 d'Abril de 1655. Eu/Marcos Rodrigues Tinoco o fez escrever (Rey). (In: BNRJ. Códice: 12,2,5,10 )<sup>44</sup>*

A aprovação do regimento por D. João IV permitia ao governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará atuar mais incisivamente contra os índios e seus aliados, as missões; bem como, facultar-lhe o direito de autorizar à adonação das terras cultas e a apropriação econômica da natureza, tanto mediante a exploração de espécies nativas que já vinha sendo feita desde os primórdios do século XVI, quanto na da introdução de espécies estrangeiras, como foi o anil, acima exposto, a baunilha, o cravo, e muitas outras.

#### Segundo Rocha Pita, no ano de 1646

*(...) declarou el-rei ao senhor D. Teodósio, seu primogênito, por príncipe do Brasil, a exemplo das maiores coroas da Europa, que de alguém competente e particular Estado nomeiam príncipes aos que hão-de suceder na monarquia.<sup>45</sup> (...) O aplauso geral que no Brasil causou esta resolução, foi igual ao crédito que lhe ressaltava desta permanência, vendo-se especial hemisfério de um planeta que aparecia propício a todo o Império Lusitano, em cujas influências esperava a portuguesa América lograr as maiores fortunas. Porém o festejado auspício de tão feliz horóscopo brevemente se lhe desvaneceu com a intempestiva morte do seu príncipe, de que daremos notícias em seu próprio lugar. (Cf. Pita, Op. cit., p. 151)*

Mas com a morte de D. João IV, quem vai lhe suceder no trono de Portugal é a rainha D. Luísa (1656-1662) que segundo Pita

*(...) administrava o reino com os acertos próprios do seu real talento, a que justamente se atribuíram as felicidades de Portugal nos progressos da guerra, e do Brasil no benefício da paz; quando era universal o aplauso do seu governo, tomou as rédeas da monarquia o sereníssimo senhor rei D. Afonso VI, com maiores desejo de possuir que disposição para governar, porque as suas distrações, impróprias da majestade, o traziam tão apartado dos cuidados de necessitava a administração do reino, como dos*

<sup>44</sup> (ref. 5.954 do Catálogo da Exposição, e consta numa etiqueta anexada: Lisboa, 14 de Abril 1655. Cópia 18p).

<sup>45</sup> Diz Pedro Calmon em nota de rodapé do livro de Rocha Pita, que (...) o herdeiro do trono, D. Teodósio, foi elevado a príncipe do Brasil pela carta régia de 26 de Dezembro de 1645. O título mostra a importância dada pelo rei de Portugal ao Estado de ultramar, sobretudo quando o disputava ao invasor, sem ter recursos suficientes para o livrar dele, não fora a sublevação pernambucana. Os herdeiros da coroa continuaram **príncipes do Brasil** até D. João VI, honorificamente, pois, a colônia qualificada como principado, embora se lhe desse o nome de Estado do Brasil. (Cf. Calmon, In: Pita, Op. cit., p. 161.

*remédios de que careciam as suas contínuas enfermidades, entregando-se todo só aos seus juvenis divertimentos, dos quais o respeito da senhora rainha D. Luísa sua mãe fora embaraço, ainda que não pode ser freio.* (Cf. Pita, Op. cit., p. 168)

Nesses seis anos de governo de D. Afonso VI (1662-1668), principalmente em relação à economia da colônia, não se notou grandes atenções. Embora tenha sido um administrado inábil e vaidoso, segundo a opinião de Rocha Pita, as ações principais do seu mandato em terras brasileiras — via os seus governadores no Brasil, Vasco de Mascarenhas e Rui Vaz de Siqueira —, não foram muito diferentes das dos seus antecessores e sucessores em relação às repressões aos índios e as rebeliões escravas.

Entre outras represálias e extermínios, tem-se o início da chamada Guerra dos Bárbaros que significou uma campanha sistemática dos portugueses contra os povos indígenas do nordeste, a represália e extermínio dos índios Paiaias<sup>46</sup>, na Bahia, como bem analisou Victor Leonardi citado no início do capítulo anterior. Na região norte, descrevem alguns historiadores e antropólogos, destacam-se a Campanha contra as tribos amazônicas do rio Urubu na fronteira do Pará com o Maranhão, comandada por Pedro da Costa Favela que invade trezentas aldeias e, incendiando-as, mata mais de 700 índios e aprisiona cerca de 400.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> Por falta de identificação de documentação sobre os índios paiaias a sua história ainda é muito pouco estudada. As fontes primárias sobre este assunto se limitam basicamente aos seguintes documentos 1) “Regimento que levou o capitão-mor Domingos Barbosa Calheiros na Jornada do Sertão, 5?09/1658. In: Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (DH), 5:321-7; 2) “Proposta de Alexandre de Souza Freire tomada em assento no dia 4/3/1669. In: Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (DH), 3:205-6; 2) “Ordem de Alexandre de Souza Freire, 6/12/1668. In: Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (DH), 7:380-2. Esse documento, em particular o último,=- descrevem a atuação de um Antônio Crioulo, “crioulo (sic) muito prático nos caminhos e que servira de guia até as aldeias dos paiaias”; também conhecido “Pateiro”, por alcunha, além de ser “grande língua e mui obedecido dos gentios, era jagunço do Padre Antônio Pereira e teve sua prisão decretada por uma portaria de 7 de dezembro de 1668. Não pela traição das tropas paulistas em conluio com os paiaias, mas porque ameaçava com outros criados de Garcia d’Ávila e do padre Antônio Pereira, o sargento-mor Antônio Guedes de Brito que havia recebido sesmaria justamente na região dos conflitos, entre os rios Itapicuru e Jacuipi, onde tinha oito currais com “muitos gados e escravos”. Sobre a história dos índios no sertão nordestino, ver o excelente estudo de PUNTONI, Pedro. **A GUERRA DOS BÁRBAROS. Povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720.** São Paulo: FAPESP/HUCITEC, 2002.

<sup>47</sup> Estes dados encontram-se em algumas obras de Darcy Ribeiro, Carlos de Araújo Moreira Netto, Pedro Calmon, arquivos do Museu do Índio e várias outras fontes consultadas.

Figura 186. D. Pedro II<sup>48</sup>

O sucessor de D. Afonso IV foi o seu irmão D. Pedro II (1668-1706), o rei que nomeou o maior número de governadores gerais para o Brasil, um total de 15 e mais um interino,<sup>49</sup> em 38 anos de mandato. D. Pedro retomou o interesse de intensificar a ocupação das Capitanias do Pará e Maranhão. Segundo ainda o sentido do discurso de Pita, a chegada de D. Pedro ao poder deve-se àquela inabilidade administrativa do seu irmão, porque “(...) eram no senhor D. Pedro as virtudes mais que os anos, e mais maduro que a idade e o talento, cultivado em todos os exercícios reais da sua singular educação. Sacrificou todos os seus cuidados à monarquia, sendo uma das suas primeiras ações conceder aos Castelhanos a paz que pediam”. (Cf. Pita, idem, p. 172)

No período do reinado de D. Pedro, a acumulação do capital mercantil na Europa encontrava-se em um outro patamar, totalmente diferente do da época de D. João IV. D. Pedro reproduzindo o espírito patriota de D. João IV e da sua mãe a rainha D. Luísa que havia se desvirtuado durante o tosco governo do seu irmão, procura a todo custo encontrar uma saída para as crises econômicas de Portugal independente dos espanhóis. Porta-vozes da elite e intelectuais representativos da Igreja, como o Padre Antônio Vieira, reclamavam a todo brado tanto da situação econômica, quanto da social, sobretudo as dos índios e escravos do Brasil.

<sup>48</sup> Figura 186. D. Pedro II. In: Calmon, Op. cit., vol 3, p. 895.

<sup>49</sup> Os governadores gerais do Brasil nomeados por D. Pedro II foram: Alexandre de S. Freire, Antônio de Carvalho, Afonso Furtado de Castro, Pedro Cesar de Meneses, Roque C. Barreto, Inácio C. da Silva, A. de Menezes, Antônio Teles Menezes, Francisco de Sá Menezes, Matias da Cunha, Artur de Sá Menezes, Antônio G. da C. Coutinho, João de Lancastro e Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. (Cf. Serrão, 1979, 1980, Lello Universal, vários verbetes, Ribeiro e Moreira, 1992, Pedro Calmon, s/d.

No entanto, da mesma forma que os reis anteriores, o governo de D. Pedro II, através dos seus representantes no Brasil, procura vencer os seus adversários internos da Colônia, em particular índios e escravos. Os primeiros, cós índios, com matança e extermínio, como foi o caso dos índios Jundiáí por Pedro de Albuquerque Câmara, em 1688 e o os Paiacú no rio Jaguaribe, por Moraes Navarro, em 1698 e os segundos, com a conhecida guerra do Quilombo de Palmares, por Domingo Jorge Velho, em 1694.

No campo econômico, avançavam por um lado os engenhos de açúcar no nordeste, a pecuária já se estendia naturalmente na região sul e em outras partes do interior e as roças para produção de alimentos básicos. Estas, rapidamente iam surgindo em vários pontos do país, como mostra Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, já com um certo valor na produção agrícola local. A parte norte, apesar de não ter ainda a mesma representatividade econômica do nordeste, mas a cada momento vinha despertando presença de luso-brasileiros — muitos deles pertencentes e/ou vinculados às elites administrativas, tanto da metrópole quanto da colônia —, na participação da sua colonização.

Em 1673, Duarte Rybeiro Macedo, certamente preocupado com a crise econômica que estava atravessando Portugal, escreveu um discurso<sup>50</sup> em cuja apêndice de nove capítulos relaciona a importância de 37 gêneros que deveriam ser explorados no Brasil, em particular, no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Esses gêneros são, segundo a relação de Macedo: Café, Cacao, Cravo, Salsa, Assucar, Tabaco, Baunilha, (Pechorû), Carujurû, Onicû./ Algodão, Capaûba, Oleo de murim, Arrôz, Covios, Tartaruga,/ Ambar, Almiscar, Ca...(corrído), Briz, Estopa, Azeite de Andioba,/ Azeite de pinham, Azeite de Castanha,/ Azeite de Gerzelim, Sumauma, Anil,/ Quinaquina, Picacoenha, Jalapa, Siapara,/ Ambé, Cannela, Almessiga, e Gengibre. Dentre estes, Macedo ressalta os que costumam fabricar, que são: Cacao, Café, Assucar, Tabaco, Algodão,

Arrôz, Carrapato (Mamona), Gerzelim, Anil,/ Coiros, e Carauhurû. (...) Podiamse cultivar com muita/ utilidade, e mayor do `q. a `q dão, o Cravo,/ as Baunilhas, o Secory, o Carauhurû,/ Almiscar, Andirubanhm, e Castanha,/ que todas são agrestes (sic).

Destarte, o autor descreve esses produtos em cada capítulo do seu discurso:

(...) *Cap.º. 1.º. Da utilidade do Algodão. He o Algodão hum género que/ não dando mais trabalho q. semear/ cortado o mato, e conservandose limpo,/ podandoselhe alguns ramos, `q. se desse/cam todos os annos, se conserva por/ bastantes sem novosamenteira, com/tribuindo com o seu fruto annual, em que se não ocupa gente, mais `q. na colheita para o que servem Raparei (sic) de outro anno por (sic) sima, e colhido com/ pouco trabalho de selhe tirar a semente (o que fazem tambem todas as/ qualidades de pessoas da idade refferd<sup>a</sup>),/ seguindoselhe o trabalho de ser bem/ cosido com huã vara; no que, so po/derá gastar, quando mtº. huã hora/ por dia; ou alias cadarse (sic), no qual/ se gastará menos tempo; porém segundo dizem, não com tanto utida<sup>de</sup> e se poderá pôr em excellente fiô/ com que quizerem; que supri/rão com mtº. vantagem, .não só a im/mensa quantidade de fazendas bran/cas, que se nos introduzem; Mas ainda a de lã pura, e misturada; por/ se Género optissimo de receber tin/tas, com que se podem fazer agradaveis/ a vista, e conveniencia, pella sua mtº. duração.*

*Acrescendo mais a utilidade/ de se dar com a fabrica deste Género/ m...(corrído) para se occupar o sexo feminino desde mtº. tenra idade, que nestas/ Partes sentem grande detrimento p<sup>a</sup>./ de meyo com `q adquirem com/ que se vestem, e sustentem pella ocio/sidade com `q suposta ella se cria (sic).*

*Este Género dasse igualm<sup>te</sup>/ no Estado do Pará, e Maranhão; po/rem com a diferença de ser o do Maranhão melhor, e de mais dura, pello/ motivo de não ser comum<sup>te</sup>. Molha/do na colheita; o que succede sem/pre ao do pará, em cujo clima não deixa de haver agoa todos os mezes,/ pella continuada chuva, e trovoadas/ a que está sujeito.*

*São no Maranhão, p<sup>a</sup>./ elle, excelentes as Terras o Rio/ Itapicuru, e todo o mais continente que medeya entre este Rio, e o da Parnaíba, e Mearim pellos alsos/ e por todo o terreno que caminha/ p<sup>a</sup>. as suas cabeceiras; e tambem ptº, do Continente de toda a Capitania do Cumá; e delle podiam fabricar com mtº. facilidade, grande quantid<sup>e</sup>. de/ arrobas os Tapuyas nas suas Aldeas,/ e virem a vender em grd<sup>e</sup>. Conta as Po/voações vezinhas, e mayores; porq. Como na sua colheita, só se ocupou Mulheres,/ e Rapazes: qualq<sup>r</sup>. lucro q. tivessem sendo/ multiplicado na quantid<sup>e</sup>., lhes era mtº. util/ p<sup>a</sup>. assim se fazerem oportunos.*

*Cap.º. 2.º. Da utilidade do Assucar. He o Assucar huã das Plantas, cujas/ qualidades se dá na Terra do Pará, nos Rios de Gumá, e Mujú<sup>51</sup>, Acará, e Ca/pim, e em varias partes mais: No/ Maranhão nas Terras continentes com/ o Rio Paraiba, Itapicuru, Munê, e/ Miarim, e pella Capitania de Cumá;/ Mas com distincão que no destrito do Pará, e Maranhão Munê, e Par/naiba, só dura a tal planta tres an/nos; no Tapicuru, e Marim, chega a sua produção athé vinte, sem muy/ trabalho, que a de se trazer limpa/ do matto./*

<sup>50</sup> Ob.: embora o discurso seja um pouco longo e ocupe mais de duas páginas, foi citado no corpo da tese porque não está se trabalhando aqui com anexos ou apêndices. Estes, na maneira do possível, como são as imagens, por exemplo, procura-se incluir no corpo do estudo.

<sup>51</sup> Nota do autor: por falta de comando no Computador para colocar o til nas letras “u”, “e”, q (quando normalmente se refere a quem) estou utilizando o acento circunflexo, o grave.

O Aassucar, destes dois Rios,/ e de boa grâm; para o que, condiz mt°./ a canna procurada, devendoa chegar/ á rica ultima perfeição. P<sup>a</sup>. a construção deste, he facil a condução das/ Linhas, por ser Rio abaixo; o que podiam fazer por utilid<sup>e</sup>. os Tapuyas,/ que se acham situados nestes Rios,/ com conveniencia dos Senhores de En/genhos; como tambem os mesmos Ca/naviaais, sêndo Lavradores delles; o q./ faria, não ter nelles precisa gente/ mais `q. meramte. para a sua fabrica/ circunstancia, que adiantaria mt°. a fazenda dos dt<sup>o</sup>s. Lavradores, fazendo/ que ajustarem as grandes somas/ de dinhr<sup>o</sup>.; que consomem os Escravos, q./ continuaselles por esta forma, a saberem negociar por meio da cultura (fl. 72v).

Cap<sup>o</sup>. 3<sup>o</sup>. Do Tabaco. He o Tabaco de Grande utilidade/ pella mt<sup>a</sup>. sahida que pôde ter p<sup>a</sup>. fora, e que igualmte. se dá em todo o Estado, sem que seja de grande custo/ a sua Lavoura; fabricandose em ter/ras, que sempre Limpas de matto, qual, podiam ser Lavradas com boys; junto/ das quais para melhor cultura, se/ podiam fazer Da utilidade do Tabaco

Curraes de Gado vacûm/ de que se tirassem os estrumes. E ainda/ `q. esta Planta dê perdas alguns annos/ por ter seus contratempas que a ar/ruïnã: sempre dá hû grande lucro/ com que se Recompensa qualq<sup>er</sup>. per/da que haja, porque se fabrica, de/ Junho athé Outbr<sup>o</sup>.: tempo em `q. senão embarassa com outro trabalho/ de Plantas, e aproveita assim o ser/vicio dos Escravos, e de toda a Gênte/ que se pôde ser mt°. menos, tendo o Tabaco, enrolado, por dar mt°. mayor trabalho/ (fls. 72/73).

Cap<sup>o</sup>. 4<sup>o</sup>. Da utilidade de Arrôz. O Arrôz podia dar não menos/ ou mayor utilidade pello qant°. con/sumo que tem no Reyno, e augmento, que podia fazer a Marinha no seu transporte: pois são capazes as Terras do Estado, especialmente na Capi/tania do maranhaõ, e Cumá: sendo/ tal a produção que nas terras mais cansadas, costuma dar, por cada alqre./ que se semeya, trinta: e nas melhores/ cem. E tendo semeyado nas Terras/ mais naturaes, que são boas, e Lagôas,/ que se secam, pello veraõ, da duas ou trez novidades a mesma Planta,/ colhida a seu tempo. Com o q., fica/ tão suave o trabalho `q dá a sua cul/tura, que vendendo-o o Lavrador a/ sincoentas reias o alqueira depois de/ cultivado, ficarãa, com mt°. lucro, dis/pondo a Lavoira delle por outra fór/ma q. não fazem, porque só vizam/ de o semearem á enchada, e fazem a/ sua cultura, regandoa com facas: com/ o que, não fazem dez homens em hû só dia, o trabalho que fazia hû com uma foice. E havendo Engenhos com/ que se alimpasse das cásca; poderia [pra]tizar em preço muito acomodado p<sup>a</sup>./ o negocio./ (fls 73/74)

Cap<sup>o</sup>. 5<sup>o</sup>. Da utilidade do Carauhá. Este Género, que pouco se cultiva,/ e de que só se úza para se fazerem alguãs/ cordas de [Léde,] he Género, `q pella sua qualidade, e fortaleza que mostra/ no ministerio em que serve (?), pôde ser/vir em Lugar de Linho; e the leva mt°. delgada, o pêso `q não sos/tentava huma de Linho de dobrada grossura; e durar neste exercicio, outo a dez anns., tempo em que seriam/ necessarias mt<sup>o</sup>s. daquelle género, e/ ainda dentro de agua em Linhas de/ pescar, com o reparo de serem alca/voadas, sente a mesma duração: p./ que, considero, que excede o mais, e/ mais forte Linho de que não se faz todo [o/massáme[da [/] o mesmo; e repu/to de mayor utilidade o [manso] a resp<sup>o</sup>. das muitas despezas, que se fazem com/ a apanha, e condução do [bravo] dos ris/cos que se correm e incerteza da colheita; em que quazi sempre se arruina este género, por não ser colhido na sua/ perfeição, e verdadro. tempo em que se/ deve fazer para `q aproveite, por causa/ das muitas, e diversas pessoas que as vezes sucedem ir a mesma parte donde/ o há, e por opposição e interesse; apanham sem ainda estar feito (corroído)/ e assim; só serve, de arruinar o bom, com o que quazi sempre o misturam, fazem/do com isto mal á quantidade do Género,/ com que poderia ter reputado sendo/ perfeito./

Cap<sup>o</sup>. 8<sup>o</sup>. Da utilidade do Anil. A mesma utilidade pode dar o/ Anil, que se Planta que se dá em to/do o Estado, onde o há produzido no/ matto sem cultura, e cultivado seria de grande o lucro que se tiraria da sua fabrica, por se ter já feito em huma, e outra parte perfeitissimo, segundo/ dizem pessoas curiosas (corroído) tem faltado proteçaõ, e/ quem o applicassem: tem deixado as Fabricas/ podendolhe dar mt<sup>o</sup>., sem embargo

*do/ trabalho referido, que por muito que seja, sempre deixa livre trez ou quatro partes, mais do seu importe./*

*Cap°. 9°. Da utilidade dos Azeites. Os Azeites de toda a qualidade saõ/ facilimos de fazer, e de pouca despeza/ á vista do muito que custa o dar (corroído)/ em Portugal, e podia dar mt°. lucro,/ especialmte. o de Pinhão, e de Carrapato;/ que saõ Plantas, que sem cultura algûa/ se criam em qualquer parte aonde se/ deita a semente, e logo dá fructo este anno; e com, qualquer applicaçãõ, apá/nha huma pessoa por dia, trez ou quatro alqueires, cujos, com, o pequeno trabalho de serem, limpos de cásca, e tor/rados em fornos, e depoes pizados em/ piloens, e colhida a massa em caldeiras: dá cada alquiere, seis, ou outo/ canadas<sup>52</sup> de Portugal. (In: BNRJ, códice 1.1.3 nº 2, p. 69 passim)<sup>53</sup>*

Num documento escrito em 1677, e assinado “Principe”, sobre a chegada do novo Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, o capitão General Inacio Coelho da Silva, visando incentivar os cultivos do Cacau e da Baunilha, diz que os

*(...) Officiais da Câmara da Cidade de Belém/ com a chegada do Governador (corrído) entendido o quanto desejo o augmento dessa capitania e porque lhe ordenou que depoes de tomar posse na Cidade de São Luiz passe a essa para tratar da cultura do Cacáo, e Baunilha com intenção do provedor da fazenda do Estado Mon. Fernando Ramires, que para este effeito despachei: Espero que a exemplo de ambos vos apliqereis a esta cultura por ser o meyo mais conveniente para se augmentar essa capitania, e os moradores della terem melhor augmento, e os que assim fizerem, conforme a quantidade das plantas que cultivarem e a qualidade de suas pessoas (grifo meu) se lhe haverá respeito para de mim haverem aquellas mercês que trouxer por bem. Escripto em Lisboa a outo de Dezembro de mil seiscentos setenta e sete //Principe// (v Para os officiais da Camara do Pará, Anno de 1677. Sobre a cultura do Cacao e Baunilha. (In: IHGB. Códice 1,2,25. Papéis Avulsos, século XVII)*

Ainda em relação à Capitania do Grão-Pará, uma das últimas ações de D. Pedro II foi a de salvar a fábrica de anil de Francisco Amaral, na cidade de Belém, que estava parada por falta de mão-de-obra. Em carta de 18 de setembro de 1705, o rei escreve ao governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará dizendo que “(...) Vos ordeno que infalivel/mente lhe deis os ditos Indios, e no cazo/que os empregue em outro trabalho que/não seja na cultura desta erva e beneficio/do anil

<sup>52</sup> Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit., Verbete: canada. *Antiga unidade de medida de capacidade para líquidos, equivalente a quatro quartilhos, ou seja, 2.622 litros. Verbete: quartilho. Antiga unidade de medida de capacidade para litros, equivalente à quarta parte de uma canada, i. e., 0,6655 litro. A unidade de capacidade do sistema inglês, equivalente a 0,568 litro.*

<sup>53</sup> BNRJ. Discurso sobre os Géneros par o Commercio que há no Maranhão, e Pará, composto por Duarte Ribeiro de Macedo quando atuava em França no anno de 1673. Anais da BN, Vol. 9, remete esta informação para o nº. 13.179 do Catálogo de Exposição de História do Brasil, nº. 2, p 1138. Esta transcrição foi feita do manuscrito que está no códice 1,1, nº. 13, fls: 69-83, junto com a Correspondência de Alexandre de Gusmão



filhos tirareis, porque a razão principal que me moveu para a promessa (?) dos/ditos Indios foi a de se frequentar e continuar esta fabrica (...)" (In: IHGB. Arq. 1 Part. 1 Esca. 24, p. 474)

## b) Capitania do Maranhão

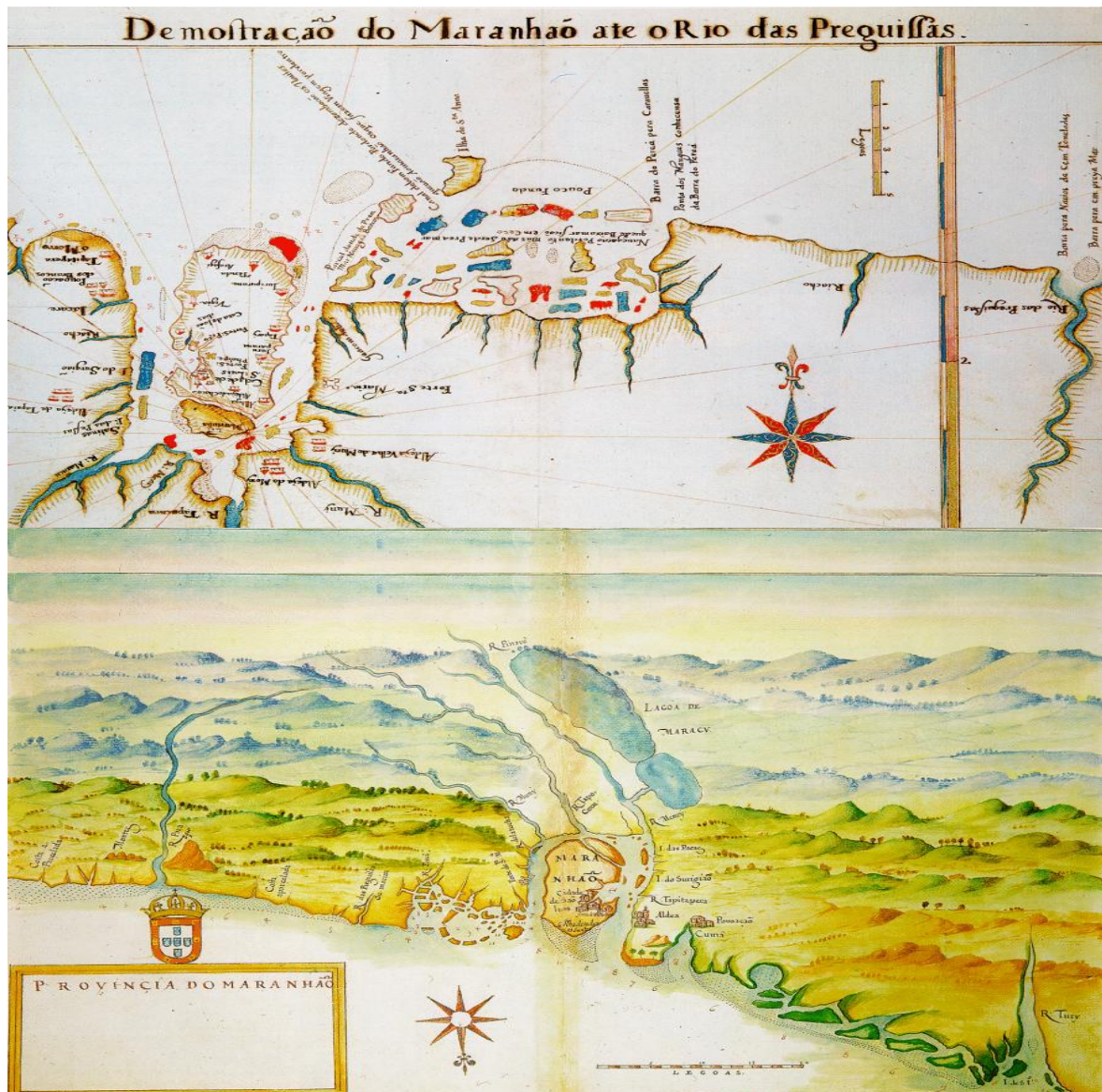


Figura 187. Mapas da Capitania do Maranhão<sup>54</sup>

<sup>54</sup> Figura 187. Mapas da Capitania do Maranhão, de ALBERNAZ, João Teixeira, o velho. (In: Adonias, Op. cit., p. 134)

A história da ocupação do Maranhão não apresenta grande diferença da do Grão-Pará que já foi sumariamente visto acima. Nem em relação às questões político-administrativas, nem também quanto ao solo, fertilidade da terra, tipo de cultivos, etc. Os testemunhos transcritos a seguir são mais um reforço sobre a diversidade de saberes agrários que o Estado Monárquico português interiorizava pelo Brasil adentro, no sentido de impor um saber anterior, o europeu — construído segundo a aura da acumulação do capital comercial —, a um presente, o indígena que estava num outro patamar civilizatório totalmente adverso do primeiro. Os dois mapas acima, segundo a descrição das fichas catalográficas da Mapoteca do Itamarati, Rio de Janeiro, e reproduzida por Adonias,

*(...) Assinalas os fortes de São Luís e Santa Maria. O primeiro foi construído pelos franceses sobre uma colina a noroeste da ilha, em 1612, e sua denominação representou uma homenagem a Luís XIII, Rei da França. Em 1615 os portugueses o ocuparam, mudando o seu nome para São Felipe, em honra de Felipe II, da Espanha. Os holandeses o ocuparam em 1641, mas os luso-brasileiros o reconquistaram em 1644. O segundo foi edificado por Jerônimo de Albuquerque, em 1614, na margem direita do Rio Munin, com o nome de Santa Maria. Seu traçado obedeceu a planta do engenheiro Francisco de Frias. Também conhecido como Forte de Guaxenduba". (Cf. Adonias, Op. cit., p. 134).*

Em 1614, Claude d'Abbeville descreve o Estado do Maranhão como sendo um lugar onde tem tudo de bom: clima, paisagem, água, pássaros, peixes e fertilidade da terra. Mas para cultivar a terra são necessários arados e relhos que lá são totalmente desconhecidos e a terra praticamente não é trabalhada. Ao se referir ao cultivo de algumas espécies comestíveis, como o milho e a mandioca, exalta a bondade do clima que é melhor do que o da França, a fertilidade e demais aspectos da natureza, dizendo que

*(...) semeando o milho de maio, a que chama avati,<sup>55</sup> pode-se colhê-lo dois meses e meio a três, depois; e de cada espiga nascem quatro, cinco ou seis hastes com seis a sete espigas cada uma, e em cada espiga de seiscentos a oitocentos grãos. E pode-se verificar a bondade e admirável fertilidade dessa terra pelo fato de se poder semear o colher o milho com a mesma abundância três a quatro vezes por ano, dando incalculável lucro.*

---

<sup>55</sup> Nota de rodapé na página 161. AUATYY — May, — Abati de aba cabelo, e ti branco, aludindo aos filamentos esbranquecidos que envolvem a espiga, por baixo da palha, o milho (*Zea mais*, Linné).

*A mandioca, raiz que fazem o pão, cresce muito grossa e pode ser colhida a cada três ou quatro meses e até em mesmo tempo.*

*Os melões podem ser comidos de seis semanas a dois meses após plantados, e é possível obtê-los mensalmente, de excelente qualidade, tão bons pelo natal como pelo São João ou no mês de agosto. Em qualquer colhem favas, vagens e outros frutos ou lentilhas que mostram bem a fertilidade da terra. (...) Quantos não há entre nós que se esgotam no trabalho, dia e noite, e mal conseguem dar conta de seus encargos, chegando, no fim, à mísera condições de mendigar o pão para o próprio sustento e o dos seus filhos? Se vivessem nesse país poderiam passar bem sem esforço, graças à facilidade de pesca e de caça aos pássaros e outros animais, aí abundantes; e com bem pouco trabalho e indústria seriam ricos em pouco tempo e lamentariam tão somente Ter vivido tanto tempo em sua primitiva condição. (Cf. Abbeville, 1975, p. 163)*

Quanto à geografia do Estado do Maranhão, diz o Padre Antônio Vieira que era a melhor do mundo, em particular, para se gozar de boa saúde e para se cultivar as chamadas drogas do sertão. Lá,

*(...) O clima das terras he tam benigno pa/ra a criação das ditas drogas, como para/a conservação da vida humana; por/que estando no meio da Zona torrida, e/pouco distantes da Equinocial, nellas/não ha frio, que escandalize, mas fresco/que consola; nem ha calma, que afron/te, por serem os seus ares sempre como/os da primavera, e sem hyperbole pa/rece póde afirmar-se, que se o Estado/do Maranhão não he o Paraizo terreal/ he o tronco, e origem de todas as dilici/as, e riquezas do mundo. (...) Porque ha nas terras do/Maranhão cravo de casca da mesma ar/vore, cuja flor he o cravo que vem da Índia,/ha canella do matto, que cultivada se fa/rá domestica, e de igual preço á de Cei/lão: ha verniz, que he o mesmo chamão da/Índia, ha caffè, e ha cacáo; ha chá,/baunilhas, salsa parrilha, ruina qui/na, contraerva, nóz noscadas (...). (Cf. Vieira, In: IHGB, códice 1.1,7, p. 215)<sup>56</sup>*

Os governos anteriores a D. Pedro II praticamente nada fizeram por essa Capitania, com exceção das represálias às manifestações indígenas, de uma ou outra divergência com a Igreja, em particular com a Companhia de Jesus e dos confrontos com invasores de outras nacionalidades. A estrutura produtiva da agricultura maranhense, embora uma parcela tenha se pautado no latifúndio monocultor de cana-de-açúcar e nas grandes fazendas de gado, uma outra parte significativa foi constituída de roças, como ocorreu em todo o resto do interior do Brasil. Um testemunho de 1685 sobre a descrição da Ilha Grande de Joannes, no Maranhão, de autor não identificado, mostra a preocupação com a questão do povoamento das Capitánias, e propõe que

---

<sup>56</sup> IHGB, códice 1-1-7 Annais da Missão dos Mares Verdes (1624 e 1625) pelo Padre Vieira ao Padre Vice Provincial. Originais dos séculos XVII/XVIII, pp. 74 e 215.

(...) “As quaes/duas capitancias hora muito necessa/rio povoar com gente branca, ou/pelo menos por in quanto com hum/forte, com algum providio na do/cabo do Norte em alguma das im/minencias que decem sobre o rio,/donde se seguem as serras de que/he composta, com seus valles e/ribeiras, e tão boas terras que não/só se lograriam nellas todos os frutos do Brazil. Mas tambem os do Reino,/com Navios Haveres; e quem plantace/cacaó faria ali grandes fazendas/por ser seu natural, e as quebradas/da terra, roxas por onde elle se quer/ou melhor se produz; (...).” (In: IHGB, códice 1.3.8, p. 288)

Em sesmarias do Maranhão e Pará, referente ao ano de 1685, ao tratar do problema do índio, diz que o

(...) *Bom exemplo nos foy desta ma/xima aproybição, que não há m<sup>s</sup> annos/(sejes) neste Reino em as Provincia de trás/dos Montes, sobre aplantarsse tabaco em/razão da perda, que desta cultura resultava,/assim a fazenda Real, como à mercancia./e dezaccupada agente, que no benefício da/bebida, a que llamas giribita seocupa, dé/certo se ocupará no beneficio de algú ou/tro genero, que fosse util à mercancia,/e tambem sendoUnecessario comprar o/vinho por mayor preso, trablharías com/melhor vontade, para terem com que fa/zerem os pagamentos.* (In: IHGB, códice 3.4.,7, p. 16)

Numa longa carta do Padre Antonio Vieira para o Duque do Cadaval, apresenta as suas preocupações com a ausência de governadores para administrar melhor essa Capitania e desse maior apoio ao trabalho da agricultura de um modo geral. Diz Vieira ao Conde que

(...) *Seria meio tambem muito util/S.A. mandasse a'quella collonia Gover/nadores. (...)/Que ponhão/grande cuidado em augmentar fazendo/com aquelles moradores se apliquem à cul/tura dos Campos, ordenando-lhes, que domes/tiquem as arvores, que neste Rn me/lhor conta tiverem, e conforme suas pocesso/entes lhe arbitarem numeros convenientes,/para que assim se logrem, e alcance o que/se pretende. (...) E porquanto a falta grande de es/cravos, que aquelles moradores padessem os/incapacita para a dita cultura, em taxas/de que sem elles não podem cultivar por não/ser estilho de gente Branca daquellas par/tes, nem de outra alguma das nossas co/lonias fazer mais, que mandar a seus es/cravos, que trabalhem ordenando-lhes o/que devem fazer. Não sey se lâ este uso nascido sô do estilho, o da abundancia dos man/timentos da terra, suficientes a sustentar a vida, (**pello**) sustento da qual Ele/se trabalha; mas seja este, ou aquelle/o motivo, não ha de ser bastante, para/que este Rn deixe de lograr frutos de/tanta conveniencia para nós, e estima/ção para todos, ensinando-nos a expe/riencia, que a natureza, se pode emendar/com arte; e se para emendar aquelha, são/necessarios os escravos naquelle pays, para/que come lhes. Tenhão aquelles moradores/quem labore a terra, (...) De(recusa) couza será tambem/a V.A. ordenar se fassa outra assento/de ferramentas necessarias á cultura dos/campos, dos quaes percuzamento(precisamente) neces/sitão aquelles moradores por ser gente po/bre, e que das Ilhas tem tido habitar a/quella terra, na qual ociosos não servem/de utilidade (...)/ e para logro desta será de/muita importancia e remedio Aos Pays, a/ nelle assista algum tempo E uma pessoa de/bom discurso, e inteligencia na cultura/natural dos Campos, para que com experi/encia penetre a daquelle estima, e penetra/da adevulgue á quelloz moradores; porque/só assim servirá em perfeito conhecimen/to dos segredas, que é muy... incluye a Agri/cultura do Pará. (...) E para fazer quantas roças qui/zesse junto a esta aldeia podia fazerem ter/ras já roçadas, que offerecemos, e dobrado fructi/feras, e o que mais he com avantajado serviço/á El Rey,*

*conservação da aldea, e socego de se/os moradores, para consumirem as muitas man/dibas, que são necessarias para a planta tem an/dado em laborozo giro, por lhe ficar mui distan/te o arraial, e que podiam commodamente/fazer em um dia, e assistirem ás suas obriga/ções, tem gastos muitos, e muitos dias no trans/porte do necessario, em que se occupam homens/e mulheres, e se destas algumas hiam velhas/não agradar a isso ao libidinoso sujeito, profe/rindo neste caso muitas blasfemias contra o/nosso decoro. (In: ACRJ, código 278, LIVRO 3, pp. 3-6, 11 e 74*

Em 8 de abril de 1671, o rei D. Pedro II assina uma provisão dando ordens ao governo do Estado do Brasil que estimulasse o cultivo de Gengive nas Capitânicas do norte.

*(...) rezidentez e moradores no Estado do Brasil, hey por bem lhes (ilegível) que eles possão plantar e fazer sementeiras de /Gingivre, e navegala para este Reino, assim simplez como/em Conçerva [?] e que por tem/po de Sinco annoz, possam tambem gozar oz que meterem o dito Gingivre neste/ Reino de Liberdade dos meyoz direitoz, e dos outros meyoz pagarão, o que se dever/a minha Fazenda, oz quaes meyoz direitos se applicarão, aos Estados do Brazil e /Maranhão, e isto serem direitos, novos sem applicação algua, e no tocante aoz/direitos da Gingivre, em Rama ou em Conserva, se ajustará o que se deve pagar de lhe, pelo que mando ao meu Governador da Capitania do Rio de Janeiro, e ao Prove/dor da minha Fazenda dela mais ministros, e pessoaz a que pertencer, fação Inteira/mente Comprir e guardar esta Provizams como nela secontem, dandoá à sua devida/ezimação[?], e fazendoa publicar, naz partez necessariaz, para que a todos seja notorio o que/por ela Ordeno; a qual velera [sic] Como Carrta, e não passará pela Chancelaria [sic], sem embar/go da Ordenação do L° 2° N° 39 e 40 em Contratio, e sepassou por duaz viaz, Francis/co da Silva e fez em Lisboa, a dez de Abril, de mil e seiscentoz setenta e hum. O Secreta/rio Manuel Barreto de Sam Payo a fez escrever/ Príncipe/ Duque Prezidente/ Provizão porque V.S. há por bem de Conçeder aos moradores do Estado do Brazil que passão/plantar e fazer sementeiraz de Gingivre, e navegado para este Reino, assim simplez como/em Conçerva, e que por tempo de sinco annos possam gozaroz que meterem o dito Gingivre/ neste Reino, da Liberdade dos meyoz direitos, e dos outros pagarão o que se dever a/Fazenda Real, os quaiez se applicarão aos Estados do Brazil, e Maranhão, Como nesta se/declara que vay por duaz viaz. Para Vossa Alteza ver. Por rezolução [?] de S.A. de outo de/Avril de mil e seiscentos e setenta e hum, em consta de dezacete [?] de Fevereiro do dito anno. Re/gistrada nos Livros da Secretaria do Conceilho Ultramarino a folhaz vinte Manoel Ba/rreto de Sam Payo. //Pedro//. (In: ACRJ, código 16.4.3, f.6)*

O final do século XVII e início do XVIII, ao contrário do que mostra Caio Prado Júnior, ao fazer a sua crítica à perversidade ao modelo colonizador, se percebe através dos testemunhos citados que houve um grande avanço no surgimento da agricultura de subsistência. Caio Prado sustenta que no período colonial brasileiro, que foi a grande exploração agrícola,

*(...) isto é, que reúne grande número de pessoas, trabalhando conjuntamente, ou se pelo contrário se funda no trabalho individual de pequenos agricultores autônomos, que lavram eles mesmos terras próprias ou arrendadas.*

*A resposta não pode sofrer dúvidas. A economia agrária colonial sempre teve por tipo a grande exploração rural. Estão aí as lavouras de cana e os engenhos de açúcar — nossa riqueza de então — os extensos latifúndios dedicados à pecuária; enfim, as demais indústrias agrícolas que, embora em menor escala, sempre se revestem de menor caráter de grandes explorações. Basta lembrar que nosso trabalho agrícola sempre se baseou no braço escravo, negro ou índio. Mesmo em São Vicente, onde encontramos as menores e mais modestas propriedades, a regra é a mesma. (Cf. Prado Jr., Op. cit., pp. 18-19)*

Embora o projeto colonial se assentasse na ideologia monolítica de subordinar a produção agrícola brasileira a um modelo monolítico como o que Caio Prado assegura que foi, outras instâncias produtivas existiram e foram fundamentais à dinâmica do processo de transmutação dos saberes agrários. Se fosse tomar apenas essa perspectiva hegemônica da economia agrária, conforme mostra o sentido regedor do discurso do Caio Prado, não poderia, de fato, prosperar a pequena propriedade. Isto é firmado pelo próprio Caio que, ao querer criticar a perversidade do referido modelo, reforça a sua tese da grande propriedade dominante, que realmente foi, mas apenas no referente à economia exportadora, afirmando que

*(...) Nestas condições não era possível à pequena propriedade no Brasil colonial. Impedidos pelas circunstâncias se vão os pequenos proprietários aos poucos desfazendo de suas posses e benefícios dos grandes domínios. Depois de tal processo de eliminação da pequena propriedade, vai afinal fundar toda a economia agrária da colônia unicamente no grande domínio rural. (Cf. Prado Jr., p. 21)*

No entanto, há uma ambigüidade no pensamento desse autor ao dizer, como foi citado acima, que de certa forma ele reconhece que nos primórdios da colonização houve uma pequena produção agrária baseada na pequena propriedade. Mas essas, contraditoriamente, mostra o referido autor, como foram se incorporando ao crescente avanço dos latifúndios.

A contradição está na própria periodização da obra de Caio Prado, que vai da segunda metade do século XVI até o final do XVIII, período esse marcado pela implantação das capitânicas hereditárias, sesmarias e diversificação de vários produtos agrícolas trazidas de outras regiões do mundo. A não ser, o que também não teria sentido, é que essas pequenas propriedades às quais ele se refere, mas não identifica a quem pertenciam, sejam as roças dos índios.

Embora se reconheça aqui o papel desempenhado por essa estrutura econômica defendida por Caio Prado e que se prende ao discurso da colonização brasileira ter sido voltada para fora — e isto não é uma exclusividade do Brasil, pois faz parte da lógica de quase todos os projetos coloniais — o outro lado, o da pequena e média propriedade, também tem o seu alto grau de importância na constituição daquele processo de acumulação de capital. Sem a existência da pequena propriedade fundiária, certamente, o latifúndio não teria tido o sucesso que teve, e nem tampouco os saberes agrários brasileiros teriam passado por um processo de transmutação, como já vem sendo revelado ao longo deste estudo. Seria, assim, uma realidade estática, na qual tudo funcionava em perfeita harmonia, e os conflitos se dariam, não pelas oposições de saberes<sup>57</sup>, mas sim por simples jogos de interesses: políticos, sociais, religiosos econômicos, etc., pois os mesmos estão no imo do ser humano.

Mas como tal aspecto se localiza apenas no nível do imaginário, como de certa forma o discurso regedor de Caio Prado conduz a isso, no plano do real, é possível ser revelado aquele outro lado, o da diversificação da produção agrária brasileira e do interesse que a Metrópole tinha pela mesma. Se pede aqui permissão ao nome que vem citado a seguir, pelo fato do que vai ser sumariamente exposto ser importante para a reflexão sobre a polêmica questão formulada por Caio Prado. Isto porque um dos melhores esclarecimentos sobre a dita questão foi, sem dúvida, as aulas do professor Francisco Carlos Teixeira da Silva na disciplina *História da Agricultura Brasileira*, neste doutorado, no 2º semestre de 1996.

O conteúdo dessa disciplina, grosso modo, está em alguns dos seus trabalhos publicados, porém, não com a riqueza de detalhes como normalmente é dada em uma aula. Nas suas explanações sobre a composição das propriedades rurais no Brasil colônia, foi detalhadamente analisado o papel desempenhado pela pequena produção no abastecimento de gêneros alimentícios à população das

---

<sup>57</sup> No contexto do conceito de saberes, como está sendo usado, em particular para exemplificar o caso específico que está sendo narrado, compreende, sobretudo, a síntese dos confrontos entre

nascentes cidades. Esse abastecimento nasce simultaneamente com o aparecimento das feiras no Brasil, e, conseqüentemente, com o desenvolvimento dos primeiros núcleos urbanos. Surge assim a primeira feira livre, no pequeno núcleo urbano de Olinda, Pernambuco — instalando-se e mantendo-se por mais de três séculos no largo do Varadouro, e depois transferindo-se para o seu vizinho bairro dos Milagres, onde se mantém até hoje —, ainda no meado do século XVI, o qual já dava sinais de ser um dos principais pólos urbanos daquele Estado, cuja paisagem natural, como já foi mostrado acima, começava a se transmutar em um outra até então desconhecida. Destarte, essa feira foi instalada.

Além deste aspecto — que por si só já é importante para fundamentar a hipótese deste estudo —, foi demonstrado ainda como a pequena produção começou a surgir no âmbito da própria usina e, principalmente, na sua periferia. Esta, em particular as pequenas plantações de cana, normalmente era beneficiada, segundo acordos entre as partes, naquelas usinas, bem como ainda originando uma outra modalidade de saber expressa na expansão dos bangüês — na realidade esses chega mesmo a preceder as usinas —, mas sobretudo os engenhos de rapadura. Como essas usinas precisavam de combustíveis para acionar as suas caldeiras, reserva-se nos seus próprios terrenos áreas específicas para a produção de lenha.

Além desses, muitos outros aspectos foram ainda detalhados, os quais, na realidade, estão apreendidos no sentido do discurso regedor do presente estudo. Entre outros, compreende-se, aqui, que a essência dos saberes referentes ao cultivo, a chamada atividade do eito, nessas pequenas e médias unidades produtivas, não era muito diferente daqueles usados nas usinas. O que difere, substancialmente, é a essência do saber das técnicas industriais, uma vez que as usinas tinham, segundo a expressão contemporânea, uma linha de produção moderna e dinâmica para manter um nível de produtividade suficiente para atender a demanda do mercado internacional, o qual era, também, um outro aspecto implícito à ideologia do projeto colonial.



Mostrando mais alguns exemplos sobre o expansionismo da roça, assim como o do interesse por parte do reino e de setores da elite produtiva luso-brasileira em experimentar o cultivo de algumas daquelas espécies acima citadas, o Livro Grosso do Maranhão apresenta um relatório de 1679 sobre a importância do cultivo do cacau e da baunilha. Assim apresenta detalhadamente o livro três fragmentos de correspondências entre o governo metropolitano e o do Brasil.

*(...) Ignacio Coelho da Silva, Amigo E C<sup>a</sup>. Havendo visto o que me escreveste em carta de 19 de Outubro do Anno passado em que me dais conta do que tendes obrado nessa Capitania do Pará na cultura de cacao e baunilhas, e fervor com que os moradores della vão continuando a plantar delle, e particularmente João de Ornellas da Camara primeira pessoa que deu principio a estas plantas nessa Capitania por ter dellas muita noticia adequerida em Indias de Castella, donde foi arribado hindo deste Reyno, o que faz benemerito d'eu lhe fazer mercê alem dos mais serviços que me tem feito / Me pareceu ordenar-vos animeis aos moradores dessa Capitania a que continuem com estas plantas não só pela conveniencia que se lhes segue dellas, como tambem a meu serviço e a João de Ornellas podereis assegurar que quando se tratar do seu requerimento se lhe terá respeito para se lhe deferir com toda a attenção e atendendo-se // tambem a este serviço. Escrito em Lisboa a 13 de Janeiro de 678 // Principe. (In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, V. 66, p. 66)*

O rei escreve ainda para o Governador do Maranhão, saudando-o pelos

*(...) generos que estão descobertos nesse Estado são mui uteis para o commercio o cacao e as baunilhas por que alem de seca ( sic ) que tem o cacao e da excelencia do cheiro e gosto das Baunilhas mostrou já a experiencia que um e outro se milhorão com a cultura o cacáo tornando-se mais doce do que seria no matto e as Baunilhas podendo Ter a defesa das aves que lhe fasem danno a flor, e a esses moradores conhecem a diferença do cacáo cultivado e que não podem colher madeiras, as Baunilhas por respeito das ditas aves e na certesa da milhora tão conhecida, e se puder augmentar com cuidado e industria que elle necessita e as Baunilhas pegão em toda a parte dentro e fora dos povoados junto das arvores e das paredes; Me pareceu diser-vos que da minha parte signifiqueis a esses moradores que tratem com todo o cuidado no Maranhão e Pará do augmento do dito cacáo cultivando-o e Baunilhas, e conforme ao que obrarem lhe mandarei fazer as mercês que merecerem. Escrita em Lisboa a 2 de Setembro de 1684. //Rey//. (Idem, 79)*

O desenvolvimento do cacau chegou mesmo a levar a criação de um prêmio para que fosse estimulado o cultivo e o comércio do mesmo, como mostra o fragmento de uma carta escrita em Lisboa, em 1686, abaixo citada.

*(...) Para o Governador do Maranhão. Sobre a cultura do Cacáo e premiar-se os que o cultivarem. Arthur de Sá e Meneses, amigo E C<sup>a</sup>. Por se entender que os moradores desse Estado não mandarão a este reino o cacáo com tanta abundancia, e nelle se considerar ao presente excessiva perda. Me pareceu encarregar-vos, como por esta o faço, o cuidado da sua cultura premiando-se os que o cultivarem e se não ( sic ) poder colher mais que naquelle tempo em que costuma estar maduro. Escrita em Lisboa a 24 de Novembro de 686/. (In: ABNR, v. 66. P. 74)*

Além do cacau e da baunilha muitos outros produtos de origem oriental foram cultivados no Estado do Maranhão e Grão-Pará, como o cravo, a salsa, a

canela, a pimenta do reino, e muitos outros mais, e daí se espalhando por outro pontos da região amazônica durante todo o século XVIII, como mostra o Padre João Daniel. Neste sentido, o governo de D. Pedro II, embora tenha sido talvez o governo mais repressivo aos índios e aos movimentos dos escravos, foi certamente, depois da restauração da Coroa portuguesa, o que mais estimulou a diversificação da economia agrária brasileira do século XVII.

### 9.3 Região Nordeste

#### a) Capitânicas do Ceará e Rio Grande do Norte

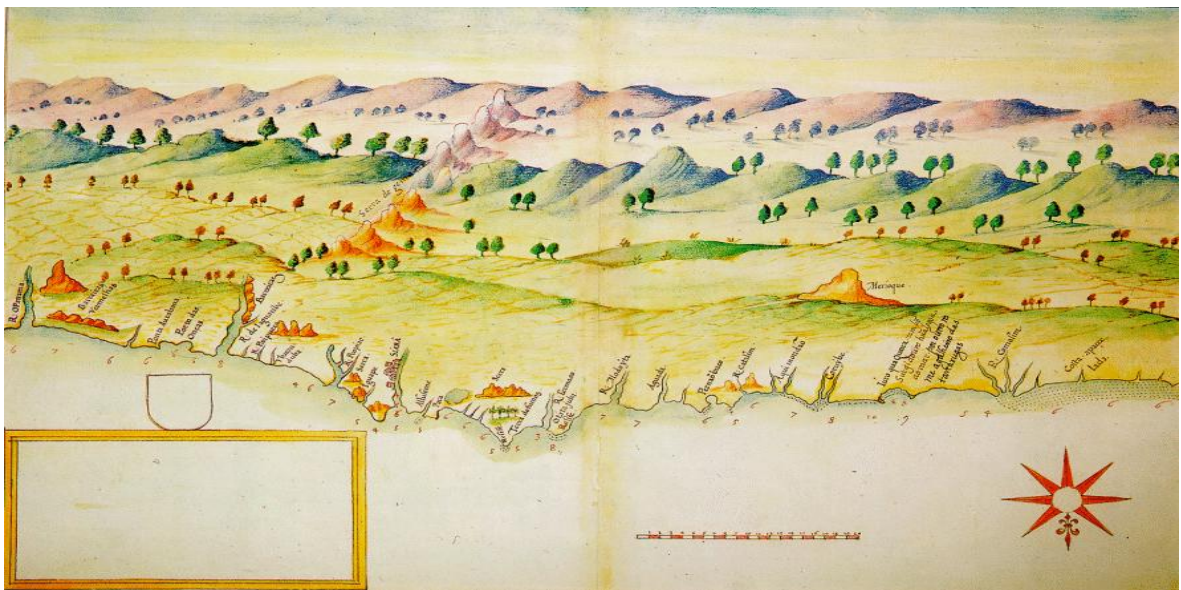


Figura. 188. Carta náutica da costa do Ceará <sup>58</sup>

<sup>58</sup> Figura 188. Carta hidrográfica da costa do Ceará de ALBERNAZ, João Teixeira, o velho. Sondagens, em braças, em toda a extensão litorânea. Bom surgidouro no lugar denominado “agulheiro das tartarugas” (hoje Jericuaquara). (In: Adonias, Op. cit., p. 143.)

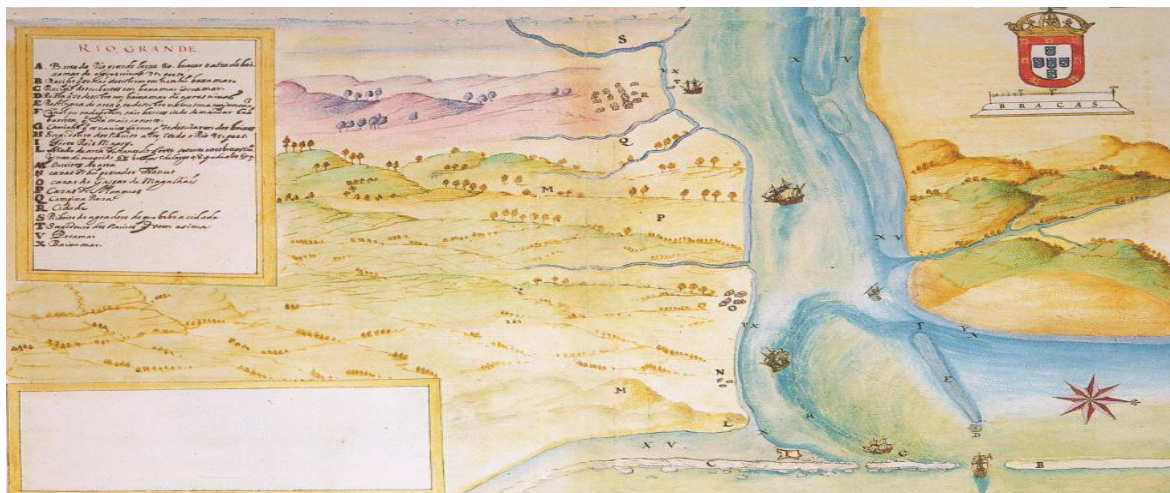


Figura 189. Carta cartográfica da costa do Rio Grande do Norte <sup>59</sup>

Já foi visto que várias causas determinaram o povoamento do Nordeste brasileiro, tanto a Zona da Mata com base açucareira quanto do interior, ou sertão. Alguns autores atribuem que um fator importante foi a sua proximidade relativa da Europa; a presença dos férteis solos aluvionais massapé, e a boa pluviosidade aí existente. O açúcar provocou, assim, o adensamento da população, sobretudo com a chegada dos contingentes escravos. Das costas do Ceará até o extremo sul da Bahia, Ilhéus e Porto Seguro, em particular para o recôncavo baiano próximo à capital da colônia desde 1549, era comum e normal chegarem colonizadores estimulados pelas doações de sesmarias.

<sup>59</sup> Figura 118.. Carta hidrográfica do Rio Grande do Norte, de ALBERNAZ, João Teixeira, o velho, com informações sobre as marés, profundidades, bancos de areia, recifes e canais navegáveis. O brasão com as armas de Portugal indica tratar-se de capitania da coroa. (Idem, p. 150)

## b) Capitanias da Paraíba, Pernambuco e Alagoas



Figura 190. Trecho da costa da Paraíba e de Pernambuco<sup>60</sup>

Neste ritmo, diz Ab'Saber, os portugueses ocuparam todo o litoral oriental, estabelecendo os seus engenhos. Os pequenos rios existentes na região, entre os quais o Juagaribe, Potengi, o Paraíba, o Capibaribe, o Beberibe, o Una, o Ipojuca, o Paraguaçu, o Itapecuru, o Real, o de Contas e, sobretudo, o São Francisco, tornaram-se também eixos do povoamento agrário, pois, de certa forma, foram utilizados não apenas para formar roças, mas também como força motriz para mover as moendas e como vias de transporte para os principais centros comerciais da colônia.

Tanto Ab'Saber, como vários outros estudiosos do Brasil colônia, afirmam ainda que esses rios foram usados também pelos estrangeiros, notadamente franceses empenhados no ilícito comércio do pau-brasil, que ancoravam em suas embocaduras, que necessitavam, assim, de serem ocupadas

<sup>60</sup> Figura 190. Ilha de Itamaracá e trecho da costa da Paraíba e de Pernambuco. De ALBERNAZ, João Teixeira, o velho. *Uma expedição holandesa na qual tomaram parte Sigismund van Schkopp e Christophan Artpchofsky foi enviada a ilha em 1631. Na ocasião contentaram-se os invasores em construir apenas uma pequena cidadela numa ilhota no extremo sul de Itamaracá, "onde o inimigo (os holandeses) constrói seu forte a que chamam da Paciência". Recebe o nome de Oranje e nele permaneceram três companhias sob o comando de Artpchofsky.* (Cf. Adonias, Op. cit., p. 169)

pelos luso-brasileiros. Ocupada a costa oriental, os estrangeiros voltaram-se para a costa norte do Nordeste — do Rio Grande do Norte ao Maranhão. Mais uma vez os luso-brasileiros foram obrigados a fundar fortes no litoral e a combater os indígenas. Entre estes fortes surgiu, em 1611, o de Nossa Senhora do Amparo, que acabou por constituir o núcleo da atual cidade de Fortaleza. A invasão francesa de 1612 no Maranhão tornou necessário um novo impulso de ocupação para oeste. Todavia, esta costa norte era mais inóspita, dominada por extensas dunas e atingida pela seca, diz Ab'Saber.

Nessa dinâmica ocupacional outras atividades foram surgindo e, claramente, contribuindo com a diversificação dos saberes agrários em pleno processo de transmutação. Manuel Maurício, por exemplo, atribui que foi somente com o aproveitamento do sal, a atividade da pesca e o desenvolvimento da pecuária no sertão, que surgiram pequenos portos e a região pôde ser povoada. O chamado meio-norte, diz ele e também Maria Yedda Linhares, mais pobre, ficou na dependência das "drogas do sertão", que representavam uma economia jamais instável. As dificuldades de comunicação desta região com o litoral oriental, inclusive pelo regime dos ventos, que atrasavam as viagens dos navios, fez com que o governo de Portugal criasse em 1621 o Estado do Maranhão, separado do restante do Brasil e formado pelos atuais Estados do Maranhão, Piauí e Ceará. Ainda segundo Manuel Maurício de Albuquerque, as invasões dos holandeses e, posteriormente, as lutas contra os indígenas rebelados e negros aquilombado, como já foi mostrado anteriormente, retardaram a expansão para o interior nas capitanias nordestinas orientais.

Segundo ainda o sentido do discurso de Manuel Maurício, as frentes de colonização formadas para ocupar o interior mantinham em estreita ligação demográfica e econômica com os grupos humanos e atividades comerciais localizadas à beira-mar. Contemporânea à ocupação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, mais para o fim do século XVII, mais um outro conhecimento surgia entre os saberes agrários brasileiros: a cultura do algodão, pois a da mandioca continuava incessantemente, não mais apenas pelos índios, mas por outras

culturas, entre as quais a brasileira que já começava a se manifestar etnicamente. Em *Memoria Chronologica – historica e corographica de Provincia do Piauhy*, o seu autor ao tratar da agricultura nessa região do país no início do século XVIII, diz que

(...) Pouco depois de 1700 se começou a cultivar algodão no Piauhy;/ prosperou esta industria, porque tudo concorria para o seu desenvol/vimento — bons terrenos, e o amor ao trabalho; — porém pouco / depois os bons terrenos ficaram abandonados, a lavoura definhou; / por que os lavradores se tornaram criadores, porque este trabalho era/ mais commodo e leve. A lavoura do algodão soffreu gravemente, e/ por muito tempo, até fecunda, e talvez mais perfeita, se é que se pode chamar perfeição a/ um pequeno melhoramento ensinado pela experiencia colhida no des/prezo da velha pratica de rotrear as terras. Ainda assim se não pode/ dizer que no Piauhy haja sciencia no amanho das terras, na disposição da plantação, finalmente em todo o processo da cultura; — o/ que fazem de melho — sempre é incompleto, e ainda imperfeito. Geralmente há no Piauhy uma grande repugnancia para a lavou/ra, e se fazem a lavoura de primeira necessidade, é porque sem ella/ morreriam de fome; o instinto pois da propria conservação é quem/ aconselha os filhos do Piauhy a plantarem milho, feijão, arroz e/ mandioca. Um escriptor, fallando há muitos annos do Piauhy, disse/ (...) Elles se interes/savam só na criação de gado (...) O primeiro passo a dar é prevenir o grande mal, que resulta da/ barbara devastação das mattas, (...) Acostumados os lavradores a variar a cada passo de terreno,/ por julgarrem falsamente cansados os terrenos uma vez servidos, multi/plicam de trabalho todos os annos, ou pelo menos de dous em dous/ annos, porque ignoram o mode de aproveitar com grande vantagem/ das terras já agriculturadas. A pratica, que os primeiros lavradores observaram na plantação/ do algodão, é, com pequena differença, a que ainda hoje observam (...). Se o terre/no é de matta cuidam em derruba-la com antecedencia; - seccos os/ mattos cahidos, lan-çam-lhes fogo (...). São/ escolhidos para a plantação do algodão os terrenos de capoeira, de/ palmares, encostas de outeiros, e de ordinario terreno eleva/ do. (...). Nos intervallos da/ plantação costumam plantar milho, feijão, arroz e mandioca; porém/ como esta ultima planta pôde amofinar o algodoeiro, muitos não a/ consentem, salvo quando o terreno é fresco (...). Tres grandes males costumam affetar a plantação do algodão — as lagartas e outros insectos damnhinhos, a falta de/ chuva, e a muita chuva. (Cf. d'Alencastre, 1855, pp. 64-67)<sup>61</sup>

Sobre a diversidade agrária do interior do nordeste brasileiro, a historiografia mostra ainda a presença do gado para o interior formando as zonas de currais, assim como o cultivo do feijão, em particular do macacá (o popular feijão-de-corda), do amendoim, do milho e da mandioca e de mais uma infinidade de espécies nativas. Essa estrutura produtiva exigia um saber específico sobre o

<sup>61</sup> Memoria Chronologica – historica e corographica de Provincia do Piauhy, por José Martins Pereira d'Alencastre. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1855. (In: RIHGB, Tomo 20, 1º Trimestre, 1857, pp. 64-67)

manejo da roça e ao surgimento de milhares de pequenas propriedades realizando uma agricultura de subsistência.

Desta forma foi povoado o sertão. Esta região passou a ter também — mostra os diferentes testemunhos — uma nova atividade econômica: o comércio entre o "sertão" e o litoral. Este "sertão" seria, portanto, ocupado pela pecuária, necessária ao abastecimento do litoral e relegada ao interior semi-árido pelas próprias Ordenações Filipinas, acima citadas, que proibiam a criação do gado nas zonas canavieiras. No fim do século XVII, esta área já tinha uma vida própria criando os seus centros locais e apresentando uma dinâmica da expansão, que acabou por se orientar em dois sentidos: o interior do Piauí e o vale do São Francisco. Este povoamento, pelo próprio caráter da criação extensiva, não era concentrado e terminou por criar, como mostram vários historiadores, uma "frente pioneira" muito ampla, como já vimos, entre o Parnaíba e o São Francisco, fatalmente, provocando assim conflitos sangüinários com os indígenas da região.

É ainda Manuel Maurício quem assinala que o elemento indígena da beira-mar fora assimilado pela mestiçagem, pela catequese ou então dizimado e afugentado pelo contato com o colonizador branco. Numerosos remanescentes indígenas, representando as culturas tupi, jê, cariri, haviam-se refugiado no sertão. A pecuária veio provocar o choque quando as sucessivas doações de sesmarias e a expansão natural do gado passaram a exigir cada vez maiores áreas geográficas. A prepotência dos fazendeiros e dos seus representantes que não respeitavam mesmo as terras reservadas aos índios missionados provocou uma revolta geral.

As lutas indígenas, conforme ressalta ainda Maurício, conhecidas pelos nomes genéricos de "Guerra dos Bárbaros", do Açu, e também como Confederação dos Cariris, e muitas outras mais acima citadas, ensangüentou o nordeste e terminou pelo quase extermínio dos índios, como também a repressão a vários quilombos espalhados por uma grande parte do território brasileiro. Os índios foram escravizados ou colocados compulsoriamente em aldeias dirigidas por padres catequistas. Com esta *vitória* dos luso-brasileiros eliminaram-se

algumas resistências à ocupação do interior do Brasil. Deste modo, ao final do século XVIII, o esboço do povoamento e mesmo da organização do espaço nordestino estava concluído. Isto explica ainda porque, sob o ponto de vista étnico, predominam no litoral populações de forte contribuição negra, e no interior aumenta a contribuição indígena, tendo este sido incorporada por uma atividade seminômade, mais de acordo com suas características culturais. Nessa mesma época, o aparecimento do ouro no interior da Bahia (região de Jacobina e Lençóis) e em Minas Gerais e o declínio da atividade canavieira após a expulsão dos holandeses, inseriam uma outra característica da população nordestina.

O discurso sobre a fertilidade da terra, como já foi mostrado acima, continua justificando a ocupação das terras, como o que vem a seguir que destaca a qualidade do solo da Paraíba, descrito por um holandês:

*(...) Em razão da abundancia e fertilidade dos bosques desta Capitania, moram nella muitos roçeiros, e productores de farinha e cultura de arroz, milho e outros fructos de terra; pois ahi se diz, como um ditado, que onde a madeira e o bosque crescem bem, igualmente vingará bem a mandioca, isto é, a raiz de que se faz a farinha. Essa farinha é o pão do Brazil, de que geralmente ahi se vive. O vegetal de que se faz a farinha é plantado em chão, cujo matto se corta e queima, isto é, os pauzinhos (da raiz<sup>62</sup>) que se cortam, dando-se-lhes o comprimento de meia vara (elle) os quaes apenas são enterrados no solo, amontoando-se a terra em torno para formar com um monticulo de toupeira acima do qual os pauzinhos se elevam um dedo de altura. Essa plantação se faz nos mezes de Janeiro e Agosto; brota logo uma raiz que se chama mandioca, e cresce até atingir á altura de um homem e ainda mais alto. Depois de um anno ou anno e meio essa raiz está de vez para se fazer a farinha. Tendo sido estraluda e bem raspada, é posta contra uma roda revestida de laminas ou raspadeiras de cobre, a qual, sendo movida por uma outra, raspa miudo a dita raiz.*

*“Isto feito, elles manttem as raspas em prensa, como lagar (espécie de tanque onde se espremem e se reduzem a líquido certos frutos, especialmente as uvas, Estabelecimento ou local onde se acha esse tanque ou outras instalações afins) de vinho, e expremem o succo, que é venenoso; depois colocam o residuo em uma espaçosa torradeira, fixada sobre um forno ou fogareiro, e deixam-no secar até que fique como pó de serra. É então farinha, e aproveitam-na e servem-se della com toda sorte de alimento em lugar do pão.*

*“O Arroz que desta Capitania produz é com quanto bom, mui pouco; pois o trabalho é ahi tão caro ou precioso (costelych), que a essas cousas miudas não se presta muita atenção, tendo cada um os olhos fitos no assucar, que é que dá o máximo proveiro.*

*“O milho, chamado na Holanda FROMENTO DA TURQUIA (iurksche tarwe), é produzido ahi em quantidade e serve para alimentar os escravos e negros; também o dão geralmente aos cavalos em lugar da aveia. Amadurece duas vezes por anno, a 1ª. Vez em Maio e a 2ª. Em Setembro e Outubro.*

<sup>62</sup> Obs.: o autor, ou o tradutor do texto, faz uma pequena confusão. O que se planta não é o “pauzinho da raiz”, mas sim um pedacinho do caule da planta (maniva ou manaíba).



*O anil, isto é, a planta que se faz o anil, dá ahi em tal abundancia no estado natural, como se a tivessem plantado. Attinge a altura de um homem, tem as folhas e as ramas semelhantes ás das hervilhaças ou hervilhas selvagens da Neerlandia. Aqui na terra existem ainda Portuguezes que lembram-se ter sido permitido outr'ora fazer-se anil; mas esta industria foi posteriormente vedada pelo rei para não se privar as Indias Occidentaes do seu negócio.*

*Além do pau-brazil, há outros vegetaes que servem para a tinturaria, como certas cascas de árvores que tingem de uma bonita côr de purpura, certo pau que tingem de um preto firme e mais claro, sem azular, um fruto engravado em pequenos envulucros, chamado Uruçú, que tingem de uma bella côr de laranja. Como essas cousas porém ainda não são conhecidas, deixamos que as investiguem os curiosos.*

*Também há aqui diversas sortes de gommias, porque essa terra é mui rica de árvores e mattos. A gomma commun é ordinaria que serve para lustrar (klaudergon) corre do cajueiro, é espessa e mesmo mais espessa do que a propria árvore. Tira-se também de outras, mas geralmente do cajueiro.*

*Achei a gomma-laca da Parahyba e em nenhuma outra parte do Brazil, o que aconteceu por acaso, vendo-a eu pender de árvores pequenas com uma cor vermelha, como o coral. Era tão viscosa quanto flexivel; tomei-a em um papel, e, tendo-a mostrado a diversas pessoas, perguntando o que isso era, me disseram ser goma-laca. Depois encontrei um velho portuguez que a sabia preparar para servir de lacre, e indicou os lugares onde existiam muitas das pequenas árvores daquella especie, das quaes mana a dita gomma, sendo ás mais das vezes, encontradas nos mezes de Agosto e Setembro. Há ahi muitas pessoas que, para sellarem as cartas, não se servem senão de gomma pura, como é tirada das árvores; mas sendo passada pela vela ou pelo fogo, e gotejada no papel, se faz escura e antes preta do que vermelha. (Cf. Herckan, In: RIAGPE, 1886, tomo V, pp. .271 a 277).<sup>63</sup>*

Mas também já começava a surgir outras preocupações com a situação da região, e, claro, com a colônia como um todo. Neste sentido, em 1644, este comportamento econômico era criticado de forma irônica, conforme pode-se observar na citação a seguir, por um comerciante holandês estabelecido em Recife, Pernambuco, ironicamente dizendo num texto em forma de diálogo entre dois personagens:

*(...) Kes: O pays está, Jan Maet, como se não fora o mesmo, tão morto está agora tudo por lá; seria mais facil você apanhar uma vacca em Sergipe del Rey do que encontrar la na rua um homem com que se possa tratar; não vão mais passeiar em bandos na praça, não se vê mais aquella affluencia de gente para o porto, nem aquella multidão junto aos armazens de assucar ou aquella tumulto em roda da Casa do Peso, como era em nosso tempo. Nada há mais que fazer allí, amigo, tudo isto desapareceu, o respeitavel Machadão cortou o Paú-Brasil pela raiz. Agora os pobres serviçaes podem pelo menos descansar; não tem que levar o dia inteiro, naquille paiz quente, agarrados á carroça". (p.126)*

<sup>63</sup> Cf. HERCKAN, Elias. *Descrição Geral da Capitania da Parahyba (publicada na Chronica do Instituto de Utrecht). Recife de Pernambuco em Outubro de 1639.* In: Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano. Tomo V. Recife, 1886. pp. 271-277.

*Kees: O que a gente sofre meu amigo! Quem é o idiota que ignora que no Brasil não gela, não se ferra cavallos e que lá as mulheres não querem trabalhar em fiação. Eu ainda era um moço, mas depois ninguem me fazia cair em semelhante logro. Quando eu trouxe para terra o linho, as mulheres atiraram-me lama, de sorte que tive de me esconder, para me livrar da lama daquellas miseráveis, por detraz da estacada, afastei-me de terra e voltei com a carga para entregal-a ao seu dono, que me ralhou com palavras feias, que não quero repetir; quis assim manter a sua honra e não me pagou a minha comissão.<sup>64</sup>*

### c) Capitanias da Bahia, Ilhéus e Porto Seguro



**Figura 191. Baía de Todos os Santos, Capitania de sua Magestade<sup>65</sup>**

A partir da Bahia, a barca da exegese fará apenas alguns relatos praticamente limitados à descrição geofísica, com referência à vegetação e aos Albernaz reproduz em uma longa nota as palavras dos condes de Atougia exaltando a importância econômica da sua capitania, dizendo que essa era “(...) a melhor e mais fértil terra de todo o Estado, de modo que é provérbio comum que o Brasil é um ovo, e os Ilhéus, a gema. E se meter cabedal nesta capitania será de grandíssimo trato e importância”. (Cf. Albernaz, Apud Adonias, p. 196) Descreve

<sup>64</sup> O Machado do Brasil ou Diálogo sobre a decadência do Brasil, entre Kees Janes Schott, recémchgado d’aquelle paiz, e Jean Maet, caxeiro de negociante, que também alli esteve com aquelle. Ano de Nosso Senhor de 1644. Traduzido do hollandez pelo Dr. Souto Maior, e corrigido, á vista do original pelo Dr. Alfredo Carvalho. Descrição geral da Capitania da Parahyba. Por Elias Herckman. Publicada na Chronica do Instituto de Utrecht. In: Reveista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, v.13, 1908.

<sup>65</sup> Figura 191. Baía de Todos os Santos, Capitania de Sua Magestade, Idem. *Escolhida para sede do Governo Geral, a Capitania da Baía de Todos os Santos passou à condição de capitania real.* (Cf. Adonias, Op. cit., p. 167)

ainda dois engenhos de açúcar e alguns currais de gado, aldeias indígenas e diz que aí se encontra também pequenas criações de ovelhas.

#### d) Capitania de Ilhéus



Figura 192. Capitania de Ilhéus<sup>66</sup>

A capitania de Ilhéus que foi doada a Jorge de Figueredo Corrêa por Carta foral de D. João III, assinada em Évora em 26 de junho de 1534. Braz do Amaral em notas às *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*, de Inácio Accioli, trancreve do *Livro que dá Razão do Estado do Brazil*, a parte referente à localização e demais aspectos referentes a Ilhéus:

(...) Esta capitania começa no rio Grande junto ao rio Patipe, partindo de Porto Seguro e acaba na demarção na ponta da barra de Jaguaripe, partindo com a Bahia de Todos os Sontos.

A sua povoação ou villa de S. Jorge está em 15 graus escassos, e posto que hoje está desbaratada e pobre esta capitania, à respeito da guerra passada pelos Aymorés, e de haver sido saqueada pelos francezes, todavia anda na classe das melhores do Brasil, pelo sítio e bondade, terras que tem aguas, madeiras, notáveis canaviais de 60 annos e copia grande de fructas do matto, caças e pescarias, assim no mar como nos rios, e tem muitas fructas de espinho e de Portugal; tem uvas, romãs, marmelos e figos, e todas as hortaliças; finalmente é tão fértil que os

<sup>66</sup> Figura 192. Capitania de Ilhéus, idem. *Junto ao título, o brasão dos condes de Atougia*. (Idem, p. 196)

moradores no tempo da guerra, recolhidos na povoação, entre as casas plantavam mantimentos. (Cf. Amaral Apude Accioli, 1919, p. 428)

### e) Capitania de Porto Seguro

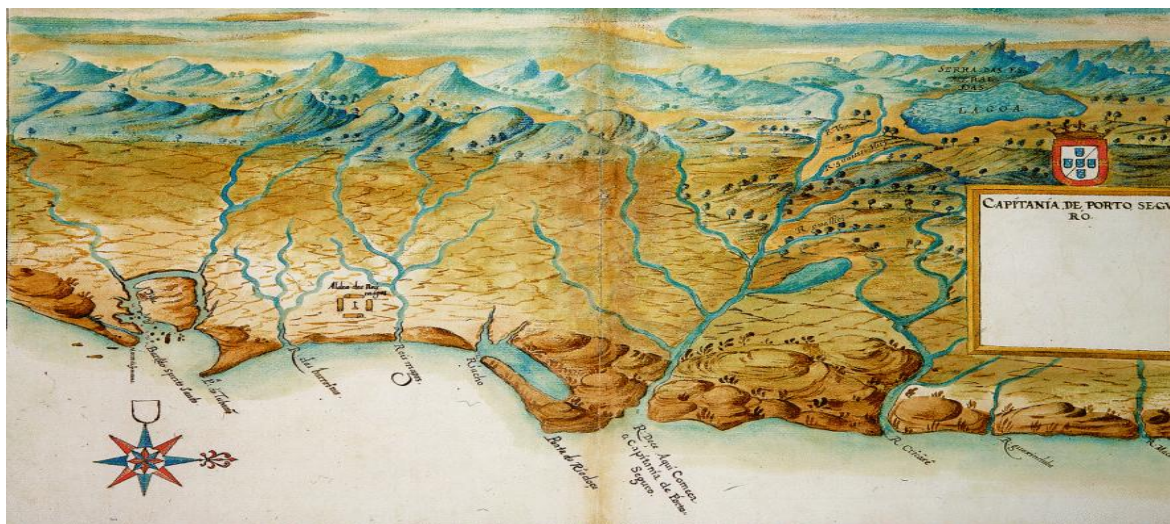


Figura 193 Capitania de Porto Seguro<sup>67</sup>

Albernaz faz a mesma descrição sobre a capitania de Porto Seguro mostrando que as terras eram praticamente incultas, exceto o funcionamento de dois engenhos e algumas roças de mandioca. Quanto à extensão territorial e a qualidade do solo, clima, índice pluviométrico e habitantes desta capitania, segundo ainda o *Livro que dá Razão do Estado do Brazil* e transcrito por Brás do Amaral na mesma obra citada,

*(...) a capitania de Porto Seguro parte com o Espírito Santo pelo rio Doce em dezenove graus, ou, segundo outros querem, pelo rio Cricaré mais ao Norte que foi o ponto por onde se dividio este Estado, entre D. Francisco de Souza, e D. Diogo de Menezes: são famosos estes rios, pelas terras e varzeas para fazendas, que nelles se descobrem, e pelo muito que ao sertão se mettem, abundantes de caças e pescarias, e sobretudo pelo muito páo brasil fino que entre os seus mattos e madeiras se acha, e pelas entradas que com facilidade por qualquer delles se faz ao sertão pelo rio Doce, particularmente para a serra das Esmeraldas, supposto que a terra deste rio de nenhum modo pode ser accometida em nenhum tempo por ser baixa e de alfaques<sup>68</sup>*

<sup>67</sup> **Figura 193.** Capitania de Porto Seguro, idem. Abrange o sul de Porto Seguro e o norte do Espírito Santo. Acima do título, brasão dos duques de Aveiros. Assinala a Aldeia dos Reis Magos, inicialmente criada pelos jesuítas, que nela reuniram e doutrinaram mais de 3.700 índios. Elevada a vila, com o nome de Nova Almeida, por Alvará de 2 de janeiro de 1759. No interior da figura a lendária Serra das Esmeraldas. (Idem, p. 230)

<sup>68</sup> Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. Verbete: alfaque. Pego que se forma pela deslocação de areia. Mar. Banco de areia movediça que se forma principalmente na embocadura dos rios, no cruzamento de correntes marítimas e nas costas de fundo muito irregular.

*que se mudão, e por Ter ordinaria aguagem que descem de cima, e lanção a agua doce pelo mar dentro mais de duas leguas, e assim quando os do Espirito Santo fazem a jornada das Esmeraldas, entrão com as canoas pelo riacho, e pela lagoa caminhão até tres leguas da terra do dito rio, donde tornão as canoas ao mar, e varando-as depois pela arêa, vão se meter no dito rio, e por elle acima navegão navegão por cachoeiras e lagôas, até o pé da dita serra, por esta parte se faz mais facil esta viagem, que pelo Cricaré, o qual tem tanto gntio em suas ribeiras à terra dentro, que até hoje há sido impossivel penetrar por entre elles mais ao sertão. (idem, p. 430)*

Todos os rios descritos acima, assim como a Serra da Esmeralda estão representados neste mapa de Albernaz. Às demais capitânicas brasileiras a partir do Espírito Santo até São Vicente, poucos foram os testemunhos oficiais identificados sobre a existência de outros produtos, fora daqueles tradicionais, como a cana-de-açúcar, a mandioca, o milho ou o uso de instrumentos mecânicos que no final do século XVII era praticamente o de ferro. Um Inventário do Arquivo Histórico Ultramarino datado de 8 de junho de 1665 faz a seguinte descrição sobre o cultivo da terra e do plantio da cana-de-açúcar:

*1) Antes da plantação. O solo é surribado [escavado] e queimado. Depois os escravos abrem-lhe sulcos, com a profundidade de um palmo e meio e a largura de dois, com um talude<sup>69</sup> entre eles, para que a cana, ao nascer, não fique sufocada. Os rebentos são plantados de pé; ou então pedaços de cana de 3 ou 4 palmos de comprimento são estendidos no solo, depois recobertos por um pouco de terra para os fazer rebentar.*

*2) período do plantio:*

*Em torno da Baía, nas terras altas, a cana é plantada no fim de Fevereiro ou começo de Março e até ao fim de Maio. Nas terras baixas, é plantada também em Julho e Agosto e mesmo no inicio de Setembro. Toda a cana, desde que não esteja seca ou doente, ou não tenha um caule muito pequeno, pode servir para a plantação. Se a terra for nova e forte, a cana cresce luxuriante; é a cana selvagem (cana brava): a primeira ou segunda vez que é cortada não dá bom açúcar porque tem água. (...) Algumas chegam a 7, 8 ou 9 palmos de altura e ultrapassam a altura média do campo de canas.*

*3) Qualidade da semente:*

*A melhor cana tem um caule longo e liso. Um caule pequeno é um sinal de secura ou de frio. Se um caule é barbudo, é que foi mal limpo. É preciso limpar as canas depois do corte ou quando a erva lhes cresceu à volta, o que é frequente durante a estação das chuvas. As limpezas mais necessárias são as primeiras, as que se fazem para que a cana possa crescer e as ervas não a sufoquem. Depois de atingir certo*

---

Mar. Baixio de pedra, menos extenso que o parcel, e mais fundo, que permite a passagem de navios de pequeno calado. Mar. Conjunto de pedras soltas em fundo baixo de areia, no porto.

<sup>69</sup> Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio: Verbete: talude.[Do fr. talus, atr. do esp. talud.]. *Terreno inclinado; escarpa, rampa. Superfície inclinada de uma escavação, de um aterro; escarpa, escarpadura, escarpamento. Inclinação dessa superfície, expressa por uma fração. Escarpa formada pelo relevo que constitui o olho do tipo; corte. Talude continental. Geologias: A parede, de declividade acentuada, que mergulha da extremidade da plataforma para os abismos oceânicos.*

*tamanho, a cana teme-as menos. As canas plantadas sobre os taludes são mais lisas que aquelas que crescem nos sulcos.*

*4) de onde tiram as semente:*

*As cepas também servem para plantação. Se não tiverem sido mortas pelo frio ou pela seca, e se forem deixadas no solo, elas rebentam e podem assim renovar o campo das canas por 5 ou 6 anos, ou mesmo mais. Com o esgotamento do solo, a cepa perde o seu vigor, e depois de 6 ou 7 anos, a cana enfraquece e murcha facilmente. É preciso assim plantar a cana de tal maneira que haja uma parte das cepas mais jovens que as outras e que assim o campo de cana se renove perpéuamente.*

*Os inimigos da cana são as chuvas excessivas e as secas. Na Baía, é preciso chuva em Outubro, Novembro, Dezembro e Fevereiro. Outros inimigos: os animais que vêm comer os rebentos. Um certo Lopo Gago da Câmara pede ao Conselho Ultramarino, em 1665, um regulamento que lhe permita impedir a passagem de rebanhos nas terras do seu moinho.*

*Quando vem a colheita, a cana é cortada e transportada para o engenho que começa a rodar—no início de Agosto, no Recôncavo. Uma vez cortada, a cana não deve esperar para ser triturada, senão seca. Por isso o senhor de engenho tem de avisar o lavrador dos dias em que este poderá trazer a sua cana ao moinho. A colheita é feita pelos escravos: os homens cortam, as mulheres atam os feixes. Cada feixe contém 12 canas. Cada escravo tem de cortar por dia 350 feixes; cada mulher tem de atar o mesmo número, com a ajuda dos rebentos. É uma tarefa fixa: quando está acabada, os escravos podem descansar; a limpeza da cana, pelo seu lado, faz-se sem parar do nascer ao pôr do sol. A foice serve para cortar as canas e para tirar as folhas que são queimadas ao nascer do dia ou à noite, quando o vento acalma, e para cortar os rebentos, que se dão a comer aos bois. O corte da cana e o seu transporte até ao porto estão a cargo do rendeiro. No porto, a barca do senhor do engenho recebe-a e transporta-a por mar até ao engenho. Se este for no interior das terras. (...) (In: BNRJ, seção de manuscritos, códice 10. 33-34)*

## 9.4 Região Sudeste

### a) Capitania do Espírito Santo



**Figura 194. Capitania do Espírito Santo<sup>70</sup>**

Na mesma carta de 1607 assinada com as iniciais IN, dizia que na Capitania do Espírito Santo do Brasil “(...) *A terra é bem cultivada, e ella em/si é fertil e grossa de Gados, farinhas, e pescas, e tem al/guns engenhos de assucar (...)*. (In: IHGB, Lata 490, pasta 14) Albernaz desenha a Bahia de Vitória indicando a primeira capital da Capitania, a cidade de Vila Velha; os engenhos dos Azevedos, de Francisco de Aguiar e de Leonardo Fróis, e os fortes de São Marcos (no continente) e São Miguel (na ilha defronte), ambos localizados na entrada do canal de acesso à Cidade de Vitória. No início do século XVIII foram substituídos por outras fortificações.

<sup>70</sup> Figura 194. Capitania do Espírito Santo, (idem, p.229)



## b) Capitania de Pero de Góis

Figura 195. Capitania de Pero de Góis.<sup>71</sup>

Situa a capitania de Pero de Góis na região cortada por lagos e enseadas, localizada

(...) acima da Baía da Guanabara, com a localização do Cabo Frio 'onde começa esta capitania'; a Casa de Pedra; a Ponta dos Búzios; o Cabo de São Tomé, 'onde acaba esta capitania'; e no interior, as serras dos Órgãos, Piratininga, Maricá e 'Muritiba'. A Capitania de São Tomé, de 30 léguas de costa, entre os baixos de Pargos (Itapemirim) e o Rio Macaé, foi doada em 1534 a Pero de Góis. De início houve alguma prosperidade na colonização da capitania. Dez anos mais tarde seu donatário foi obrigado a retirar-se para Portugal, por causa das inquietações que lhes traziam os selvagens, incendiando seus engenhos e destruindo suas plantações, não dispondo de meios para repeli-los. Em 1753, por compra, reverteu à Coroa. (Cf. Adonias, Op. cit. p. 235)

<sup>71</sup> Figura 195. Capitania de Pero de Góis. (Idem, p. 235)



### c) Distrito do Rio de Janeiro

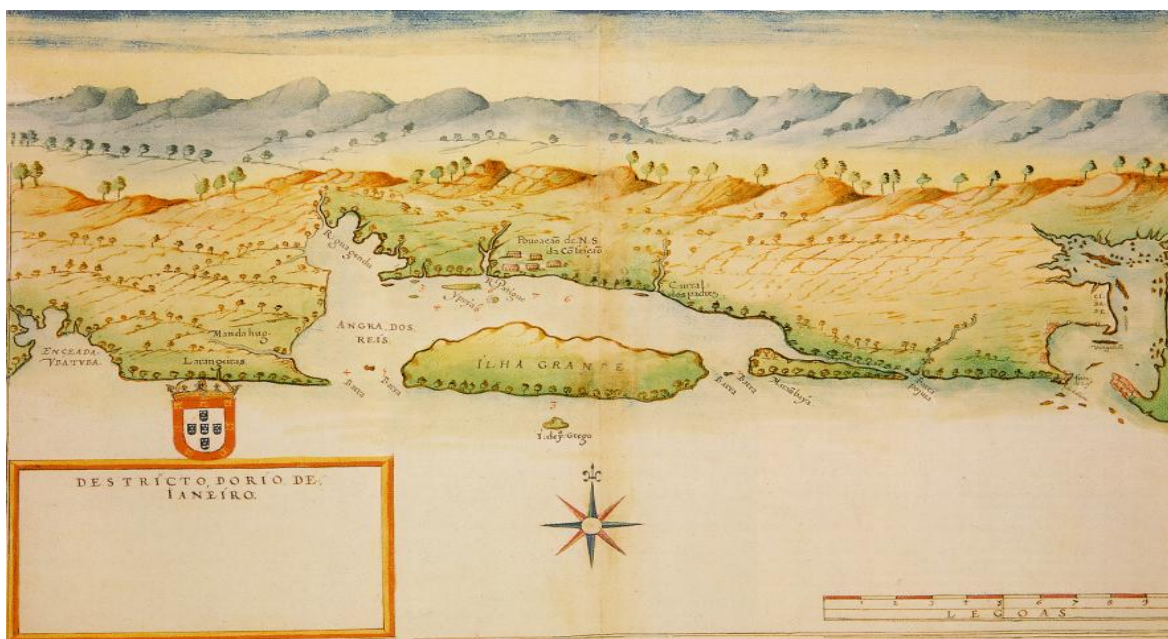


Figura 196. Distrito do Rio de Janeiro<sup>72</sup>

Segundo a carta de 1607, citada acima, a capitania do Rio de Janeiro (...) “É muito fértil e abundante de mantimentos, dasse/nella muito assucar, e gado vacuns, trigo, e algum vi/nho (...). (IHGB: Lata 490, pasta 14) Albernaz diz que essa capitania

*(...) Abrange a costa meridional do Rio de Janeiro, desde a Enseada de Ubatuba até a Baía da Guanabara, destacando, entre outras informações, a localização da povoação de Nossa Senhora da Conceição, o curral dos padres e os fortes de São João e Santa Cruz, na entrada da Barra. Acima do título: brasão com as armas de Portugal, indicando ser a região Capitania Real. (Cf. Albernaz, Apud Adonias, Op. cit, p. 134)*

Ainda no início do século XVII, Brandão descreve a capitania do Rio de Janeiro como um local de terras férteis, diversos gêneros de frutas, de pássaros e de de animais, e, sobretudo, do comércio de ouro que já mantém com o Rio da Prata e o de tecidos e escravos com Angola, também via o Rio da Prata, assim dizendo:

<sup>72</sup> Figura 196. Distrito do Rio de Janeiro. (Idem, p. 134)

(...) À Angola se mandam náos com muitas fazendas, que de lá tornam carregadas de escravos, por que se commutam, deixando grande proveito aos que nisto negociam; e ainda as náos, que pera lá navegam em direitura do Reino, aportam na capitania do Rio de Janeiro, aonde carregam de farinhas, mantimento da terra, por alli se achar mais barata, a qual levam a vender á Angola a troco de escravos e de marfim que de lá trazem em muita quantidade. (Cf. Brandão, Op. cit. p. 158)

Através de uma correspondência datada de 11 de junho de 1704, da Bahia, sobre espécies nativas do Rio de Janeiro, já é possível perceber uma mudança no processo de seleção e preservação, assim como do cultivo de espécies vegetais. Nesse momento aparece pela primeira vez na pesquisa o primeiro documento que fala sobre o uso da técnica de colheita sem o uso do fogo e a conservação em vidro de sementes de pinhão brasileiro, e de como o mesmo deve ser experimentado no reino. O documento é a resposta de uma carta do Provedor-mor da Fazenda do Estado do Brasil, Francisco Lamberta ao Conde de Villa Verde. O documento trata da remessa de sementes de pinheiro do Brasil para Portugal. A primeira carta é dirigida ao rei, na época ainda era D. Pedro II, e está assinada por Francisco Lamberto, trazendo a seguinte mensagem:

(...) *Incluso remetto a Vossa Mercê o traslado de uma ordem de Sua Magestade de 5 de Setembro do anno/ passado em que manda que dos pinhões que se acham no sertão do caminho que vae do Rio de Janeiro para as/ Minas, remetta uns pinhões tirados das pinhas sem fogo por serem para se semear no Reyno dos quaes/ erá parte delles em frasco de vidro, e que dos mesmos faça semear nas terras deste Estado proximo a mari/nha, para que cresçam em parte onde a sua madeira tenha facil condução, e com esta ordem não (corroído)/ Fazenda (corroído) do Rio de Janeiro concorram/ execu... (corroído) maus vizinhos aos taes pinhões,/ se haja Vossa Mercê por encarregado desta comissão, e o mesmo aviso faço ao Pro (... duas palavras corroídas) do Rio de/ Janeiro, para que sobre este particular me dêem respos/ta em carta que possa remetter ao mesmo Conselho,/ e para o que for serviço de Vossa Mercê me achará sempre com mui prompta vontade. Deus guarde a Vos/sasMercê muitos annos. Bahia, 11 de Junho de 1704./ Amigo e muito servidor de Vossa Mercê. Ass. Francisco Lamberto. (BNRJ: Documentos Histórico, vol. I, 1928, pp. 17 a 19)*

Ainda no século XVIII, surgem em todo o território nacional diversas experiências inovadoras, no âmbito dos sabers agrários. Muitas delas se concentraram no norte do país, como por exemplo as apresentadas pelo padre João Daniel ou mesmo a expedição de Alexandre Ferreira, como as mais representativas entre muitas outras ocorridas nesta região. Das mesma forma, o atual Estado do Rio de Janeiro também se destaca com novas propostas, como as

feitas pelo frei Velloso já no finalzinho do século, ou mesmo antes com a proposta de instalação de uma fábrica de anil, conforme pode ser visualizada pelas imagens que vêm a seguir.

Essas imagens, são compostas de 10 estampas constam das correspondências do Vice-rei e Capitão geral do Brasil com Corte, datadas de 5 de fevereiro de 1785 até 25 de Dezembro do mesmo ano.<sup>73</sup> Consta ainda de um mapa manuscrito com o seguinte texto:

*Mapa que compreende as Fabricas de Anil que tenho registado, examinado e corrigido em conformidade da Portaria do M<sup>mo</sup> Ex<sup>mo</sup> Senhor Luiz de Vasconcelos e Souza, Vice-rei, e Capitam de Guerras deste Estado, com data de 8 de Janeiro de 1783; Levantadas nos seus destritos q' pricipiam em Santa luzia até Caminhos de Campos; no qual descrevo as q de novo se estam Eregendo, o numero de Lavradores que cultivam este genero ea trabalham por expendio em Fabricas a (ilegível) com a demonstraçam dos Citios; Annos de Fundaçam, Nome dos Fabricantes, e emparticular dos Lavradores, Instrumentos de Agitasam, e formas diferentes com que se servem das Alagoas indispensaveis para asdiversas monobras comq se fas o Anil. Rio de Janeiro, 31 de Mayo de 178(1).<sup>74</sup>*

O documento descreve as três operações básicas de uma fábrica de anil. A primeira operação compreende o “*modo de arrumar a planta na fábrica*”; a segunda operação, é quanto ao “*modo de arrumar a tinta no tanque da Bateria*”, e a terceira é sobre o “*modo de extrair a tinta do tanque da Bateria*”<sup>75</sup>.

Das dez imagens que serão acopladas na figura 197 do presente capítulo, nove são estampas (numeradas de 1 a 9) referentes às partes do funcionamento da fábrica e uma é o brasão referente à cultura do anil. Esta, vem estampada no início do códice e sem numeração, epigrafada como o seguinte verso de Camões:

*“Onde quer que em viver com fama e gloria  
Viveram teus louvores em memória”. (Canto 2<sup>o</sup>. 8<sup>o</sup>. CV)*

A distribuição das imagens segue a mesma ordem da do códice que estão assim desdistribuidas:

<sup>73</sup> BNRJ, Cf. códice 4,4,7. Correspondencia com a Corte desde 5 de Janeiro de 1785 até 25 Dezembro do mesmo anno.

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> Idem, ibidem



Figura 197. Brasão da cultura do Anil



Figura 197. Estampa 1. Fabrica de Bateria de picota e água de Rio Corrente.

*"1. Modo com que se conduz a (ilegível) para o tanque de fermentação"*

2. Tanque de fermentação com o anil dentro dele, ingrado para segurança da erva enquanto fermenta
3. Canal da água corrente que cabe no tanque de fermentação
4. Tanque de Bateria, que recebe o Anil fermentado, para se induzir com o seu movimento ao ponto de sua perfeição
5. Batedores de picata, com que se agita a água no tanque de Bateria
7. Recetaculo, que recebe a goma já trabalhada do Anil
8. Corredor para receber o Anil do recetaculo, ecoar a umidade ficando em massa para se unir, e conglutinar na Prensa, que lhe faz tirar com toda a brevidade o resto da umidade q' ainda continha".



**Figura 197. Estampa 2. Fábrica de Cocho com Bateria de Mão e água levada a Mão**

- “1. Cocho de fermentação, em q' se põem dentro a erva no acto de se lançar a água em barris, como mostra a acção das figuras  
 2. Cocho de Bateria, em que se faz a agitação a Mão, com cuias, como mostra a acção das figuras  
 3. Recetaculo, do Anil, que sahe pelos orificios do segundo Cocho, para passar no coador que mostra o nº 8 da Estampa 1ª”.



**Figura 197. Estampa 3. Fabrica Ligeira de Canoas com Bateria de roda de Mão**

*“1. Canoa, em q sesupoem a erva fermentando com agua levada a Mão*

*2. Canoa de Bateria com rodas de mão, como mostra as figuras*

*3. Recetaculo de receber o Anil.*

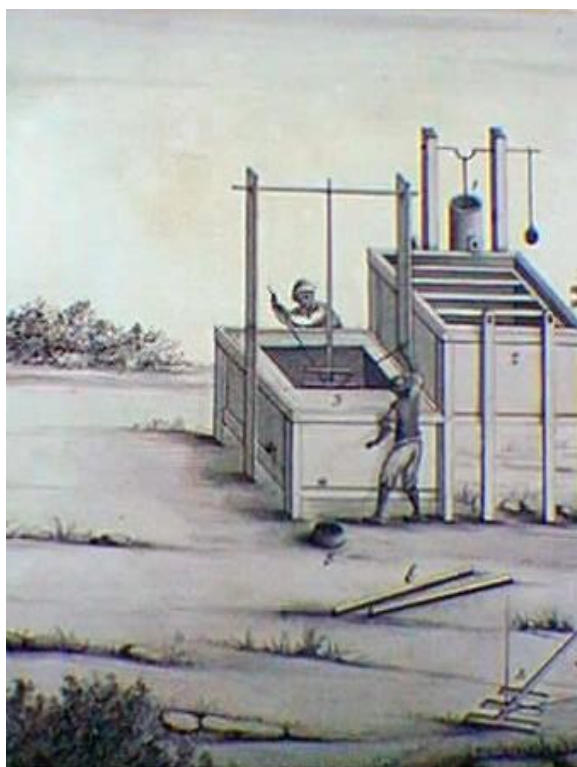
*NB, Muitas destas canoas sevem de pescaria, e logo que descamção os remos (ilegível), como mostra a letra A, são empregadas no facil trabalho do anil para não terem os seus Donos maiores possibilidades para novas fabricas”.*



**Figura 197. Estampa 4. Fabrica de Bateria de roda de Mão, e agua levada por Nora<sup>76</sup>**

- “1. Fabrica de Nora em que se mostra o Canal, por onde cahe a agua p<sup>ra</sup> o tanque de fermentação  
 2. Tanque de fermentação, que aparece despido de erva  
 3. Grade solta, q’ serve de comprimir aerva no tanque de fermentação  
 4. Tanque, que segurão as grades nos seus encaixes  
 5. Encaixes das travas  
 6. Tanque de Bateria, com q’ se mostra o modo de bater com os rodos de mão  
 7. Rodos soltos de mão do tanque de Bateria  
 8. Recetaculo do Anil, q’ entra pelos orificios do tanque de Bateria para passar ao coador n<sup>o</sup> 9 da Estampa 1”.*

<sup>76</sup> Cf. HOLANDA FERREIRA, Auréli Buarque de. Op. cit. verbete Nora. Aparelho para tirar água dos poços, cisternas, rios, etc., cuja peça principal é uma grande roda de madeira em volta da qual passa uma corda a que estão presos alcatruzes.



**Figura 197. Estampa 5. Fabrica de Bateria de Pendula com agua levada por bomba**

- “1. Bomba para levar agua ao tanque da fermentação*
- 2. Tanque da fermentação com a Eria (?) dentro já engrado*
- 3. Tanque de Bateria da pendula, q’ remove, como mostra a figura*
- 4. Pendula solta*
- 5. Recetaculo do Anil, para pasar ao coador nº 8 da Estampa 1*
- 6. Travas que segurão a grade pelos seus encaixes”.*





**Figura 197. Estampa 6. Fabrica de Bateria de roda**

- “1 Cana; de agua para o tanque da fermentação  
 2. Tanque da fermentação com erva dentro enguadrado e seguro com travas  
 3. Tanque de Bateria com agito de rodo para a agitação  
 4. Rodo grande para mover as rodas do tanque de Bateria, empelida pela figura que está dentro do mesmo rodo  
 NB. Sesupem os recetaculos, ao Coador que vai notado nas Estampas anteriores”.*



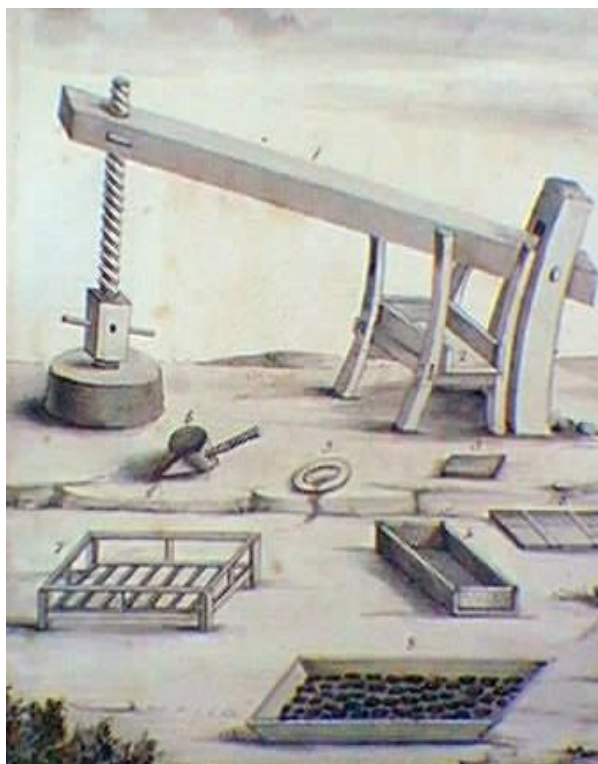
**Figura 197. Estampa 7. Fabrica de Bateria de Balanço com roda de Nora**

- “1. Roda de Nora com o canal para cahir aagua no tanque de fermentação  
 2. Tanque da fermentação, que supoem aação de hir (ilegível) a erva, que se mostra pelo movimento da figura, q' a representa  
 3. Grade solta do tanque da fermentação  
 4. Travas soltas para segurar agrade  
 5. Encaixe das travas  
 6. Tanque de Bateria  
 7. Balança comq se faz a agitação da agua do tanque de Bateria  
 8. Recetaculo do Anil para parrar ao Coador, que mostra o nº 8 da Estampa 1”.



**Figura 197. Estampa 8. Fabrica de roda de Bolandeira**

- “1. Canaes de agua para os tanques da fermentação  
 2. Tanques de fermentação  
 3. Tanque da Bateria  
 4. Rodas, q’agitão aagua do tanque da Bateria  
 5. Bolandeira puchada por besta, q’ dá o movimento igual as rodas dos dous tanques da Bateria  
 6. Recetaculo do Anil para parar ao Coador, que mostra o nº 8 da Estampa 1  
 NB. A bolandeira nº 5 pode igualmente dar movimento, a quatro rodas, q’ ao mesmo tempo trabalhão em em quatro tanques, como se está apresentando em outras fabricas de semelhante construção”.



**Figura 197. Estampa 9. Prensa para exprimer o Anil**

- “1. Corpo da Prensa  
 2. Caixa (ilegível) da Prensa  
 3. Tampa para fechar huma entremedida da Caixa nº 2  
 4. Caixa volante toda cheia de ferro para escoar o Anil q’vem do Coador nº 8 da Estampa 1, e deve ser encaixada dentro da Caixa ficha nº 2  
 5. Chumaço da Caixa volante nº 1 para se ajustar com o impulço da Prensa nº 1  
 6. Instrumento p<sup>a</sup> se fazerem as experiencias precisas p<sup>a</sup> se ver a graduação da agua do tanque da Bateria  
 7. Grade em q’se deposita o Coador nº 8 da Estampa 1 para dissolver e coar aagua, ficando a massa do Anil na sua verdadeira consistencia q se poem a Prensa  
 8. Figura dos tableiros, em q<sup>o</sup> se poem os pedaços de Anil, ou cortados na Prensa, ou sensivelmente tirados do Coador e de todo se secarem  
 9. Prato, emque sefazem asprovas do Anil do tanque da Batera”.

Pode-se observar que a linguagem da descrição sobre o funcionamento das partes que compõem a referida fábrica, se expressa dentro dos padrões da racionalidade técnico-científica predominante da ideologia industrializante das últimas décadas do século XVIII. Este racionalismo começou a se desenvolver no Brasil, em particular na cidade do Rio de Janeiro, a partir do momento em que começou a se fazer presente entre os brasileiros a preocupação com a questão da ciência, surgindo assim, em 1771, sob a proteção do Vice-Rei D. Luís de Almeida Portugal (o marquês do Lavradio), algumas sociedades científicas, tais como a “Sociedade de História Natural do Rio de Janeiro”, “Academia de Ciências e de História Natural”, “Academia Fluminense Médica”, Cirúrgica, Botânica e Farmacêutica” entre outras, como muito bem descreveu Licurgo dos Santos Filho em sua obra clássica: “História Geral da Medicina Brasileira. Ressalta-se ainda, que confrontando o documento com algumas obras da historiografia brasileira, inclusive a de Ruy Gama que é a mais completa sobre a história da tecnologia no Brasil, não se identificou nenhuma referência ao mesmo, por isso, é possível supor que se trata de um documento ainda inédito.

#### d) Capitania de São Vicente



Figura 198. Capitania de São Vicente<sup>77</sup>

Retomando a correspondência já citada de 1607 que descreve as características da capitania de S. Vicente dizendo que a “(...) *terra é fresca e sadia, e de bons ares, e muitos mantimentos/semelhantes aos de Portugal, e na Ilha de S. Paulo/vai dando a cultura de trigo. (...)* (IHGB, idem, ibidem) A posição geográfica da capitania, segundo o traçado de Albernaz, se estende da Barra de São Vicente até a Barra de Bertioga, incluindo as ilhas de São Vicente e Santo Amaro. Assinala os engenhos de Leitão, de Diogo Aires, dos Erasmos e dos irmãos Adorno, que foram os mais rendosos da economia açucareira vicentina, em particular na segunda metade do século XVI e primeira do XVII. Mas jamais, como mostra os dados de Chaunu apresentados no capítulo VII deste estudo. Nos mapas referentes as capitanias do atual Estado de São Paulo, Albernaz descreve os aspectos geofitográficos fora da faixa litorânea do Brasil. aqui ele se refere à Vila de São Paulo que dista aproximadamente nove léguas da barra de São Vicente. Os dois brasões que aparecem na parte de baixo do mapa são os dos barões de São Vicente e de Santo Amaro.

### e) Capitania de Santo Amaro



Figura 199. Costa que Se Estende do Rio Grande até O Rio Garatuba<sup>78</sup>

Nesta carta, Albernaz continua descrevendo os aspectos topográficos do interior das terras dos Goitacás e dos Carijós (nações indígenas) e as serras de Paranapiacaba. Esta carta geográfica abrange as costas dos atuais estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, até aproximadamente a Lagoa dos Patos. Os brasões na parte de baixo são dos condes do Prado, D. Antônio de Souza, donatário dessa capitania, e, de acordo com Azevedo Marques (1980) e Pedro Taques (1980), morreu em 1630 e foi o segundo a usar o título de barão no Brasil.

Por fim, a região sudeste também foi identificada no testemunho abaixo em espanhol narrando que

*(...) En estas capitanias de Sn Vicente y Sn Ama/ro son los ayres frios, y templados como/en españa, y su tierra fertil, y de frescas,/y delgadas aguas. Dase en ella muy buen/azucar, trigo, y cevada que non gastan en/aquella tierra porque tienen otros man/tenimientos mas faciles de grangear, bue/nos, y en abundancia, mucho pescado*

<sup>77</sup> FIGURA 198. Capitania de São Vicente. (Idem, 167, p. 257)

<sup>78</sup> Figura 199. Carta da costa que se estende do Rio Grande até o Rio Garatuba, 'onde começa a Capitania de São Vicente. (Idem, p. 276)

*ma/risco, y conchas muy grandes de delicadas/ostras. Usan solamente el trigo para/hacer hostias y melindres. Hay abundancia de casa de (corroído) grandes, y/cuyos (corroído) hacen (corroído) aun/mejores que de los de baca; y como la tierra es tan (corroído), las carnes son muy/gordas, y sabrosas, ventajosas en extremo/à las de las otras capitanias, y à las de/europa. Diante las mismas frutas que espantan, pero mejores, y sobre todo no/las darian las hormigas porque no las/hay en aquella capitania. (corroído) en esta/y las demas ubas, higos, pomas, (corroído). En mucha cantidad, y los moradores de la villa de/san pablo han plantado vinas, y hay/y a vecino que coy dos pipas de vino,/y como por causa de las plantas es/muy verde le dan un hervor de ali pie/go, para que no se (corroído): hay tam/bien olibas; que dan frutos, rosas, man/brillos de que hacen mucha memelada/y la llevan a vender à las otras capi/tanias; y aunque es verdad que la me/jor fruta de aquella tierra es la plata y/de que hay abundantes minas, no/hay quien los trabage (corroído). (In: IHGB (1670-1680). Lata 23 Doc. 31, pp. 76.77)<sup>79</sup>*

---

<sup>79</sup> (...) Nestas capitanias de São Vicente e Santo Amaro são os ares frios, e temperados como. Na Espanha, e sua terra fértil, e frescas, e delgadas águas. Dá-se nela muito bom açúcar, trigo, e cevada que não gastam naquela terra porque têm outros mantimentos mais fáceis de granjear, bons, e em abundância, muito peixe mariscos, e conchas muito grandes de delicadas ostras. Usam somente o trigo para fazer hóstias e confeitos. Tem abundância de casa de (corroído) grandes, e cujos (corroído) fazem (corroído) ainda melhores que os de vaca; e como a terra é tão (corroído), as carnes são muito gordas, e sabrosas, vantajosas em extremo às de outras capitanias, e às da Europa. Diante das mesmas frutas que espantam, mas melhores, e sobretudo não as dariam as formigas porque não tem naquela capitania. (corroído) nesta e nas demais uvas, figos, maçãs (corroído). Em muita quantidade, e os moradores da vila de São Paulo têm plantado vinhas, tem vizinhos que colhem duas pipas de vinho, e como por causa das plantas é muito verde lhe dão um desejo de ali pegar, para que não se (corroído): há também olivas para vender nas outras capitánias; e ainda é verdade que a melhor fruta daquela terra é a prata e de que existem abundantes minas, não há quem trabalhem (corroído). (In: In: IHGB (1670-1680). Lata 23 Doc. 31, pp. 76-77)



## 9.5 Região sul

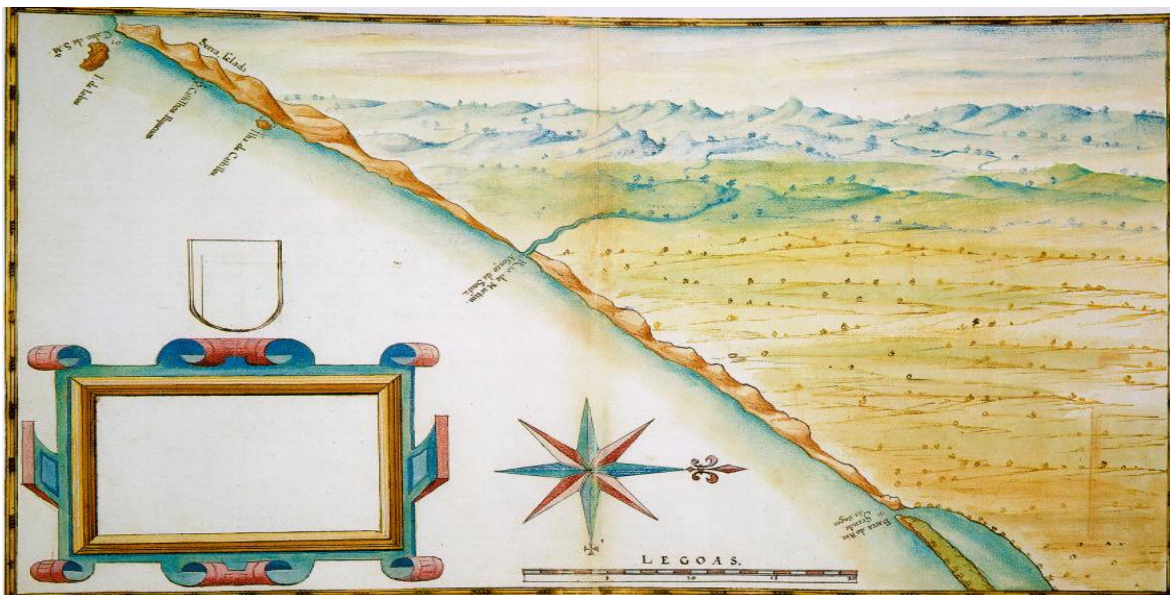


Figura 200. Carta da Costa entre o Cabo de...<sup>80</sup>

A região sul do Brasil já era conhecida dos europeus desde a primeira metade do século XVI. A descrição das Abras no capítulo anterior pelo documento anônimo de 1566, embora não identifique qual era a região que estava descrevendo, mas pelas características apresentadas assemelha-se às do Estado de Santa Catarina, então chamada Lagoa dos Patos, nome esse dado em 1514 por Nuno Manuel e Cristovão de Haro que por lá passaram naquele ano com a sua expedição. Ainda nessa época Santa Catarina era ponto de partida para espanhóis, como Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, que de lá partiu por terra para ocupar o Paraguai. Depois dele se tornou rotina para portugueses e espanhóis se expandirem por terras americanas em direção e/ou adonação do Oeste, como bem mostrou Oswaldo B. Cabral, Sérgio Buarque de Holanda, Alfredo Elis, Nelson W. Sodré e, sobretudo, Cassiano Ricardo em seu clássico livro *a Marcha para o Oeste*.

Hans Staden, pelo que apresenta no seu mapa sobre as costas brasileiras e apresentado também no capítulo anterior, com certeza só conheceu o

sul até o litoral de Santa Catarina onde fez a sua primeira parada. Também se for tomar o mapa Terra Brasilis ou o texto do Tratado de Tordesilhas, de Santa Catarina para baixo na realidade não pertenceria a Portugal. Santa Catarina foi elevada a categoria de vila em 1600, com o nome de *Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco*, uma povoação já existente no local. (Cf. Adonias, Op. cit., p. 271)

Num documento original, com 10 páginas manuscritas, sem data e com letras semelhantes as da primeira metade do século XVIII, este documento informa sobre as experiências de Francisco de Barros no plantio da mandioca, na Ilha de Santa Catarina, antecedentes de seu cultivo em Moçambique, preparo da farinha e notas sobre a cultura da cochinilha. O sentido do discurso do documento já reforça a idéia de transmutação e não de furtos de saber sobre o cultivo da mandioca e mais uns outros produtos agrícolas vegetais brasileiros em outras partes do mundo, e vice-versa. A parte do documento aqui transcrita se refere apenas ao exemplo da mandioca, e diz:

*(...) Lendo o Governador da Ilha de Santa catarina Francisco de Barros, em ûm Mercurio; que/ na Provincia da Normandia em França se tinha plantado Mandioca ; que produzia bem; que della se tinha feito farinha,/ e que se ria adiantando esta cultura; porem, que athé ali senão/ tinham descoberto modo, com que a farinha fermentasse, parra del/la se poder fazer pão.*

*Logo veio é memoria do dito Governador, que em Portugal se podia estabelecer a mesma cultura, por ser mais benigno, que/ a Normandia de França, specialmente no algarve, e outras terras/ adjacentes ao Masr, aonde os ares são mais benignos, muito menos/ frios, que as Provincias do Certão á dentro.*

*Considerou também; que stabelecendo-se a cultura da Mandioca, haveria na região menos necessidade de virem gra/nos estrangeiros, para se fazer pão; e especialmente para a Pobreza;/ pos havia mais hum genero de sustento que supra bem aquella fal/ta — que acostumando-se pouco, a pouco os Soldados á farinha da Man/dioca, a que ca no Reyno se chamava farinha de pau, se lhes podia dar/ por rassão, em lugar do pão munição, como se pratica na ame/rica; aonde não só os Soldados e a gente pobre a comem em lugar de pão;/ mas também os Officiaes, e mais pessoas paizanas, ainda que/ bem acomodadas, enfim he o pão geral daquele Paiz. (...) há de haver cauza de 25, ou 30 anos, que houve na Ilha de Moçambique hû Governador bem curioso de plantas, que não herão/ do Paiz: na Ilha, e seu Território não havia a planta da Mandioca:/ hum Degredado da Bahia, que tinha sido Lavrador, andando hû/ dia pela borda do Mar, viu entre os Rochedos huã vergonta [ramo de plantas], que/ lhe pareceu ser de Mandioca e examinou-a, e achando, que he/ra, foi dar parte ao Governador, que estimou muito, a descoberta: fes o Gover/nador, que o Degredado troucesse a planta, e pazesse em sua horta [ilegível] constituiu o tal*

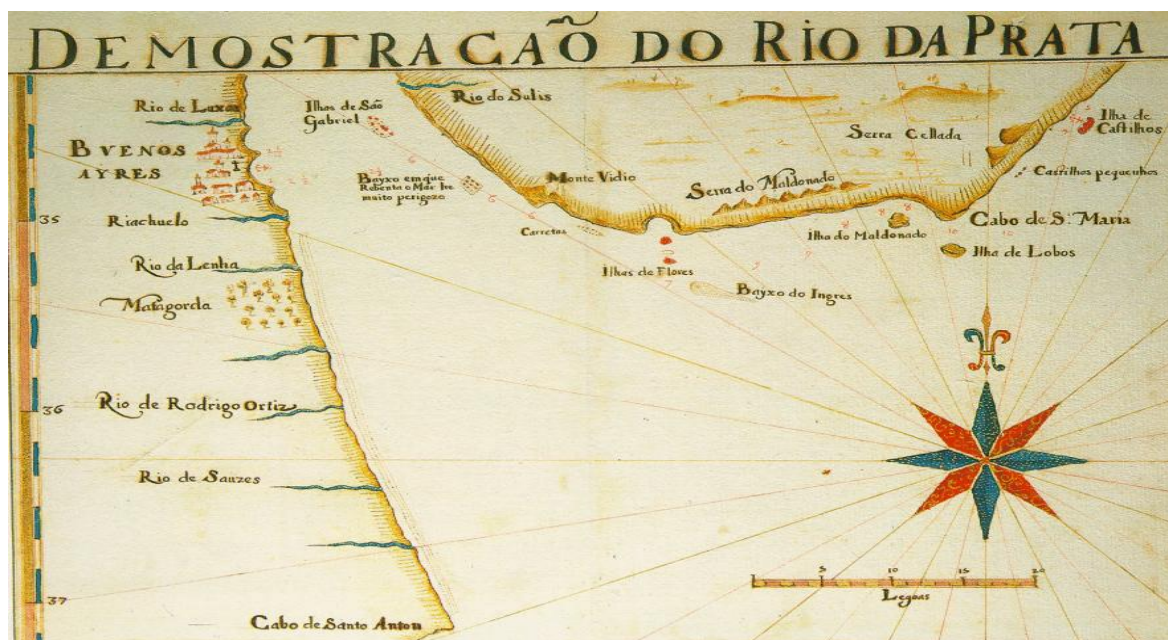
---

<sup>80</sup> Figura 198. Carta da costa entre o Cabo de Santa Maria (Uruguai) e a Barra do Rio Grande da Lagoa (dos Patos). (Idem, p 309)

*Degredado cultivador della, que foi fazendo seus/ Viveros, de que em 2, ou 4 annos pode plantar hũ pequeno campo. (BNRJ, códice 35,30,2)*

Quanto ao extremo sul do Brasil, incluindo aí a descrição do Rio da Prata, diz Oswaldo B. Cabral que

*(...) em fevereiro de 1527, Caboto fez-se ao mar, rumo ao rio da Prata. Em sua companhia levava Henrique Montres e Melchior Ramires, com os respectivos filhos e treze ou quatorze dos desertores de D. Rodrigo, retirando da terra os elementos que eram verdadeiramente uma ligação entre os europeus e os aborígeos e que, vivendo entre estes, falando a sua língua e acomodados aos seus costumes, haviam servido de mediadores a quantos, vindos do mar, necessitavam dos recursos que só em terra poderiam obter. (Cf. Cabral, 1970, p. 25)*



**Figura 201. Cabo de Santo Antônio (Argent.) até Castilhos Pequenos (Uruguai).<sup>81</sup>**

O missionário cronista André Thevet, no início da segunda metade do século XVI, apresenta também a sua descrição do Rio da Prata — que uma parte dela já foi citado no capítulo anterior —, dizendo que

*(...) tanto o Rio da Prata quanto sua região circunvizinha são extremamente ricos não só de prata como também de pedras preciosas. As águas do rio sobem durante certa época do ano, à semelhança do que ocorre com o Rio Orellana, no Peru, e com o Nilo, no Egito. Na foz do Prata existem muitas ilhas, sendo algumas habitadas e outras não. E muito montuosa a terra que se estende do Cabo de Santa Maria até ao Cabo Branco, assim como também as terras próximas da Ponta de Santa Helena<sup>84</sup> (a*

<sup>81</sup> Figura 201. Rio da Prata. A costa estende-se do Cabo de Santo Antônio (Argentina) até Castilhos Pequenos (Uruguai). (Idem, p. 382)

65 léguas do rio e a 30 das Areias Gordas), e as daí às Terras Baixas (assim chamadas devido aos profundos vales aí existentes). Estas terras ficam a 75 léguas da Baía Funda. O resto deste litoral não é freqüentado pelos cristãos, exceto o trecho compreendido entre o Cabo de São Domingos e o Cabo Branco, e deste ao Promontório das Onze Mil Virgens, situado a 52 graus e meio da Linha Equinocial, junto ao qual fica o Estreito de Magalhães, do qual falaremos dentro em pouco. Quanto às planícies, são de fato belíssimas, com sua infinidade de cultivas, fontes e rios de água doce, nos quais abundam excelentes peixes. (...) Para concluir, devo dizer que esta região se encontra hoje em dia transformada de uma tal forma que poderíamos até confundi-la com outra. Os nativos, com o auxílio dos cristãos, desenvolveram-se tão habilmente nas artes e ciências que chegam a fazer sentirem-se envergonhados numerosos povos da Ásia e da nossa Europa (refiro-me aos desventurados seguidores da lei maometana, esta insana e danada doutrina). (Cf. Thevet, Op. cit, pp. 180-181)

Ao contrário de Thevet que fez a descrição da região a partir das suas próprias observações, Brandão descreve-a também nas primeiras décadas do século XVII, sem contudo nunca ter passado por lá. E no sentido do seu discurso já está explícito a preocupação com a existência de metais preciosos, assim como também com a ocupação das terras e com a circulação de mercadorias e dinheiro que se fazia presente por aquelas bandas do Brasil. Assim, em todo o discurso de Brandão o que sobressai e a justificativa do governo português ocupar o mais breve possível aquela região do Brasil, sobretudo porque, diz ele, é

*(...) do Rio da Prata costumam a navegar muitos peruleiros em caravelas, e caravelas de pouco porte, onde trazem somma grande de patacas de quatro e de oito reales, e assim prata lavrada e por lavar, em pinhas e em postas. Assim passa pela maior parte; porque os naturaes da terra se occupam no grangeamento dos seus engenhos e no beneficio de suas lavouras, sem quererem tratar de mercancia, posto que alguns o fazem, contentando-se sómente de navegar os seus assucares pera o Reino, e mandar de lá vir o provimento que lhes é necessario pera suas fazendas, deixando, no de mais, a porta aberta aos mercadores que exercitam seu negocio com grande utilidade; em tanto que, por excellencia, contarei uma cousa como testemunha de vista, No anno de 92 veio um mercador de pouco porte com uma caravela a Pernambuco, em direitura do Algarve, carregado de alguma, pouco azeite, cantidade de passas e figos, com mais outras cousas que de lá se costuma trazer, em que metteu de cabedal setecéitios e trinta mil réis, por tanta de carregaçãõ, que eu vi. Esse homem esteve seis mezes na terra, nos quaes vendeu sua fazenda a dinheiro de contado, e fez della perto de sete mil cruzados, que empregou em assucar branco excellente, comprado a seiscentos e cincoenta reis a arroba (...). (Cf. Brandão, Op. cit., p.158)*



**Figura 202. Foz do Rio da Prata<sup>82</sup>**

Sérgio Buarque de Holanda lamenta que a lavoura brasileira tenha permanecido por muito tempo sem a presença do progresso, pois até mesmo o arado foi introduzido tardiamente. Para ele, as técnicas agrárias portuguesa eram milenares em se comparando com as empregadas em outros países europeus (1963, p.26, passim). O presente estudo acatou esta questão e procurou mostrar que as suas causas se prendem aos diferentes aspectos da complexidade do Estado Monárquico português, cujas considerações virão a seguir.

<sup>82</sup> FIGURA 202. Foz do Rio da Prata. Brasões de Portugal e da Espanha indicam a soberania territorial de cada nação. (Idem, p. 381)

## Breves considerações

Por fim, a barca da exegese no capítulo I, que *assumiu* o compromisso de transportar o sentido dos discursos das fontes testemunhos pelos demais, e só cortar de fato, no capítulo IX no momento em que se chocar com a remessa de sementes de pinheiro para o reino, em 1705. E foi pensando nesta trajetória para comprovar a hipótese da tese, embora ainda um pouco acanhado *arrancou-se*, no capítulo I, a ideação de uma viagem tipo expedição virtual mas de caráter real no tempo e no espaço, na referida nave. Esta foi teoricamente fundamentada no capítulo I, ideada no II e desenvolvida no III; no IV se fez um pequeno cenário introdutório ao passado transcendental dos saberes agrários brasileiros, na tentativa de uma representação estilo *histrião*, como era assim chamada no antigo teatro greco-romano a farsa popular, entremeada de danças e jogos, e, em estilo fabular, representar os atos e costumes da época.

Na diligência do próprio tema que de certa forma está implícita em todos os capítulos, em particular na introdução, procurou-se mostrar que ele não é autônomo, mas sim subordinado ao passado transcendental de outros saberes lusitanos (europeus) o que foi feito nos capítulos V e VI. Ainda preso a essa mesma diligência, o capítulo VII apresenta a síntese de alguns olhares do passado e do presente para América, última parada da barca para abastecer a sua exegese antes de aportar definitivamente no Brasil. No VIII, se fez também uma outra síntese sobre o Brasil no século XVI, a partir da análise do mapa Terra Brasilis e demais testemunhos da época.

Deste modo, o que foi mostrado nesta tese confirma a hipótese sobre a transmutação dos saberes agrários brasileiros num período e num mundo desterritorializado e singular: o Estado Monárquico Português. E assim, procurou-se demonstrar que tal hipótese reforça a interação entre o pensar e o agir no passado transcendental dos membros da Sociedade cortesã portuguesa, naquele período de muitas conquistas vitoriosas de Portugal. Tempo em que os soberanos e os que mais intimamente os cercavam exibiam aos olhos de Deus e do mundo

sua fortaleza e magnanimidade, sua prudência e injustiça, sua capacidade de tudo saber de antanho, de interpretar os tempos que corriam e, mais que tudo, de descortinar os rumos dos homens e dos fatos. Da mesma forma, pensavam o devir provendo com a força do seu poder, o futuro e não o risco da glória lusitana, ou melhor, da glória daqueles *varões previdentes amontoados* nas classes hegemônicas lusitanas. Estas sim, tanto as da metrópole como as das suas ex-colônias, ao malogro de uma esperança do processo natural da transmutação quer seja no âmbito econômico, político e social, quer seja no dos saberes, foram, e continuam ainda nos dias atuais, sendo as vitoriosas.

Especialmente aqueles *varões previdentes*, cujas vidas, segundo narraram os seus fiéis cronistas, foram exemplos de dedicações articuladas na *defesa* do expansionismo comercial e marítimo da sua pátria, respaldados no discurso da salvação das *almas impuras* pela fé cristã. Esses varões atravessaram mares, conquistaram terras, substituíram religiões de civilizações milenares cuja representação mítica segue normas adversas às da Europa cristã. À mesma feição, adonavam-se das riquezas materiais e de alguns saberes mais estratégicos — tais como técnicas navais, agrárias e de comércio de especiarias até então desconhecidas —, mas também lançavam alguns dos seus àquelas populações.

Tal acumulação fora se consolidando mediante à expansão comercial portuguesa e acelera-se no século XV, sobretudo a partir dos resultados das ações do Infante D. Henrique. Este infante, diante do complexo de Sagres, foi mais um daqueles varões previdentes portugueses a promover a adonação de uma parte do mundo para o seu reino. Os primeiros adonadores, segundo aparece em alguns testemunhos, foram uns navegadores anônimos do tempo do reinado de D. Afonso IV, que vão descobrir os Açores e as Canárias, embora em alguns documentos esteja registrado que esta última foi descoberta em 1402, ou seja, já na metade do reinado de D. João I.

Mas isso não é o fator mais relevante neste processo. O que importa é que o Infante navegador foi verdadeiramente o líder pioneiro da expansão

portuguesa, a começar pela invasão e tomada, em 1415, da cidade de Ceuta, no Marrocos, seguida pela tomada do arquipélago da Guiné, na África, em 1416(?), e pelo *achamento* dos arquipélagos da Madeira, em 1418, e do Cabo Verde, em 1456. Essa política expansionista feita graças ao melhoramento tecnológico, como foi salientado no capítulo anterior, foi seguida mais aguerridamente por D. João II (1481-1495) e consolidada, de fato, no reinado de D. Manuel I.

Mesmo considerando que essa complexidade já foi bastante estudada e justificada pela ótica da acumulação originária mercantil, continua aqui interrogando se apenas isto justifica a ausência de interesse da Corte e da comunidade de nobres a ela vinculada pelo saber-fazer agrário, em particular os vinculados à produção doméstica. Entre as fontes testemunhos consultadas identificou-se apenas duas experiências, mais importantes, relacionadas com o passado transcendental do saber-fazer agrário português no século XV: a) a primeira experiência com o cultivo da cana-de-açúcar, nos Algarves, por D. João I, a partir de 1404; e b) a ocupação, queima da floresta, divisão das sesmarias e experimento do cultivo de cana-de-açúcar na Ilha da Madeira, pelo Infante D. Henrique, a partir de 1419.

E por se tratar de um objeto infinito cujo passado é uma espécie de fantasma que sempre está metendo susto no presente, como a charge e o texto da epígrafe da introdução, ele não se encerra apenas neste estudo. Num primeiro momento, ainda quando estava no processo da pesquisa, se pensava que um possível ponto final ou ruptura total fosse o início do século XVIII, quando já começava a se esboçar um hipotético novo caráter nacional brasileiro. Assim, quando partiu-se para estudar um longo passado transcendental do Estado Monárquico português, e o comportamento daquela elite insólita e avarenta, facilitou a compreensão do objeto desta tese. Outros fatores intrínsecos aos acima citados foram se encadeando naturalmente no plano da reflexão teórica, e por se considerar que seria necessário observar com mais atenção os aspectos relacionados com a visão-de-mundo escolástica e cosmológica da época e, em particular, a daquelas elites portuguesas no contexto do capitalismo comercial.



Assim foi possível considerar também os efeitos daquelas crises econômicas, sociais e de valores que atingiram indiscriminadamente as diversas regiões, que hoje são habitualmente denominadas de Europa, constatando, portanto, um longo processo de recuperação, que no século XV influiu, por força da expansão ultramarina, resultando na consolidação desta realidade vária e, em sua expansão, em escala planetária.

Dentre os resultados da Expansão Europeia, enumeram-se vários impactos culturais sobre complexos civilizacionais múltiplos, em processo do qual, todavia, não saiu imune a própria Europa, apesar do europeocentrismo firmemente instalado a partir de então no imaginário, seja do europeu continental, seja do europeu da diáspora, ou seja ainda, dos povos a estes submetidos. No que concerne a tais questões, em Portugal, o século XV foi indubitavelmente decisivo. Entre outros, ainda na época de Zurara, foi o da introdução pelo Infante D. Henrique da mercadoria escrava, bem como o do desenvolvimento técnico na área da engenharia náutica portuguesa e as suas conseqüências, em particular entre as diferentes culturas adonadas por Portugal. Esse comportamento foi um instrumento importante para ver que os saberes agrários brasileiros não é apenas a resultante de uma linearidade, nem tampouco a de uma ruptura, mas sim de um processo que mutaciona-se mantendo as máculas da ideologia dos vencedores.

Desta forma, esses saberes contêm ainda algumas substâncias advindas dos contatos havidos entre a cristandade, notadamente a lusitana, com os muçulmanos, os de outras regiões mais ao sul do litoral atlântico-africano e, principalmente, o relato dos impactos causados pelos contatos com povos que nem eram cristãos e nem, tampouco, *infiéis-mouros*., como assim eram classificados por inúmeros cronistas, notadamente por Zurara. Além destes contatos tinham ainda os do *infiéis* de outra natureza — nativos como os habitantes da América portuguesa — para os quais a política portuguesa elaborou as estratégias de catequese e evangelização para submetê-los, não descurando no entanto da guerra e da escravização — recursos para aproximá-los da cristandade, cuja síntese perfeita foi a Cruz de Avis —, símbolo destes novos cruzados e agentes

da colonização a que se lançará a monarquia lusitana na fase inicial de sua expansão imperial.

Entre os séculos XV e XVIII, Portugal vem a articular-se, com a definição territorial conseguida durante a Reconquista, e encerrada em Portugal em meados do século XIII, uma profunda homogeneidade lingüística. A língua foi essencial no *forjamento* das identidades portuguesas, porque foi quotidianamente utilizada para redigir e disseminar textos legais e/ou oficiais, tais como provisões, decretos, leis, crônicas nobiliárquicas, religiosos, científicos e literários, formando assim o sistema de informação da época.

Também a definição territorial, de modo análogo, segundo aparece em vários textos da historiografia luso-brasileira, forjou o sentido de pertencimento a um espaço que se quis, desde então, *português*, o que se indica como resultado do processo de ampliação do sentido de ser português, a partir da incorporação de Ceuta e das demais possessões do Velho Mundo e do Atlântico no século XV. Também no discurso dos inúmeros testemunhos aqui analisados, percebe-se o sentido dos termos de adoção dos outros territórios ao território da coroa portuguesa. Adoção esta, advinda da força da expansão ultramarina e justificada pela maioria dos textos dos cronistas que consideravam como uma das maiores glórias do rei, como está sintetizada na expressão *acrescentamento da realidade da sua coroa*, de Zurara. Para Zurara, a ampliação do território no século XV foi fruto da expansão, da conquista do mar, de territórios insulares e do litoral africano, processo descrito pelo cronista, nas suas diversas crônicas, das quais alguns fragmentos foram citados neste estudo.

Esses discursos podem ser considerados como peças fundamentais para a compreensão dos processos de construção, consolidação e/ou transmutação do Estado Monárquico português, a partir da Dinastia de Avis. Esta, ao legitimar os posicionamentos da burguesia fidalga e da nobreza comercial como classes sociais bem definidas, assim como a legitimação do poder real, reforça-se a constituição de um novo modelo político, que foi o pioneirismo de Portugal instalar na Europa o primeiro Estado Nacional.

As ações aqui analisadas, como mostram alguns estudiosos sobretudo da obra de Zurara, a construção da imagem do Infante D. Henrique, o Navegador. Os estudos sobre esta imagem são importantes para as análises dos costumes e das formas de organização/administração do Estado Monárquico português em conjunturas determinadas, como se deu, por exemplo, no impulso das ações expansionistas a partir de Sagres, sob o comando de D. Henrique e no da autoridade de D. Afonso V.

Parte dos testemunhos aqui utilizados mesclam-se entre o Medieval e o Moderno, entre a Escolástica e o racionalismo científico nascente, e os mesmos guardam elementos modelares e típicos da longa tradição católica, cujas matrizes são o pensamento bíblico, vétero e neo-testamentário e, ainda, o pensamento clássico greco-latino. Este repercute no campo da Cosmologia, na concepção sobre a apropriação e expropriação da natureza materializada na cartografia. Assim, durante alguns séculos estes saberes, incluindo entre eles os agrários, conforme foi mostrado no capítulo V, se constituíram segundo o conceito da época, no âmbito de uma cultura que oscilava entre um velho e conhecido estilo medieval, e um novo e desconhecido estilo renascentista que estava a cada instante provocando mudanças de estruturas, não apenas econômicas e sociais, mas também as cognitivas.

A bem da verdade, considera-se que o tema deste estudo não tem um ponto final nesta tese. O que se pretendeu mostrar aqui foi que a dinâmica da transmutação dos saberes agrários brasileiros incorpora valores de fora, ou de conjunturas específicas, o que não significa que esteja preso a uma linearidade, ou a uma ruptura drástica dos movimentos de longa e de curta duração, segundo foi apresentado no capítulo III. Da mesma forma considera-se ainda que a apropriação de alguns destes saberes pelos portugueses ou por outros povos, não foi uma questão de furto, em seu sentido lato, mas sim pelo encadeamento da própria lógica do projeto colonial português, que fazia parte da lógica do sentido da acumulação capitalista. Neste sentido, o conceito transmutação é reforçado mais uma vez através dos vários testemunho aqui citados, entre outros, o sem

data referente à cultura de mandioca em Santa Catarina, e o que trata dos cuidados técnicos de beneficiamento e transporte das semente de pinhão brasileiros para serem experimentados em Portugal.

Esses fatores consolidaram-se dentro de um paradigma de organização social da produção e/ou participação na macro-estrutura econômica e política tanto do Estado português, quanto das suas ex-colônias, e no qual essas classes foram e continuam sendo excluídas, à exceção de eventuais casos próprios do fenômeno da mobilidade social, como alguns ocorridos no início da colonização brasileira, quando certas pessoas degredadas de Portugal — a maioria não originárias do ambiente da Sociedade da Corte portuguesa —, constituíram no Brasil grandes fortunas e terminaram contribuindo com a origem da formação do caráter e temperamento das camadas hegemônicas brasileiras.

Nessa estrutura mental, organizaram-se o que hoje passou a ser classificado, pelo senso comum, de redes de informação. Embora o conceito de rede não fosse comum na época, o de informação o era, uma vez que ele deriva do latim, segundo Bluteau. Neste sentido, as fontes testemunhos aqui analisadas formam a rede de informação do tema em pauta, não segundo a concepção do senso comum, mas segundo a definição do fenômeno da informação nos devidos termos esboçados no capítulo III.

E assim, considerou-se neste estudo que o tema em si não um ponto final, mas sim uma dinâmica que incorpora valores de fora, ou de conjunturas específicas, o que não significa que esteja preso a uma linearidade. Esta não linearidade está de certa forma demonstrada nos vários testemunhos aqui citados, em particular, o sem data referente à cultura de mandioca em Santa Catarina, e o que trata dos cuidados técnicos de beneficiamento e transporte das sementes brasileiras de pinhão para serem experimentados em Portugal, em 1705.